



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

CÁSSIA CORREIA DE SOUZA

**ESTRUTURAS PASSIVAS ANALÍTICAS EM TEXTOS JORNALÍSTICOS: UM
RECURSO ALTERNATIVO DE INDETERMINAÇÃO DO AGENTE VERBAL**

JOÃO PESSOA – PB
2024

CÁSSIA CORREIA DE SOUZA

**ESTRUTURAS PASSIVAS ANALÍTICAS EM TEXTOS
JORNALÍSTICOS: UM RECURSO ALTERNATIVO DE
INDETERMINAÇÃO DO AGENTE VERBAL**

Dissertação submetida à Exame de Pré-Banca no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba à guisa de conclusão do Curso de Mestrado.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística
Linha de Pesquisa: Diversidade e Mudança Linguística
Orientador: Prof. Dr. Camilo Rosa Silva

JOÃO PESSOA - PB
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729e Souza, Cassia Correia de.

Estruturas passivas analíticas em textos
jornalísticos : um recurso alternativo de
indeterminação do agente verbal / Cassia Correia de
Souza. - João Pessoa, 2024.
143 f. : il.

Orientação: Camilo Rosa Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Linguística funcional. 2. Gramaticalização. 3.
Estruturas passivas analíticas. 4. Indeterminação. I.
Silva, Camilo Rosa. II. Título.

UFPB/BC

CDU 801(043)



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
CÁSSIA CORREIA DE SOUZA

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro (29/07/2024), às catorze horas, realizou-se, Via Plataforma Zoom, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada “ESTRUTURAS PASSIVAS ANALÍTICAS EM TEXTOS JORNALÍSTICOS: UM RECURSO ALTERNATIVO DE INDETERMINAÇÃO DO AGENTE VERBAL”, apresentada pela mestranda CÁSSIA CORREIA DE SOUZA, Licenciada em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, que concluiu os créditos para obtenção do título de MESTRA EM LINGUÍSTICA, área de concentração Teoria e Análise Linguística, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Jan Edson Rodrigues Leite, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O Prof. Dr. Camilo Rosa Silva (PROLING - UFPB), na qualidade de orientador, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os(as) Professores(as) Doutores(as) Marta Anaísa Bezerra Ramos (Examinadora/UEPB) e Henrique Miguel de Lima Silva (Examinador/PROLING - UFPB). Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente Prof. Dr. Camilo Rosa Silva convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra à Mestranda para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguida pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, a qual foi atribuído o conceito APROVADA. Proclamados os resultados pelo professor Dr. Camilo Rosa Silva, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 29 de julho de 2024.

Observações

A banca enalteceu a qualidade e a consistência do trabalho dissertativo, mas apontou a necessidade de alguns pequenos ajustes e correções que devem ser observados pela mestranda.

Prof. Dr. Camilo Rosa Silva
(Presidente da Banca Examinadora)

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARTA ANAÍSA BEZERRA RAMOS
Data: 30/07/2024 14:41:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Marta Anaísa Bezerra Ramos
(Examinadora)

gov.br
Documento assinado digitalmente
HENRIQUE MIGUEL DE LIMA SILVA
Data: 30/07/2024 19:05:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva
(Examinador)

Dedico aos meus pais,
Terezinha e Eraldo,
grandes incentivadores
dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu bom Deus por todas as oportunidades e por ter me proporcionado chegar até aqui. Sem Ele, que me enche de força, alegria e esperança, nada disso seria possível.

Aos meus pais, que sempre estiveram comigo, dando-me apoio e suporte. Minha mãe, Terezinha Correia, e meu pai, Eraldo de Souza. Meus maiores exemplos de humildade, honestidade e força, foram eles que ensinaram a sempre persistir e a acreditar que esforço e educação podem nos levar a ser quem quisermos.

À minha irmã, Carolina Correia, pelo apoio e compreensão de sempre e aos meus sobrinhos, Daniel e Joaquim, que me enchem de alegria, e mesmo tão pequenos e sem nem saber, me inspiram a correr atrás dos meus sonhos. Às amigas que fiz, Rayane Medeiros, Thailane Nobre e Relva Piancó, com quem pude contar durante o tempo que morei em João Pessoa e passei momentos felizes, que serão para sempre lembrados.

Aos colegas e professores do Proling com quem formei parcerias e compartilhei projetos, e mesmo aqueles com quem tive pouca convivência durante o curso, mas que de alguma forma contribuíram com essa etapa da minha formação. Em especial, aos professores Dra. Maria Leonor dos Santos e Dr. Tiago de Aguiar Rodrigues.

Aos colegas do GIF, pela troca de conhecimento nos momentos dos encontros e fora dele. Em especial, ao Professor Dr. Anderson Monteiro, que participou da minha Banca de Qualificação, na qual suas observações e sugestões foram extremamente valiosas e contribuíram para a melhoria do meu trabalho. À Dra. Marta Anaísa B. Ramos, minha professora na graduação, por quem tenho muito apreço e com quem tanto aprendi. Suas palavras me incentivaram e encorajaram a ingressar no Mestrado.

Ao meu professor e orientador Dr. Camilo Rosa, pela partilha de ensinamentos valiosos e o compromisso assumido. Sua carreira como professor é um legado de excelência e inspiração. Sei que muitos alunos, assim como eu, foram profundamente impactados pelo seu trabalho e paixão pelo ensino. A sua contribuição para a academia e para a formação de tantos profissionais é inestimável!

A todos, meu carinho e gratidão.

*Nasci sujeito como os outros
a erros e a defeitos, mas nunca
ao erro de querer compreender
só com a inteligência.*

Fernando Pessoa

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo as estruturas oracionais na voz passiva, mais especificamente as estruturas passivas analíticas. Pretendemos observar o emprego, bem como a recorrência dessas estruturas, com base na hipótese de que o processo de gramaticalização pelo qual passaram as passivas sintéticas também está acontecendo com as estruturas passivas analíticas, que assumem a função de indeterminar o agente verbal. Nossos objetivos envolvem analisar e descrever as construções passivas analíticas, investigar as possíveis motivações do falante em mencionar ou omitir o agente verbal e comparar o uso entre passivas analíticas com agente expresso e não-expresso, e de ambas com a passiva sintética, na busca por analisar se o gênero textual influencia nas escolhas feitas. O corpus de análise constitui-se de textos jornalísticos dos gêneros, manchete, notícia e artigo de opinião, coletados nos jornais “Diário de Pernambuco” e “Folha de Pernambuco”, no formato impresso e digital, nas edições de Janeiro a Dezembro de 2023. Nossa pesquisa é de base qualitativa e tem amparo em dados quantitativos. Como base teórica, nos fundamentamos em autores como: Givón (1979), Shibatani (1985), Pontes (1986), Indursky (1993), Bechara (2003), Duarte (2003), Bagno (2012), Bybee(2016), Haug (2015), Vieira e Freire (2016), Sallorenzo (2018), Neves (2018), entre outros. A análise empreendida nos gêneros citados confirmou a hipótese de que a voz passiva analítica está trilhando um caminho que se aproxima ao que foi percorrido pela voz passiva sintética, por atuar como mais um recurso de indeterminação do agente, que se soma aos que a GT prevê. Verificamos, ainda, que a sua estrutura pode sofrer redução e os constituintes são capazes de transitar pela oração sem que isso prejudique o entendimento do que se deseja informar. A estrutura predominante, conforme apontam os resultados, é a de passiva analítica com agente não-expresso em todos os gêneros _ manchete, artigo de opinião e notícia. A conclusão leva a crer que a voz passiva analítica está no rumo das estruturas passivas sintéticas como um produtivo recurso de indeterminação muito produtivo do agente verbal.

Palavras-chave: Linguística funcional, Gramaticalização, Estruturas passivas analíticas, Indeterminação

ABSTRACT

The present work has as its object of study the sentence structures in the passive voice, more specifically the analytical passive structures. We intend to observe the use, as well as the recurrence of these structures, based on the hypothesis that the grammaticalization process through which the synthetic passives have passed is also happening with the analytic passive structures, which assume the function of indetermining the verbal agent. Our objectives involve analyzing and describing the analytic passive constructions, investigating the possible motivations of the speaker to mention or omit the verbal agent and comparing the use of analytic passives with expressed and non-expressed agents, and both with the synthetic passive, in the search to analyze whether the textual genre influences the choices made. The corpus of analysis consists of journalistic texts of the genres, headline, news and opinion article, collected in the newspapers "Diário de Pernambuco" and "Folha de Pernambuco", in print and digital format, in the January editions to December 2023. Our research is qualitative-based and data-supported quantitative. As a theoretical basis, we are based on authors such as: Givón (1979), Shibatani (1985), Pontes (1986), Indursky (1993), Bechara (2003), Duarte (2003), Bagno (2012), Bybee (2016), Haug (2015), Vieira and Freire (2016), Sallorenzo (2018), Neves (2018), among others. The analysis carried out in the aforementioned genres confirmed the hypothesis that the voice passive analytic is treading a path that is close to what was taken by the voice synthetic passive, because it acts as another resource of indeterminacy of the agent, which is added to those that GT foresees. We also found that its structure may be reduced and the constituents are able to move through prayer without this impairing the understanding of the that one wishes to inform. The predominant structure, as indicated by the results, is that of analytical passive with an agent not expressed in all genres _ Headline, opinion article and news. The conclusion leads us to believe that the analytical passive voice is in the direction of structures synthetic passives as a resource of indeterminacy of the very productive verbal agent.

Keywords: Functional linguistics, Grammaticalization, Analytic passive structures, Indeterminacy

LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

FIGURAS

Figura 1: Escala simplificada de agentividade (Payne, 1997)	22
Figura 2: Esquema proposto por Givón (1990)	36
Figura 3: Escala de transformação (Galbiatti, 2008)	67
Figura 4: Correlação de parâmetros da gramaticalização (Lehmann, 1995)	72
Figura 5: Esquema proposto por Traugott (1982)	74
Figura 6: Relações entre as três camadas do fenômeno entre línguas (Bybee, 2003)	78

TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos dados coletados conforme os gêneros.....	96
Tabela 2: Frequência do agente conforme os gêneros	103
Tabela 3: Quantitativo de diferentes estruturas conforme os gêneros.....	116
Tabela 4: Frequência de uso/ não uso do agente conforme os gêneros.....	133

QUADROS

Quadro 1: Definições de sujeito sob o viés da GT	16
Quadro 2: Premissas funcionalistas (Givón, 1995)	46
Quadro 3: Exemplos para tema e rema (Arruda, 2018)	60
Quadro 4: Unidirecionalidade VS. mecanismos de gramaticalização (Gonçalves et al., 2007)	78
Quadro 5: Trajetórias unidirecionais de mudança linguística (Oliveira 2022)	84

ABREVIATURAS E SIGLAS

A - Artigo de opinião

DP - Diário de Pernambuco

EPA - Estrutura Passiva analítica

EPS - Estrutura Passiva Sintética

FP - Folha de Pernambuco

GT - Gramática Tradicional

M - Manchete

NGB - Norma Gramatical Brasileira

N - Notícia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: Referencial Teórico/Estado da Arte	15
1.A definição de Sujeito	15
1.2 As noções de sujeito, tópico e agente: o olhar dos linguistas	18
1.3 As vozes verbais e sua subdivisão em ativa e passiva.....	23
1.3.1 Voz passiva: uma revisão em gramáticas tradicionais e nas mais especializadas	25
1.3.2 A voz passiva sob o viés funcional discursivo	32
1.3.3 A voz passiva: o que dizem os estudos funcionalistas e sociolinguistas	34
CAPÍTULO II: Um pouco mais de teoria: a linguística Funcional	44
2.1 Pressupostos teóricos importantes para a pesquisa.....	46
2.1.1 Iconicidade.....	46
2.1.2 Marcação.....	50
2.1.3 Informatividade, Perspectivização, Dado e Novo	54
2.1.4 Gramaticalização.....	62
2.1.5 Unidirecionalidade.....	83
CAPÍTULO III: Aspectos metodológicos	92
3. Percurso metodológico.....	92
3.1O Corpus	92
3.2 O tipo de pesquisa e etapas	93
CAPÍTULO IV: Dados e discussão	96
4. Análise do <i>corpus</i>	96
4.1 Análise das estruturas passivas sintéticas	98

4.2 Análise das estruturas passivas analíticas	102
4.2.1 As EPA e os efeitos da expressão ou não do agente	102
4.2.2 Orações passivas analíticas: recorrência de diferentes estruturas nos gêneros textuais.....	116
4.3 As estruturas passivas analíticas e o princípio de estratificação de Hopper	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

Há mais de uma concepção para o que conhecemos por *linguagem*: expressão do pensamento; instrumento de comunicação; processo de interação verbal, entre outras. Essa última alicerça, no campo das teorias linguísticas, o paradigma funcional, para o qual a linguagem está diretamente relacionada com os falantes e com os usos que estes fazem em situações reais de comunicação, sendo, portanto, fluida e dinâmica. São as pressões do uso, somadas às vicissitudes contextuais, que tornam as estruturas flexíveis. Nesse sentido, a língua pode ser analisada como um objeto não autônomo e maleável.

Numa visão funcionalista, a língua é concebida como um fenômeno em constante dinamismo, com o propósito de atender às necessidades sociocomunicativas dos falantes. Portanto, a gramática, em um processo que ocorre ao longo do tempo, toma as experiências do falante e “acolhe o fato extralinguístico”, ou seja, é afetada pelo uso em diferentes situações comunicativas. Desse modo, guiados por uma concepção de língua que considera o uso, pretendemos analisar o uso da voz passiva em alguns gêneros do campo jornalístico.

Tema considerado por muitos autores como complexo, as estruturas passivas entram no grupo (Nós, Você, Eles, A gente e Zero Ø) das formas que passaram a ser interpretadas pelos falantes como recurso alternativo para indeterminar o agente verbal. As gramáticas consideradas tradicionais (Almeida, 1955; Cunha e Cintra, 1985; Bechara, 1970) apresentam como recurso para tornar o agente indeterminado: a) verbo na terceira pessoa do singular seguido do pronome *se*, b) verbo na terceira pessoa do plural e c) verbo no infinitivo impessoal. Já estudos recentes (Duarte, 2007; Bravin, 2012; Vieira e Freire, 2016; Dias, 2017) têm mostrado, para diversas funções, a variabilidade de estruturas que são utilizadas pelo usuário da língua como alternativas àquelas que a gramática tradicional prescreve.

Givón (1990, p. 125) defende que a voz passiva “é usada principalmente para supressão ou destopicalização do agente”. Em outras palavras, a voz passiva é um dos recursos utilizados para suprimir o agente verbal ou tirá-lo da posição de tópico. Para Givón (1990), existe uma variedade de contextos pragmáticos que motivam e explicam a supressão do agente, entre os quais estão: o agente pode ser desconhecido ou irrecuperável; o agente pode ser dado anaforicamente e por isso não requer mais atenção; ser dado cataforicamente no discurso subsequente; pode ser genericamente previsível, entre outros.

Possenti (2011, p. 164) comenta que, ao estudarmos a categoria “sujeito”, aprendemos a classificá-lo e a diferenciar uma oração com sujeito de outra com agente da passiva, mas não damos a devida importância aos efeitos que podem ser produzidos em um texto a depender da explicitação ou não do sujeito, da sua posição na frase etc. Após citar um fragmento em que ocorre uma passiva analítica, o autor argumenta que o apagamento do sujeito tem um efeito ideológico, o de apresentar o fato como natural, como se ocorresse “sem ser produzido por nenhum agente”. Conforme o autor, uma análise da frase no seu contexto de uso permitiria ao falante saber qual o possível sujeito: “o problema deixa a zona da sintaxe e passa para o arquivo de textos”. Vemos, assim, que essa é uma escolha linguística do falante em função da intenção comunicativa.

Nesse contexto, incentivados pela busca de compreender o funcionamento textual-discursivo de um fato gramatical – a expressão do sujeito e sua relação com o agente verbal – na construção dos textos, tomamos por objeto de análise as estruturas passivas analíticas, com o objetivo principal de verificar se tais estruturas, de fato, assumem o mesmo papel de indeterminação¹, como ocorre com as passivas sintéticas. Como objetivos específicos da pesquisa, pretendemos:

- Identificar e descrever as estruturas passivas analíticas que atuam como estratégia de indeterminação, que se somam às formas prescritas tradicionalmente; Analisar se a escolha do falante por explicitar ou não o agente verbal está relacionada a um fator coesivo (textual) ou a um relevo informacional (discursivo);
- Comparar o uso das estruturas passivas analíticas com agente verbal expresso e não-expresso, e destas estruturas com a passiva sintética, a fim de analisar se a frequência de uso está relacionada ao gênero textual.

Para essa investigação, coletamos estruturas passivas sintéticas e analíticas em textos jornalísticos dos gêneros **manchete**, **artigo de opinião** e **notícia** dos jornais Folha de Pernambuco e Diário de Pernambuco, nas versões *online* e impressa, no período compreendido entre Janeiro a Dezembro de 2023. A pesquisa é qualitativa com base descritivo-analítica, visto que, além da identificação dos recursos, vamos observar a comparação dos índices de frequência das estratégias usadas para buscar explicar o funcionamento nos contextos em que

¹ Os resultados de uma pesquisa anterior (2019), como exigência de trabalho de conclusão de curso, revelaram ser recorrentes as estruturas passivas (sintética e analíticas) paralelamente às estratégias prescritas pela gramática normativa para indeterminação. O corpus, apesar de bem restrito (20 textos pertencentes a gêneros diversos da esfera jornalística), confirmou o que outras pesquisas haviam indicado; ressaltou-se que houve ocorrência de estruturas passivas analíticas com sujeito expresso, mas, em um considerável número de estruturas, o sujeito não era expresso, estruturando-se no seguinte formato: verbo auxiliar SER + verbo principal particípio passado + Ø (agente da passiva não-expresso)

são empregados. A observação quanto a frequência das estruturas passivas se mostra relevante na medida em que nos auxilia em desvendar se as escolhas do falante por uma voz verbal e não outra se relaciona ao foco que ele quer dar para determinada informação, e se o gênero textual é determinante.

Organizamos este trabalho em quatro capítulos. No capítulo I, fazemos uma revisão bibliográfica dos conceitos de sujeito, de vozes verbais, até chegar às estruturas passivas analíticas, tendo como base gramáticos como Lima (2011); Cunha e Cintra (1985, 2017); Bechara (2003); Duarte (2003); Haug (2015), entre outros. No capítulo II, apresentamos pressupostos teóricos fundamentais da teoria funcionalista com destaque para os conceitos fundamentais para a pesquisa, tais como iconicidade, marcação, gramaticalização, a partir de autores como Givón (1979, 2001); Shibatani (1985); Pontes (1986); Indursky (1993); Silva (2005); Bagno (2012); Bybee (2016); Vieira e Freire (2016), Sallorenzo (2018), Neves (2022); Oliveira (2022), entre outros.

No capítulo III, abordamos a metodologia utilizada em nossa pesquisa, contemplando os procedimentos relativos à coleta, à seleção e à análise dos dados. Já no capítulo IV, apresentamos a análise dos dados, considerando a frequência com que as ocorrências aparecem nos textos analisados, buscando identificar as possíveis motivações e os efeitos de sentido, verificáveis a partir do seu uso. Por fim, nas Considerações finais, apontamos algumas conclusões a que a análise dos dados nos possibilitou chegar.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

A forma como a gramática explica as estruturas passivas tem sido muito questionada, em especial, a passiva sintética, uma vez que, para os falantes, não há distinção entre a partícula apassivadora SE e partícula de indeterminação do sujeito. Ou seja, o falante entende que ambas as partículas teriam o papel de indeterminar o agente, e essa é uma das razões pelas quais consideram um assunto tão complexo. Esta confusão, quanto à interpretação, parece não se estender às passivas analíticas.

No entanto, acreditamos que o falante está utilizando a voz passiva analítica quando deseja indeterminar o agente da ação verbal. Assim, ela passa a ter uma nova função que não é prescrita pela Gramática Tradicional (GT daqui em diante). Neste capítulo, fazemos um percurso na busca de melhor compreender o assunto. Objetivamos, não só verificar o conceito dado às estruturas passivas sob o viés da GT, como também observar como gramáticos com uma visão diferente da tradicional, linguistas da análise do discurso e funcionalistas abordam o assunto. Tal percurso nos possibilita ter uma dimensão de como as vozes verbais são tratadas a partir de diferentes correntes teóricas.

1. A definição de Sujeito

Inicialmente, passamos pelo conceito de Sujeito, depois pelo de Voz Verbal, até chegarmos à definição do que é uma estrutura passiva e como ela se divide, de acordo com uma perspectiva normativa sobre essas construções. Na primeira seção, em que trataremos conceitos de Sujeito, está o primeiro grupo formado pelos gramáticos Cegalla (2005), Sacconi (1947), Melo (1978), Bechara (2000), Cunha e Cintra (2017) e Lima (2011), conforme se apresenta no Quadro 1. Já num segundo grupo, seguindo outras abordagens², estão Dias (1959), Keenam (1976), Lyons (1977) e Pontes (1986).

² Foram selecionados diferentes autores com o objetivo de avaliar os critérios utilizados para definir a categoria gramatical Sujeito. Nessa perspectiva, Dias (1959), Keenam (1976) e Lyons (1977), segue uma perspectiva que se afasta da concepção clássica de sujeito proposta pela GT

Quadro 1: Definições de sujeito sob o viés da GT

“é o ser ao qual se atribui a ideia contida no predicado.” (Sacconi, 1947, p.142)
“é o termo que expressa o ser de que declaramos alguma coisa.” (Melo, 1968, pg.183)
“é a unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração.” (Bechara, 2000, p.409)
“é constituído por um substantivo ou pronome, ou por uma palavra ou expressão substantivada.” (Cegalla, 2005, p.324)
“o ser de quem se diz algo” (Lima, 2011, p.288)
“é o ser sobre o qual se faz uma declaração e o predicado é tudo aquilo que se diz sobre o sujeito.” (Cunha e Cintra, 2017, p.136)

As definições acima reúnem algo em comum - todas apresentam o traço “tópico” na caracterização do sujeito, corroborando a afirmação de Pontes (1986) de que as gramáticas utilizam essencialmente o critério pragmático, enquanto os falantes se baseiam no critério semântico, na noção de agente. Ao analisar os dados de sua pesquisa³, a autora chegou à conclusão de que a alusão à noção de agente pelos falantes não tem respaldo nas definições gramaticais, pois visto que das dez gramáticas citadas pela autora, apenas a de Napoleão Mendes de Almeida (1955) contempla o sujeito como agente.

Segundo Pontes (1986), o fato de essas definições priorizarem o critério de tópico revela que o traço definidor do sujeito para os falantes, o de agente, não se deve ao conhecimento adquirido na escola, mas na experiência; e se deve também a uma interferência da definição de sujeito indeterminado apresentada em algumas gramáticas, já que este é assim explicado quando: “o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento.” (Cunha e Cintra, 2001, p. 128)

Dada a confusão dos critérios definidores, algo bastante relevante e que merece nossa atenção é a distinção entre *sujeito* e *tópico*. Lyons (1977, *apud* Pontes, 1986, p.177) afirma que a diferença de sujeito e tópico se estabelece na diferença entre a Pragmática e a Semântica. Explica que o enunciado é constituído por tópico e comentário, enquanto a sentença é formada por sujeito e predicado (que é uma categoria gramatical). Assim, o sujeito seria o termo sintático que pode coincidir com o tópico no enunciado.

³Pontes (1986) empreendeu uma pesquisa com professores de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Minas Gerais, em que solicitava que eles formulassem um exemplo que apresentasse sujeito para observar se os traços de sujeito eram os mesmos para todos. Ela concluiu que a ideia predominante é a de sujeito como “ser que pratica ação”, pois os exemplos apresentavam sujeito combinado com verbo de ação.

Li e Thompsom (1976, *apud* Pontes, 1986, p.177) defendem que em algumas línguas a estrutura tópico- comentário é básica, assim como acontece no chinês, em que construções do tipo: “Aquelas árvores os troncos são altos” e “Aquele campo o arroz é muito bom” são utilizadas e consideradas comuns. A partir daí, Pontes (1986), corroborando Chomsky (1965), considera que é possível ver que sujeito e tópico não se confundem, são independentes, e isso pede uma definição para cada um de forma independente.

De acordo com Silva (2005), o termo tópico é muito veiculado, seja no âmbito da linguística formal ou da linguística funcional, contudo, essa categoria não é tratada de forma comum entre as perspectivas de abordagens da língua. Ou seja, cada perspectiva linguística analisa o tópico sob um viés específico. Assim “quando um formalista fala em tópico, necessariamente não está tratando do mesmo tópico de que falam os funcionalistas” (p. 185). O autor recorre a Crystal (2000), ao dizer que a afirmação de que o tópico de uma sentença “é a pessoa ou coisa sobre a qual se fala algo” é simplista e pode levar o leitor a acreditar que sujeito é o mesmo que tópico.

Sobre isso, recorremos mais uma vez a Pontes (1986), quando comenta que, ao nível da sentença, tópico costuma significar aquele ou aquilo sobre o qual se declara alguma coisa, mas pode significar também uma indicação de informação dada, que está ligada ao contexto anterior, algo já mencionado. Acrescenta a autora que, se concordarmos com essa definição, estamos no nível da sentença (S). Ela declara que esta é uma definição unânime, mas o posicionamento de alguns autores sobre considerar tópico como *dado*⁴, não. Segundo a autora, preferimos tomar como tópico de nossas conversas as pessoas, em vez de parte delas, sendo assim, casos como: “O estômago de João foi operado”, seriam difíceis de serem proferidos.

Hupet e Costerman (1976, *apud* Pontes, 1986, p.177) explicam que o falante, ao ser colocado diante de um tópico, constrói, a partir dele, uma frase. Orações como “Estas maçãs, eu as colhi ontem”, segundo os autores, fazem parte de um caso particular de uma regra mais geral que inclui também as estruturas passivas. Consideram que elas condicionam o que será o tópico da sentença, ou seja, a sentença se inicia pelo tópico proposto e é construída de acordo como os acontecimentos impõem. Se a pergunta é sobre uma pessoa, não seria coerente começar a sentença por “carro”, e, nesse caso, o tópico foi dado.

⁴ Reservamos, mais adiante, uma seção que abordará mais especificamente o conceito de Dado.

Tendo exposto algumas definições de sujeito e a noção de tópico, passemos à seção seguinte, na qual iremos ampliar a discussão, alcançando um maior número de autores.

1.2 As noções de sujeito, tópico e agente: o olhar dos linguistas

Antes de adentrar na discussão sobre as estruturas ativa e passiva, é importante destacar que há autores que defendem a existência de sentenças básicas e não básicas. Um deles é Keenan (1976), para quem sentenças semanticamente básicas são aquelas cujo significado não depende de outra. Por exemplo, “José é um médico” é mais básico do que “Roberto acha que José é um médico”. Para o autor, as orações passivas são menos básicas que as ativas.

Pontes (1986) discorda dessa separação e defende que tudo depende da escolha do falante quando deseja transmitir informações. Assim, uma oração não parte de uma outra anterior a ela. Para a autora, é o falante que escolhe a maneira que deseja organizar o pensamento, dependendo do que quer transmitir e o efeito que quer provocar com a mensagem. Dessa forma, acrescenta a autora, em relação a quem entende a oração interrogativa como uma transformação da declarativa: “o falante é que, se quer fazer uma afirmação, escolhe a forma afirmativa. Se quer fazer uma pergunta, escolhe a forma interrogativa. Nenhuma é derivada da outra.

Lyons (1977) também analisa definições de “sujeito” dentro dos campos *gramatical*, *lógico*, *temático* e *psicológico*. Destacamos o último, para comparar as estruturas na voz ativa e passiva. Para o autor, o enunciado “Um homem foi mordido por uma abelha” parece ser mais interessante para o falante do que “Uma abelha mordeu um homem” pois, em uma escala, há uma saliência psicológica na mente do indivíduo e é isso que o leva a se interessar mais por pessoas do que por animais. Embora o constituinte “o homem” tenha o papel temático de paciente, por ter o traço “+humano” e, por isso, vir no início, ele assume a função de tópico.

Comparando as estruturas, percebemos que, na estrutura ativa, o argumento externo é “uma abelha”, e o argumento interno, ou objeto direto, é “um homem”. Os papéis temáticos dos dois itens são agente e paciente, respectivamente. Na passiva, o objeto direto “um homem” passa a ocupar o lugar do sujeito gramatical, e o constituinte “uma abelha” assume a função de agente da passiva. Ou seja, semanticamente, “abelha” é o agente em qualquer uma das estruturas: na ativa, coincide com o sujeito, e na passiva funciona como agente da passiva. E o

constituente homem, que é objeto na estrutura ativa, mesmo quando assume o lugar de sujeito gramatical, é o paciente. A informação nas duas estruturas é a mesma; porém o falante preferiu iniciar a sentença apresentando o sujeito animado “um homem”.

Lyons (1977) descreve agente e paciente como funções assumidas por entidades que são de primeira ordem, ou seja, normalmente pessoas⁵. O autor também menciona uma hierarquia utilizada na escolha dos elementos como sujeito, as pessoas, que dentro de uma classe de entidades de primeira ordem, estariam ocupando uma posição privilegiada. De acordo com ele, a hierarquia, dentro do esquema classificatório possibilita que as pessoas sejam mais fortemente individualizadas do que os animais, e os animais mais fortemente individualizados do que as coisas.

Ao introduzir o estudo das passivas analíticas e passivas sintéticas, Duarte (2003) explica os papéis temáticos afirmando que a diferença entre as diáteses ativa e passiva reside na perspectiva da situação descrita pela frase. Na diátese ativa, a situação é perspectivada a partir da entidade com o papel temático externo, enquanto na diátese passiva, a situação é perspectivada a partir da entidade com o papel temático interno (direto). Com base nos exemplos: 1(a) O Luís ofereceu o livro à Maria. 1(b) O livro foi oferecido à Maria pelo Luís, a autora explica que “descrevem essencialmente o mesmo tipo de situação e obedecem às mesmas condições de verdade”.

A autora expõe outros exemplos para demonstrar que duas orações podem descrever a mesma situação, propondo que é o *papel temático* que as diferencia, ou seja, o que se pretende evidenciar quanto aos argumentos interno e externo. A forma apresentada em 1(a) é mais comum e parece ser mais aceita pelo falante; em 1(b) “livro”, que é menos animado, ocupa lugar de sujeito. Se compararmos as duas estruturas, confirmamos a posição de Lyons (1977), de que temos mais interesse por pessoas do que por animais, nesse caso, o livro está em uma posição de menos interesse em 1(a), por ser menos animado.

Segundo revela a pesquisa de Pinto⁶ (1981), os traços *agente* e *animado* influenciam na identificação do sujeito. Assim, voltando aos exemplos citados por Duarte (2003), é curioso

⁵ AGENT and PATIENT are roles that are assumed by first-order entities (typically persons); CAUSE and EFFECT are roles fulfilled by second-order entities. (Lyons, 1977, p.495)

⁶ A pesquisa de Pinto (1981) investigou os traços que caracterizam o sujeito no Português do Brasil. Segundo a autora, para o aluno, sujeito seria, principalmente, “o ser que pratica a ação”.

notar que, mesmo havendo uma troca de posições, se pedíssemos aos falantes para identificar o sujeito na oração 1(b), provavelmente haveria maior escolha pelo agente “Luís”.

Como os traços “Agente”, “animado” e “tópico” são essenciais para entendermos as questões que envolvem a voz passiva, cabe um detalhamento desses conceitos. Fillmore (1968) destaca a importância do traço animado na classificação de um agente. Esse traço é tão importante que na oração “John is an idiot (João é um idiota)”, “John” seria considerado agente porque é animado. Além disso, reflete sobre os usos de determinados verbos, se eles requerem que o sujeito seja animado (agente) ou inanimado. Como os verbos “matar” e “assassinar”, o primeiro verbo permite o uso de sujeito animado e inanimado, enquanto o segundo apenas animado (agente).

De acordo com o autor, “João” seria um exemplo típico de agente, em “João quebrou a janela”, enquanto “martelo” seria um instrumento, no exemplo “O martelo quebrou a janela”. A justificativa estaria na impossibilidade de numa estrutura coordenada estabelecer uma ligação entre agente e instrumento: João e um martelo quebraram a vidraça. Outro exemplo de instrumento apresentado é “chave” em “A chave abriu a porta”.

Um outro ponto que merece destaque nas considerações formuladas por Fillmore (1968) sobre o Agente é que diante de um acontecimento, o falante tem preferência por humanos em relação a seres inanimados. Por exemplo, numa cena em que descreve uma compra, ele pode assumir a perspectiva do vendedor ou cliente, utilizando os verbos *comprar* ou *vender*.

Para Grimes (1975), o agente é responsável pela ação e pode ocorrer em orientação e processo: “O arqueiro atirou a flecha” (p. 126). O autor pontua que não se deve classificar um agente basicamente pelo critério animado, pois na ausência de agente animado seria preciso criar uma regra para explicar instrumento. Grimes (1975) considera, ainda, que o sujeito é capaz de veicular cinco significados, e com base na proposta de Fries (1952), os elenca: o realizador (agente); o que é identificado (paciente de uma identificação); o que é descrito (paciente de um processo); e, por fim, aquilo a quem ou para quem uma ação é realizada (benefactivo).

O autor coloca *agente*, *instrumento* e *força* como um complexo agentivo. A razão por estarem reunidos é que eles teriam semelhança, uma delas é a de possuírem prioridade sob qualquer outro de ocupar a posição gramatical de sujeito. Grimes (1975) divide ainda os *papéis* em dois, o de orientação e o de processo. No primeiro, objeto é o que se move e está em

determinada posição: “A água (O) flui morro abaixo”; já sobre o segundo, o de processo, ele afirma que *paciente* assume uma posição central, pois está “entre uma coisa que muda e o processo que a muda, ou entre uma coisa que está em certo estado e o estado que ela está” (p.123), como em: “A neve derreteu”, “A fundação rachou”.

Sobre *força*, Grimes (1975) afirma ser uma relação causal sem responsabilidade, que não tem relação com agente e instrumento. Para confirmar, o autor ressalta que (a), (b) e (c) são construções possíveis ao contrário de (d):

- a. A malária matou a moça;
- b. A moça morreu de malária;
- c. O gangster matou a moça;
- d. A moça morreu do gangster.

O exemplo em (a) corresponde ao papel de causador ou de força, enquanto o exemplo em (b) revela o uso do termo no papel de agente por associação a noção de responsabilidade. O autor quer mostrar que “malária” não é agente pois, no Inglês, não existe a preposição “por” usada para agente. Mas, no Português, essa sentença, provavelmente, não soaria estranha: A moça foi morta *por/pela* malária.

Lyons (1977) discute a causalidade, que explica ser concebida como a relação entre duas situações, possa ser diferenciada de agência, parece haver uma conexão entre elas. Acrescenta que, no inglês e em outras línguas, tanto a estrutura gramatical como a lexical revelam essa conexão de diversas maneiras. Segundo o autor, podemos dizer que uma situação foi provocada ou produzida por um agente, como também é possível dizer, não menos naturalmente, que foi produzido por sua ação, ou que foi produzido por evento/processo anterior que não envolveu nenhum agente.

Pontes (1986) declara que, assim como a de sujeito, a noção de agente parece ser mais facilmente compreendida a partir de casos típicos, aqueles em que a noção que vem à mente quando pensa em “agente” é a de um “causador”, identificado por um SN com traço +humano, como em: “João quebrou o copo”. Ela faz uma distinção entre a sentença “João correu”, explicando que, apesar de ter um *agente*, este não parece ser tão agente quanto o da primeira oração transitiva.

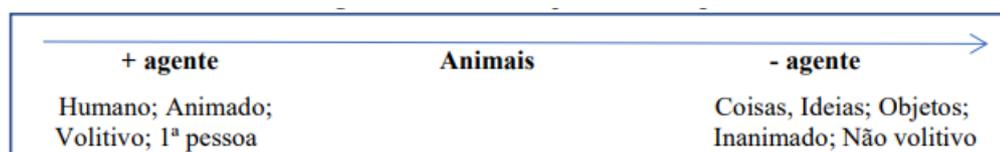
A autora também acrescenta que o agente pode ser inanimado, como em: “O lápis fez barulho ao cair”, a que Pontes (1986) coloca como aquele que causou “algum efeito, mesmo que seja involuntário”. Para a referida autora, casos como o da oração “O temporal fez um bocado de estragos” são os chamados limítrofes, que usados em uma pesquisa deixa os falantes em dúvida, e revela que ao tentar determinar o uso de *quem* em contraste com *que*, pensou inicialmente que a distinção seria humano x não-humano, mas ao verificar que entre os falantes existe uma aceitabilidade diante de orações como “Quem quebrou as telhas foi o vento”, evoluiu para a ideia de *agente*, com a qual os próprios falantes concordaram. Nesse caso, “temporal” é interpretado como agente/causador.

Pontes (1986) chegou à conclusão de que o sujeito típico é o agente, mas constatou que deveria estudar a própria noção de agente, pois entre ela e seus colegas havia uma divergência quanto a isso. Entre eles, todos concordam com o sujeito típico, que é aquele representado por pessoa e responsável pela ação verbal, mas divergem em outros. Essa divergência existe em casos que a autora chama de “casos menos claros.”

No exemplo “O trem chegou”, alguns consideram “trem” como agente e dão como explicação o movimento, aqueles que não consideram como agente citam o fato de o trem não ser animado, não ter controle sobre a ação. Um dos participantes do estudo de Pontes (1986) não considerou trem como agente, e raciocinou que o verbo *chegar* presume o fim de um processo e não uma ação; outro considerou *trem* como agente e citou o quesito gradação, explicando que se fosse *Paulo chegou*, ele consideraria que Paulo é mais agente do que o *trem*, porque ele tem mais controle da ação” (p.239). Nesse sentido, o tipo de verbo parece influenciar na noção de agente.

Ainda sobre a gradação, Pontes (1986) informa que os participantes deram todos um exemplo de sujeito humano mais agente e mais animado. Payne (1997, p.150) formulou uma escala de agentividade que descreve que quanto mais humano, animado e definido, maior será a tendência do argumento de uma oração ser agente. Por sua vez, se o argumento for uma coisa, objeto, ideia, algo sem vontade própria, inanimado, ele tende a ser paciente.

Figura 1 - Escala simplificada de agentividade



Fonte: Payne (1997, p. 150)

De acordo com o exposto até aqui, parece ser unânime, entre estes autores, que o agente típico é aquele que desempenha função na ação, aquele que age. Quando o sujeito é humano e o verbo é ativo, indica uma ação, o falante tende a identificar o *agente* mais facilmente, tendo ele preferência por priorizar, numa cena, aquele que possui traço +animado. No entanto, classificar o agente apenas pelo traço da animacidade não seria suficiente.

Conforme o exposto, a relação de “agente” tem ligação com a de “tópico” e essas noções também influenciam quando a escolha pelas estruturas. Na ativa, o agente é, frequentemente, o tópico, enquanto na passiva, o tópico é o paciente. Ou seja, o agente pode ser omitido ou deslocado para uma posição menos proeminente na sentença _ a voz passiva tira o seu foco, a ponto de este poder ser omitido. Essa escolha pode alterar o foco da informação que se deseja transmitir. Apresentados tais conceitos, a próxima seção abordará as noções de vozes verbais e a sua subdivisão, a partir de diferentes gramáticos.

1.3 As vozes verbais e sua subdivisão em ativa e passiva

No contexto das estruturas classificadas como passivas, é necessário compreender a noção de vozes verbais. As vozes verbais são a forma como os verbos se apresentam na oração a fim de determinar se o sujeito pratica ou recebe a ação, ou como define Cegalla (2005), se a ação é “praticada ou sofrida pelo sujeito” (p.219). Nessa perspectiva, são três as vozes dos verbos: a ativa, a passiva e a reflexiva⁷.

Melo (1978, p.83) define *voz verbal* como “aspecto verbal caracterizado pelo papel do sujeito relativamente à ação expressa. Se o sujeito é visto como praticando a ação, a voz se diz ativa; se ele é visto como sofrendo a ação, a voz se diz passiva”. Tal classificação se aproxima à de Cegalla (2005, p.219), que diz ser voz ativa quando “o sujeito é agente, isto é, faz a ação expressa pelo verbo”, como em “O caçador **abateu** a ave”, enquanto a voz passiva se estabelece “quando o sujeito é paciente, isto é, sofre, recebe ou desfruta a ação expressa pelo verbo”. O autor exemplifica com a oração “A ave foi **abatida** pelo caçador”. Notamos aí que o autor utilizou o recurso da paráfrase, bastante empregado pela tradição gramatical para explicar as

⁷ Importa salientar que a voz reflexiva não é de nosso interesse neste trabalho, mas será tratada aqui e em outra seção, mesmo que de forma menos aprofundada, pois está relacionada com o objeto de nosso interesse, as estruturas passivas.

vozes verbais. É comum, na abordagem tradicional, que se atribua a existência da voz passiva como proveniente de uma originalmente ativa.

Melo (1978) não trata da voz passiva sintética e menciona a perífrase verbal para a expressão da passiva, que é formada por uma “combinação, em que figura como auxiliar do verbo ser, ficando o verbo principal no particípio passado: sou amado, era amado...” (p.83). A respeito da voz reflexiva, diz ser “aquela em que o sujeito é agente e paciente ao mesmo tempo”. Do mesmo modo, Lima (2011, p. 189), apresenta a voz passiva como formada por “verbo auxiliar ser, conjugado em todas as formas, seguido do particípio do verbo que se quer apassivar” (“Sou louvado”, “És louvado” etc.). O gramático não explica a divisão da voz passiva em analítica e sintética.

Bechara (1999, p. 222) chama a atenção para que não se confundam as noções de voz passiva e *passividade*⁸, pois *voz* é “a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação” e cita como exemplos: “Ele foi visitado pelos amigos”; “Alugam-se bicicletas”. Já a *Passividade*, “é o fato de a pessoa receber a ação verbal. A passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo: Os criminosos recebem o merecido castigo”.

Segundo Haury (2015), não há um consenso entre os gramáticos quanto ao conceito de voz verbal. Após estudo comparativo de algumas gramáticas normativas da língua portuguesa, tanto modernas como antigas, assim como o confronto destas com gramáticas estrangeiras, ficou evidente a complexidade do problema que cerca as vozes verbais. Tal problema, afirma a autora, é fruto da diversidade de critérios adotados, bem como ocorre com outros assuntos gramaticais. Ela explica que o conceito de voz varia de um autor para o outro

segundo se considere a **forma** ou a **significação do verbo**, ou ainda, o **tratamento do processo verbal** em relação a um sujeito. Assim, uma oração como “O povo recebeu o castigo” está na voz ativa, segundo Mattoso Câmara Júnior; na voz, passiva, segundo Carlos Góis, e, conforme lição de Celso Cunha, não tem voz, pois o verbo é neutro. (Haury, 2015, p.939)

Haury (2015) também aponta para um comportamento contraditório que acaba comprometendo o estudo das vozes. É o de alguns autores adotarem o conceito de voz de acordo

⁸ A respeito dessas duas noções – passiva e passividade, Câmara (1968, p.135) explica que, embora não sejam idênticas, estão relacionadas. Na voz médio-passiva de verbos intransitivos, identifica-se uma passiva impessoal, onde o processo verbal é central, sem um paciente explícito. O sujeito assume uma posição de paciente em relação ao verbo, mesmo na voz ativa, como nos exemplos “O meliante apanhou uma surra”, “Este menino aprende com um bom professor” e “O funcionário recebeu uma censura”.

com a forma do verbo, mas seguirem, na análise, o critério semântico e vice-versa. Outro ponto mencionado pela autora é que alguns gramáticos foram influenciados por “lições do passado”, já outros, por leituras de obras estrangeiras, e, assim, divergem quanto à classificação das vozes verbais, sobretudo em relação à análise do *se*. Resultado disso é que, em sua classificação, alguns consideram que voz *se* divide em ativa e passiva, outros em ativa, passiva, reflexiva e impessoal, outros, ainda, adotam a ativa, passiva e medial e, para a maioria (como também para a NGB), ativa, passiva e reflexiva.

Hauy (2015) propõe, em sua gramática “com vistas à coerência e uniformização dos conceitos e, sobretudo a uma adequação da teoria à prática”, sistematizar os estudos das vozes obedecendo apenas a um critério, o formal. Assim, a autora classifica o verbo como a “palavra que pode exprimir as modalidades de um processo ou estado por meio de mudanças de forma” (p.940) e define voz como “forma em que o verbo de ação se apresenta para indicar se o sujeito pratica ou sofre a ação verbal.” (p.940). A autora destaca a importância de uma metodologia que valorize a forma, perspectiva que permite uma análise mais objetiva e padronizada dos verbos, facilitando a compreensão de suas funções gramaticais.

1.3.1 Voz passiva: uma revisão em gramáticas tradicionais e nas mais especializadas

Almeida (1955) classifica como passivo o verbo “que expressa uma ação sofrida, recebida pelo sujeito; o sujeito, nesse caso, diz-se paciente ou recipiente da ação verbal”. Para ele, é indiferente falar “verbo passivo” ou “verbo da voz passiva”, bem como “verbo ativo” ou “verbo da voz ativa”. O gramático cita, como exemplo de voz passiva, apenas a forma analítica, como em: “O caçador foi morto pelo tigre”, em que “a pessoa ou a coisa que pratica a ação aparece sob a forma de complemento, o qual se chama complemento agente” (p.174).

Ele explica, também, que os “verbos intransitivos não podem passar para a passiva; não é possível apassivar verbos que não têm recipiente” (p.176). E afirma que, no português, a passividade é indicada de três formas: através dos verbos *ser*, *estar* e *ficar* e o particípio passado de certos verbos ativos: *ser visto*, *estar (ficar) preso*, etc.; mediante o emprego do pronome *se* (partícula apassivadora): “Alugam-se casas”; através do emprego de verbos ativos que, estando no infinitivo, funcionam como complementos de adjetivos: “Osso duro de roer” (“Osso duro de ser roído”), “Estrada difícil de passar”, etc. Acrescenta ainda que o português não possui flexões verbais sintéticas para a voz passiva: precisamos de duas formas para expressá-la. Ou seja, “não possuímos verbos passivos, mas vozes, isto é, formas passivas”.

Câmara (1968, p. 276) afirma ser de *voz passiva* a “formulação dos verbos transitivos em que se inverte a formulação corrente dita voz ativa”, ou seja, ocorre uma transformação e aquilo que na voz ativa seria o complemento objetivo, torna-se sujeito. De acordo com o autor, existem duas construções passivas, a *passiva analítica*, formada pelo verbo auxiliar *ser*, em qualquer tempo verbal e um particípio passado e a *médio-passiva*, ou *sintética*, constituída pelo verbo da 3ª pessoa da forma ativa mais o pronome *se* na função de apassivador.

O autor cita duas diferenças básicas entre esses dois tipos de passiva. A primeira é que a voz passiva analítica pode ser formulada em qualquer pessoa gramatical, a médio-passiva só se formula na 3ª pessoa, que corresponde à 3ª pessoa do pronome oblíquo *se*. Tornando inadequado considerar, por exemplo, *batizei-me*, como médio-passiva. A segunda diferença é que a voz médio-passiva não permite que o agente seja expresso como complemento no predicado (*o discurso é ouvido por todos com atenção*, na médio-passiva: *ouviu-se o discurso com atenção*).

Um outro ponto mencionado por Câmara (1968) é que a médio-passiva se aplica a sujeito que representa ser inanimado, e a sujeito animado, quando percebemos pelo contexto que se trata de paciente. Ele explica como acontece a degradação do sujeito na médio-passiva, chegando até o seu desaparecimento: 1- através da regência da preposição expletiva, comum na língua literária: “*a Bernardes admira-se e ama-se*”; 2- através da invariabilidade do verbo na língua popular: “*se nota pelos mareantes os perigos do mar*”; 3- com a extensão da construção aos verbos intransitivos, em que não há paciente que sirva de sujeito: “*vai-se bem por aqui*”. Assim, para o autor, é possível chegar a uma passiva de caráter impessoal, que no português se limita à médio-passiva (passiva sintética).

Também Kury (1990) diferencia dois tipos de passiva: a passiva com auxiliar e a passiva pronominal, que correspondem às estruturas analítica e sintética. A voz passiva analítica, para o autor, é “a forma composta, com auxiliar, que o verbo transitivo direto assume para exprimir que o seu sujeito é paciente, isto é, recebe ou sofre ação: Abel (sujeito = paciente) foi morto (ação = verbo na voz passiva) por Caim (agente da passiva)” (p.34). E a passiva pronominal consiste em uma construção sintética, “em que à forma do verbo na voz ativa se acrescenta, para indicar passividade, o pronome *se*” (p. 34).

Segundo o autor, esta forma pede complemento de verbo transitivo direto, agente (sujeito) indeterminado e paciente (objeto direto) representado por um ser inanimado, que é

incapaz de praticar a ação verbal: “Construíram-se muitos edifícios”. Para ele, “no caso de paciente representado por um ser animado, em vez de passividade, a construção pronominal poderá também indicar flexibilidade, ou reciprocidade: ‘Salvaram-se todos nadando’” (Kury, 1990, p.35).

Conforme Kury (1990), inicialmente, a construção com um verbo acompanhado do pronome *se* era considerada reflexiva, mas passou a significar passividade, quando com verbos transitivos diretos, em orações providas de sujeito. Com a evolução da língua, esse uso se ampliou para todos os tipos de verbos, mas em frases sem sujeito determinado, como em: “Também se morre de amor”, “Obedeça-se às prescrições”, “Nunca se é excessivamente bom” (Kury, 1990, p.36). Ele explica, ainda, que, na tradição da gramática latina, de forma equivocada, essa construção era chamada de passiva impessoal: passiva em relação à forma do verbo, impessoal por conter sujeito.

O gramático explica que a passiva pronominal poderia ser classificada como pessoal (com sujeito: “Ouviram-se amplos bocejos”) e impessoal (sem sujeito: “Já não se falava, gritava-se”). Kury (1990) ressalta que seria mais adequado dizer que se trata de uma construção com “conjugação pronominal de sujeito indeterminado”. Ocorre que a frequência de uso do pronome *se* para indicar indeterminação do sujeito junto a verbos intransitivos, transitivos indiretos ou de ligação (Vive-se bem aqui; Precisa-se de uma secretária; Nunca se é excessivamente bom.) se estendeu aos “próprios verbos transitivos diretos, desde que empregados com objeto direto preposicionado, ou intransitivamente e cita alguns exemplos: ‘Admira-se a Bernardes’; entre outros” (Kury, 1990, p. 37).

Segundo o autor, o “uso vulgar” leva esse emprego até os verbos transitivos diretos sem objeto preposicionado, a exemplo de ‘Conserta-se relógios’, construções que contrariam a norma “na boa linguagem literária.” E informa, ainda, que apesar disso, já se encontram exemplos literários, como em Aluísio Azevedo: “Como que se sentia ainda na indolência da neblina as verdadeiras notas da última guitarra da noite antecedente... (Cortiço, 43)” (Kury, 1990, p. 38).

Kury (1990) assume, em relação à voz passiva sintética, uma abordagem que nos chama a atenção, pois ele chega a mencionar em suas explicações o sujeito indeterminado. O autor é o único a abordar essa questão, ele pontua que os falantes consideram construções em que o “se” é apassivador como sendo sujeito indeterminado. Ao citar como exemplo, um trecho da obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo: “Como que se sentia ainda na indolência da neblina as derradeiras notas da última guitarra da noite antecedente” (p. 38), Kury (1990) demonstra ter conhecimento sobre formas já usadas pelos falantes. Embora ele avalie o uso como vulgar, reconhece que essa forma pode ser encontrada também na literatura.

Com uma visão parecida, Luft (1979, p.132) classifica como voz passiva “quando o sujeito sofre a ação”, estrutura que se exprime por “ser (estar, ficar, (v)ir...) + particípio ou pronome *se*: *O lobo foi ferido; feriu-se o lobo*”. Explica que essa voz pode estar representada com auxiliar mais particípio, como em: “Ele é estimado pelos colegas”; e com pronome apassivador *se* junto a verbos transitivos diretos, a exemplo de “Consertam-se calçados”.

Sobre esse caso, o autor afirma que seria mais correto “considerar ativa essa conjugação _ o que corresponde [...] ao sentimento dos falantes” e é como se usa na fala espontânea, como em “conserta-se calçados, vende-se terrenos”, corresponde ao que se refere à colocação dos termos (a posição após o verbo seria de paciente), além disso, “evita o divórcio dessas construções com a dos verbos não transitivos diretos (*precisa-se de, trabalha-se de, corre-se, pula-se*), que seria absurdo considerar passivos”. (Luft, 1979, p.132) Ele afirma ainda que, temos no “se” a ideia de “sujeito indefinido”, que pode, facilmente, ser interpretado como sujeito (Aqui – se – trabalha = Aqui – **a gente** – trabalha). Segundo Luft (1979), “A flexão plural do verbo (vendem-se terrenos), no padrão culto escrito, pode-se explicar como mera “servidão gramatical – nem sempre observada – ou por atração” (p.132).

Em Bechara (1970, p.126), temos como definição para voz passiva a “forma verbal que indica que a pessoa recebe a ação verbal. A pessoa, neste caso, diz-se paciente da ação verbal: A carta é escrita por mim, o primo foi visitado por ti, a árvore será plantada por nós”. De acordo com o autor, a passiva “pode ser analítica (formada com um dos verbos ser, estar, ficar seguido de particípio) ou pronominal (formada com verbo acompanhado do pronome oblíquo *se*, que se chama, no caso, pronome apassivador): A casa foi alugada (passiva analítica). Aluga-se a casa (passiva pronominal)”.

Na gramática de Cunha e Cintra (1985, p.372), lê-se que verbo está na voz passiva quando o fato por ele expresso é representado “como sofrido pelo sujeito: Pedro foi ferido por João. Não se vêem [= são vistas] rosas neste jardim”. [grifos do autor]. Segundo os gramáticos, “expressa-se a voz passiva com o verbo auxiliar ser e o particípio do verbo que se quer conjugar (Pedro foi ferido por João) e com o pronome apassivador *se* e uma terceira pessoa verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito (Não se vê uma rosa neste jardim)”.

Em síntese, percebemos que alguns gramáticos não consideram a voz passiva sintética, mas a maioria defende o conceito de passiva como indicativa de que o sujeito sofre ou recebe a ação. De acordo com a tradição gramatical latina, o pronome “se” não é considerado um sujeito, mas sim um elemento que assume outras funções dentro da oração. Essa, portanto, é uma visão mantida por diversos autores e é refletida nas funções do “se” na língua portuguesa. Até aqui, revisitamos autores cujas gramáticas trazem a definição de voz passiva com uma visão alinhada à tradição gramatical. Desde Câmara (1968), as gramáticas seguem por uma mesma direção, sem apresentar tanta variação na descrição. Mesmo que esses compêndios tenham uma versão revisada, a visão da tradição se mantém. Bechara e Câmara têm visões são muito próximas, da mesma forma Kury e Luft.

Na sequência, temos uma abordagem da voz passiva a partir de gramáticas que são direcionadas a um público mais específico, como estudantes de Letras, professores, e outras pessoas que se propõem a conhecer e discutir “problemas reais da análise da língua, baseada em fatos observáveis do português padrão atual” (Perini, 2006, p.15). São as visões de Duarte (2003) e Perini (2006).

Duarte (2003) define a voz passiva a partir de dois exemplos: 1a) “O Luís ofereceu o livro à Maria” e 1b) “O livro foi oferecido à Maria pelo Luís”. No primeiro consiste uma construção *ativa* e no segundo, uma *passiva*. Para a autora, tanto uma como outra oração descrevem “o mesmo tipo de situação e obedecem às mesmas condições de verdade” (p.521). O que as diferencia é a perspectiva em que se coloca o *agente*, se no papel temático externo, como em (a), ou no papel temático interno, como em (b). O que ela classifica como *diátese ativa* e *diátese passiva*. Considera que na língua portuguesa há duas formas passivas, a **sintática** (ou perifrástica, que outros autores denominam como *passiva analítica*) e a **passiva de –se** (por outros gramáticos chamada *passiva sintética*).

Sobre as *passivas de -se*, Duarte (2003) pontua que a tradição as classifica como passivas pronominais ou reflexas, e ao contrário das passivas sintáticas, essas têm o argumento interno em terceira pessoa gramatical. Sobre a concordância entre o sujeito e o verbo a partir dessas orações, explica que “o constituinte interpretado como argumento interno direto do verbo tem relação gramatical de sujeito” (p.531), isso se explica pelo fato de que ele controla a concordância verbal: “(44) Os artigos publicaram-se propositadamente no último número da revista” e “(45) O canivete usou-se para cortar o pão”; 44 (a) *Esse artigo publicou-se* no último número da revista; 45 (a) *Os três canivetes usaram-se* para cortar o pão”.

Sobre o fato de as passivas de *-se* permitirem por parte do falante uma dupla interpretação, elas explicam que essas construções “são sistematicamente ambíguas entre uma interpretação de passiva de *-se* e de frase activa com *-se* nominativo: 50(a) Descobriu-se uma fuga no reactor nuclear. Int. 1: Foi descoberta uma fuga no reactor nuclear. Int. 2: Alguém descobriu uma fulga no reactor nuclear” (Duarte, 2003, p. 533). Na versão de 1989 desta obra, conforme lemos em D’avila (2006), considera-se a passiva de *-se* “uma estratégia de supressão ou ocultação do agente, que envolve a externalização de um argumento interno do verbo a partir do qual é formado o particípio passado”.

Com a relação entre agente e sujeito, Perini (2006) explica que as estruturas ativa e passiva seguem um conjunto de regras de interpretação. As ativas seguem três regras: R1) o objeto direto é interpretado como paciente; R2) o atributo (com a preposição *com*) é interpretado como instrumento; e R3) o sujeito é interpretado como agente, instrumento ou paciente. Esclarece que é preciso aplicar as regras nessa ordem e o agente é um ser animado. O autor formula novas regras para as estruturas passivas, (Regras P):

Regra 1-P (R1-P): O adjunto circunstancial (com *por*) se interpreta como agente.

Regra 2-P (R2-P): Introduzir “agente não especificado” na representação semântica das passivas, caso essa representação não inclua “agente”.

Regra 3-P (R3-P): O sujeito se interpreta como paciente.
(Perini, 2006, p. 269, grifos do autor)

Segundo Perini (2006), a estrutura passiva “contém predicado composto do verbo *ser* + particípio” (p.269). Para explicar como a regra é aplicada, ele apresenta a oração: “Meu livro foi rasgado” e esclarece que, nesse caso, a aplicação de R1-P não é necessária, pois não há adjunto circunstancial com *por*. Contudo, se no lugar dessa tivéssemos “Meu livro foi rasgado pelos garotos”, o constituinte “pelos garotos” seria interpretado com o agente. Sobre como se

aplica a regra R2-P, ele explica que a frase tem uma representação semântica que não inclui agente, sendo assim, o agente é “não-especificado”. E conclui com a regra R3-P, que considera o sujeito como paciente, voltando ao exemplo, “meu livro”.

De acordo com Perini (2006, p. 269), as passivas devem ser interpretadas por um sistema separado devido ao que considera ser “uma contingência do precário estado de nosso conhecimento no assunto”, sendo assim, necessário buscar meios de integrar a interpretação das passivas no sistema geral de interpretação. Ao examinar os casos “impessoais” como: “Quebraram meu relógio” e “Come-se pizza no Natal”, Perini (2006, p.270) explica que na primeira oração, por não se tratar de uma estrutura passiva, devemos aplicar o primeiro conjunto de regras. Ao aplicarmos R1, o objeto direto, meu relógio, recebe o papel semântico de paciente. Como não há atributo, R2 não se aplica. Em relação à R3, surge um problema: se a frase não tem sujeito, R3 não se aplica.

O autor comenta ainda que a representação semântica não terá agente, no entanto, “isso vai contra nossa intuição”. Entendemos que há um agente, pois o relógio não se quebrou sozinho. O autor considera que há uma falha no sistema de regras até aqui estabelecido, mas que podemos resolver criando a Regra 4 (R4) introduzir “agente (não-especificado)” na representação semântica de frases com NdP na 3ª pessoa do plural sem sujeito. (Perini, 2006, p. 270)

Sobre a frase, Come-se pizza no Natal, ele esclarece que esse tipo de oração apresenta dificuldade para o analista, pois, não fica claro se o sujeito é pizza ou se é uma oração sem sujeito. Isso acontece porque há muita flutuação entre falantes e escritores. Estes ficam na dúvida sobre como dizer, se no singular, “Come-se pizzas no Natal”, ou no plural “Comem-se pizzas no Natal” (p.271). Para os gramáticos normativos, a estrutura correta é a segunda e muitas pessoas chegam a usá-la, mas, para Perini, esse fenômeno é “puramente escolar”, pois não acredita que as pessoas aprendam nativamente a produzir estruturas como essa. O autor julga que a gramática do português que considera apenas essa forma como correta e recrimina a outra como incorreta está escondendo fatos e perdendo tempo.

Ao tratar da presença do agente nas representações semânticas, Perini (2006) afirma que a análise proposta pediu que fossem levados em conta agentes de duas fontes, e diz que “em alguns casos, ‘agente’ é o papel semântico atribuído a um sintagma explícito, formalmente presente na estrutura” (p.272), em outros, o papel de agente foi introduzido em uma

representação semântica que não se vincula de forma direta a nenhum constituinte formal, ainda que de forma natural essa introdução seja controlada por algum traço formal, como um NdP sem sujeito e na terceira pessoa do plural. Além disso, há alguns casos em que não existe a introdução de nenhum agente na representação semântica. Assim, a análise atribuiu a “Meu livro foi rasgado” um agente não-especificado e não atribuiu nenhum agente à representação semântica de “A vidraça quebrou”.

A diferença no tratamento das orações estaria, segundo o autor, na intuição dos falantes. Na primeira oração (Meu livro foi rasgado), é possível subentender que há um agente por trás da ação, visto que a interpretação que surge primeiro não é a de que o livro foi rasgado de forma acidental. Já em “A vidraça quebrou”, a interpretação é de que não há um agente para o acontecimento. Para Perini (2006), a primeira foca em uma ação, a segunda em um simples acontecimento.

Os autores citados nessa seção, ao conceituarem as construções na voz passiva, consideram tanto os aspectos sintáticos como os semânticos e alguns chegam a reconhecer que, de maneira equivocada, a GT não valida as formas utilizadas pelos falantes em situações reais de uso. Essas formas utilizadas pelos falantes para se expressar e que acabam modificando estruturas da língua são motivo de discussão entre linguistas, tema das seções seguintes.

1.3.2 A voz passiva sob o viés funcional discursivo

Em seu trabalho com as estruturas passivas sintéticas, Indursky (1993) aponta para a “dupla possibilidade” de interpretar o *se*, permitindo que o texto tome dimensões discursivas, para além da estrutura da frase, e que “faculta duas leituras teoricamente autorizadas” (p.245). Ela faz observações sobre as estruturas passivas, depois de realizar a paráfrase de enunciados que estão na passiva sintética, passando-os para a passiva analítica, conforme as duas versões abaixo. Na busca por mostrar que o sentido do enunciado base (1) e sua paráfrase (1a) não é o mesmo. Vejamos:

1) “Os casos [de violência e corrupção] são tantos e tão frequentes que se está criando um clima de susto, de descrença”. (Folha de S. Paulo, 01/08/91)

1 a) “Um clima de susto, de descrença está sendo criado”.

De acordo com Indursky (1993), temos em (1a) o *se* que faculta uma interpretação como apassivador, leitura limitada ao campo frasal e coloca em evidência a forma verbal de voz passiva. Contudo, o enunciado (1) favorece uma outra interpretação: (1b) “Alguém está criando um clima de susto, de descrença”. Nesta leitura, se quer evidenciar que o agente da ação é indeterminado, “e instiga o leitor a questionar o texto para preencher a lacuna produzida pelo pronome indeterminador” (p. 246). Não se sabe quem é este alguém que está criando tal clima, e isso faz o leitor criar suposições que o orienta “em suas investigações ao longo da superfície textual.”

A autora explica que, quando o verbo e o sintagma nominal estão no plural, isso confirma um vínculo e temos, então, a interpretação passiva. Caso contrário, a dupla interpretação é possível. Quando a construção pronominal está dentro de outra estrutura frasal mais complexa, como observamos, “as relações diluem-se e surge com muita força a interpretação indeterminadora.” (Indursky, 1993, p. 249). O trabalho de Indursky leva-nos a refletir sobre a definição da voz passiva, mais especificamente sobre a regra que afirma que as passivas têm sua equivalente ativa. As paráfrases empreendidas pela autora comprovam que o sentido das duas estruturas oracionais muda. Assim, não é à toa que o falante escolhe as estratégias de indeterminação.

Pontes (1986) considera que a oração passiva é mais restrita do que a ativa, mas considera ser preciso um estudo mais complexo para entender a função que ela exerce e saber do motivo da restrição. Ela também explica que a passiva é um recurso para *escamotear* o agente. Assim, diz-se *Alguém matou Paulo* e *Paulo foi morto*, em que ocorre promoção do objeto a tópico. Não se sabe ou não se quer dizer quem matou Paulo. Para ela, a voz passiva é um dos meios de alcançar esse objetivo, pois há outros recursos na língua.

Além disso, a linguista comenta que, se fizermos uma análise estatística de ocorrências (raras na língua oral) de estruturas passivas, a maioria delas é sem agente. Desse modo, quando dizemos *Sumiu uma fita*, não estamos cogitando o agente, seja porque não sabemos quem deu sumiço na fita, ou por que não é do nosso interesse acusar alguém, queremos apenas registrar o acontecimento. Em seu trabalho *A ordem VS em português* (1982), a autora cita Givón (1979), que já se posicionara sobre a passiva ser usada, principalmente, como um recurso para escamotear o agente na oração.

Possenti (2011) comenta sobre não darmos a devida importância aos efeitos que podem ser produzidos em um texto a depender se o sujeito está ou não implícito, a sua posição, etc. Com base em um trecho de um texto jornalístico, o autor analisa como a posição (política, ideológica) de quem escreve pode ser interpretada, se levarmos em conta as características sintáticas. Vejamos:

(1) “A causa do MST é justa. A causa de Arafat também. Os dois movimentos simbolizam a eterna luta do pobre contra o rico, do fraco contra o forte. Ambos, porém, são identificados com a radicalização que Lula e o PT tanto se esforçam para repudiar” (Folha de S. Paulo (03/03/2002).

O autor pontua que, embora num primeiro momento o texto pareça ser neutro, simpático ao PT, através da sintaxe, nos é revelado o contrário, e isso pode não ter sido notado pela autora. Para ele, o posicionamento contrário ao PT fica evidente quando analisamos bem o trecho “*são identificados com a radicalização*”. Uma breve análise diria que essa é uma construção passiva, cuja ativa é “Identificam a ambos com a radicalização...”, e “embora o verbo ‘identificar’ não seja impessoal, aparece sem sujeito”. (Possenti, 2011)

Possenti (2011) faz uma ressalva: se aceitarmos que as passivas derivam das ativas, a posição ideológica do texto aparece, visto que não está explícito quem identifica o PT com grupos radicais. Ao não mencionarmos o agente, o texto dá a entender que a identificação do PT com os grupos não é de responsabilidade de ninguém. Ou seja, a opinião é dada sem comprometer aquele que escreve o texto. O autor aponta outro efeito ideológico, o do apagamento do sujeito, o de apresentar o fato como natural, produzido por nenhum agente. Vemos que esse é um recurso usado pelo usuário da língua, aquele que escreve, seguindo suas necessidades, sua intenção.

Conforme indicamos, esta seção fixou um olhar influenciado por uma perspectiva discursiva sobre o fenômeno investigado. Na sequência, temos a visão de autores funcionalistas e sociolinguistas sobre a voz passiva.

1.3.3 A voz passiva: o que dizem os estudos funcionalistas e sociolinguistas

Shibatani (1985) declara que a voz passiva tem como função fundamental a “desfocagem do agente”. Segundo o autor, na língua inglesa, o uso da estrutura passiva se

estende às orações que contêm um experienciador no lugar de agente, como em “Mary é amada por John”. Mas, “uma cláusula sem agente - ou algo próximo a ele, como um experienciador - não permite uma passiva” (Shibatani, 1985, p. 832) pois, nesse caso, não há um agente para desfocar. Ele esclarece ainda que, embora possuam os mesmos verbos, há orações que, a depender do sujeito, não são apassivadas, e apresenta, como exemplo, as orações:

- 1) a. John comprou esta casa por US\$ 250 mil em 1980.
 a'. Esta casa foi comprada por John por US\$ 250.000 em 1980.
 b. US\$ 250 mil não comprarão mais esse tipo de casa.
 b'. *Este tipo de casa não será mais comprado por US\$ 250.000.
- 2) a. John construiu esta casa por US\$ 250.000 em 1980.
 a'. Esta casa foi construída por John por US\$ 250.000 em 1980.
 b. US\$ 250 mil não construirão mais esse tipo de casa.
 b'. Este tipo de casa não será mais construída por US\$ 250 mil.
- (Shibatani, 1985, p. 832)

Shibatani (1985) baseia seus argumentos no critério de foco e acredita que outro termo que não fosse desfocagem do agente, não seria capaz de explicar o fenômeno que envolve o agente nas passivas. Para ele, os termos “rebaixamento de agente”, “supressão de agente” e “histórico de agente” são muito restritos, pois, tem a intenção de abranger outros fenômenos como “ausência de menção de um agente, a menção de um agente em um *slot*⁹ sintático não proeminente, indefinição da identidade de um agente pelo uso de formas plurais e referência indireta a um agente pelo uso de um caso oblíquo” (Shibatani, 1985, p.832).

O autor esclarece que todos os elementos que fazem parte de um quadro ou valência semântica têm algum grau de foco. Isto é, eles são essenciais para a compreensão da mensagem e se sobressaem em relação a todas as outras entidades que podem estar presentes na mente dos interlocutores, mas que não são expressas semanticamente. Essas entidades expressas semanticamente têm diferentes níveis de relevância; alguns elementos são mais destacados que

⁹ Um slot sintático é um ponto específico dentro da configuração de uma sentença que permite a inclusão de elementos linguísticos com funções gramaticais determinadas. Simplificando, é uma lacuna na formulação de uma oração que é adequada para ser ocupada por termos ou expressões que cumprem um papel gramatical particular. Tomando como exemplo uma sentença na voz passiva, existe um lugar reservado para o agente do verbo, geralmente precedido pela preposição “por” na língua portuguesa.

outros, porque são mais importantes para o falante e requerem mais atenção do ouvinte. Outros elementos exigem menos atenção porque são pouco relevantes ou não são facilmente identificáveis, ou porque não é conveniente enfatizá-los.

Assim, se um elemento requer menos atenção, ele é submetido a uma estratégia de desfocagem, e “o meio mais óbvio de desfocar um elemento é não codificá-lo sintaticamente” (Shibatani, 1985, p.832). Portanto, a passiva que omite um agente nominal representa essa estratégia de desfocagem. Comenta, também, que existem vários graus de foco para os elementos codificados sintaticamente. O grau mais elevado está para aquele que é codificado como sujeito. Ao longo da hierarquia das relações gramaticais: sujeito > objeto direto, objeto indireto > objetos oblíquos, o foco diminui.

Para Givón (1990), as estruturas passivas são construções que suprimem ou reduzem a expressão do argumento agente, e podem promover o argumento paciente à posição de sujeito/tópico. A passiva pode mostrar o quanto o agente participa da ação, e o quanto o paciente é importante para o assunto. A definição proposta pelo autor envolve três aspectos funcionais das passivas: a impessoalização do agente, a detransitivização do evento e a topicalização do paciente.

Ao explicar as principais vozes detransitivas, Givón (1995, p.77) informa que elas dividem-se em: a) inverso: o paciente é mais tópico que o agente, mas o agente mantém uma atualidade considerável; b) passivo: o paciente é mais tópico que o agente, e o agente é extremamente não tópico (suprimido, rebaixado); c) antipassivo: o agente é mais tópico que o paciente, e o paciente é extremamente não tópico (suprimido, rebaixado).

Figura 2- Esquema proposto por Givón

	MOST TOPICAL AGENT
a. Neutral-active:	The woman shot the deer
b. Agented passive:	The deer was shot by the woman
c. Agentless passive:	The deer was shot (yesterday)
	LEAST TOPICAL AGENT

Fonte: Givón (1990, p. 35)

No esquema proposto por Givón (1990), apresentam-se três categorias com os respectivos exemplos numa espécie de escala, indo do agente menos tópico, com a passiva sem o agente expresso (c. O cervo foi baleado), até o agente mais tópico, com a ativa-neutra (a. A mulher atirou no cervo). Segundo o autor, escala de codificação sintática nos exemplos que constam em seu esquema, refletem o uso de dois princípios icônicos: *o princípio de ordem sequencial*, colocado em serviço em (a), em que o agente, mais tópico, ocupa a posição inicial da oração e o paciente, menos tópico, está na posição final, enquanto em (b) a ordem é invertida; e *o princípio da quantidade*, colocado em serviço na passiva sem agente (c), em que o agente não tópico está totalmente ausente.

Além disso, o autor explica a complexidade que envolve a estrutura passiva. Para ele, nas “orações passivas marcadas pela morfologia verbal ou por um auxiliar, pode-se argumentar que existe mais estrutura em relação à oração ativa. Por outro lado, o tipo de cláusula passiva mais comum não tem o agente e é, portanto, mais curto e menos complexo” (Givón, 1995, p.44). Ou seja, as estruturas passivas (A cabra foi morta pela mulher) comparadas às ativas (A mulher matou a cabra) são mais complexas estrutural e cognitivamente, mas existem, por outro lado, estruturas passivas com agente não-expresso (A cabra foi morta.), que, nesse caso, segundo o autor, têm menos estrutura e são menos complexas¹⁰.

Um outro ponto abordado por Givón (2001) que vale mencionar diz respeito à distinção entre a definição *sintática* e a definição *pragmática* da transitividade. O autor explica que a transitividade é um fenômeno complexo, que envolve tanto componentes semânticos quanto sintáticos. Argumenta que o evento transitivo prototípico é definido pelas propriedades semânticas do agente, paciente e verbo na oração-evento; respectivamente: a) Agentividade: Ter um agente ativo e deliberado; b) Afetação: Ter um paciente concreto e afetado e c) Perfectividade: Envolve um evento limitado, encerrado e em rápida mudança em tempo real. O autor ressalta que, pelo menos em princípio, essas três características semânticas são uma questão de grau.

Já sobre a definição sintática da transitividade, Givón (2001, p. 109) informa que “ está sujeita a uma certa medida de variação tipológica entre línguas”. Mas, para a maioria das línguas, um único recurso sintático resume tudo: “Orações e verbos que possuem objeto direto são sintaticamente transitivos. Todos os outros são sintaticamente intransitivos” (Givón, 2001,

¹⁰ Os exemplos citados estão em Givón (1995, p.35).

p.109). O autor ressalta que esta explicação relativamente simples, comparada à complexidade e escalaridade da definição semântica, estabelece um ponto geral : “a forma gramatical é muito mais esquemática, redutiva e discreta do que a função semântica ou pragmática”(Givón, 2001, p.109).

De acordo com Vieira e Freire (2016), os estudos de base sociolinguística descrevem o português brasileiro, na forma oral e escrita, permitindo um melhor entendimento da realidade linguística do Brasil, que contrasta com a descrição das gramáticas, tomadas como base nas aulas de língua portuguesa. Para as autoras, tais estudos trouxeram ricas informações e clareza sobre “o complexo jogo de inter-relações entre as variantes que convivem numa mesma comunidade linguística” (p.81), expondo as variantes coexistentes que vão além das prescritas pela norma.

Vários são os estudos que se propuseram a investigar a indeterminação do sujeito no português brasileiro. Eles revelam que a estrutura passiva de *-se* passou por um processo de gramaticalização. Tais estudos, como os trabalhos de Duarte (2007), Bravin (2012), Vieira e Freire (2016) e outros, são unânimes quanto à constatação, com base em dados provenientes de situações reais de uso dos falantes, de que existem recursos para escamotear o sujeito que são diferentes daqueles que a GT prevê como regra.

Estes trabalhos descrevem outras estratégias de indeterminação que estão concorrendo com as formas prescritas pela gramática: o clítico *se*, *Eles*, *Agente*, *Nós*, *Você* e o *zero*. A pesquisa de Duarte (2007), com dados de fala, revelou que, em uma amostra de 321 estruturas, o *se* apareceu como recurso de indeterminação em 26 (8%), a menor ocorrência foi para o **nós** que apareceu 8 vezes (2%) e a maior foi o uso do **você**, com 140 ocorrências (44%).

Já sobre a escrita, ao analisar uma amostra de 268 ocorrências¹¹ em textos dos gêneros artigo de opinião, crônicas e reportagens, representando o que considera como escrita padrão, Duarte (2007) constatou que a menor ocorrência foi do *você*, com 7 casos, o maior número foi o de *nós* com 122 ocorrências e o *se* apareceu 97 vezes, sendo a estratégia mais usada depois

¹¹ São destacadas as seguintes orações na amostra de Duarte (2007): (a) Clítico (11) Em nenhum outro país se dá mais importância ao IDH do que no Brasil. (artigo de opinião) (b) Eles (preferencialmente nulo) (12) [...] o assalto ao Banco Central nos reassegura que ainda [-] fazem assaltos em moldes clássicos. (artigo de opinião) (c) A gente (13) A gente pode não saber, mas a natureza sabe do que é capaz numa ínfima fração de minuto. (crônica) (d) Nós (preferencialmente nulo) (14) Realmente não existe mais ética neste país, nenhum princípio moral, nenhum caráter, [-] vivemos numa total inversão de valores. (artigo de opinião) (e) Você (15) ‘É muito chato assistir a um filme, quando você já conhece o final.’ (crônica) (Vieira e Freire, 2014, p.90)

do *nós*. As estratégias *a gente* e *eles* tiveram 13 e 29 ocorrências, respectivamente. A partir desses dados, é possível concluir que a escrita sofre influência do trabalho feito na escola, pois as variantes que ocorrem menos na fala, como é o caso do clítico *se* e do *nós*, foram as mais usadas na escrita.

Já em seu estudo, com abordagem diacrônica, Faggion (2008) analisou textos de cinco séculos, a partir de obras como as de Machado de Assis e Gregório de Matos. Os resultados possibilitaram verificar um aumento de frases de interpretação dupla (reflexiva e passiva), que apareceram com frequência no século XX. “Embora a construção seja ambígua, a informação transmitida não”. (p.7) A autora também confirmou o uso do *se* indeterminador como a forma mais frequente desde o século XVI. Além dela, também marcam presença – e desde registros muito antigos – a terceira pessoa do plural e a passiva sem agente.

Faggion (2008) afirma que todas as formas que indicam indeterminação têm restrições de alguma ordem, seja sintática, semântica ou morfológica. Desse modo, por mais que a interpretação arbitrária se construa no discurso, suas marcas acabam entrando no sistema da língua. Também constata que os gramáticos mencionam sujeito indeterminado, mas não outras funções (não falam em agente da passiva indeterminado). A autora pontua que *a gente*, *eles*, *eu*, *nós*, *você* e *vocês* fazem parte da rubrica “pronomes pessoais destituídos de valor dêitico”¹².

Por sua vez, Naro (1976) ressalta que a forma arcaica *homem*, indicando indeterminação, desapareceu da língua mais ou menos quando o *se* impessoal apareceu. Assim, acredita que do *se* reflexivo surgiu o *se* indeterminador, inicialmente como apassivador (não necessariamente ligado à passiva analítica), e seu caráter indefinidor levou-o a ter seu uso estendido para outros verbos, e só surgiu depois que o SN *homem* desapareceu.

Ainda, conforme Faggion (2008), a passiva analítica sem agente, “uma das formas mais estáveis de marcar indeterminação, parece oscilar entre os subsistemas REFERENCIAL-INDEFINIDO e NÃO-REFERENCIAL”. (p.157) A autora afirma que a forma de indeterminação, que é marcada por uma ausência, acaba restringindo as possibilidades de análise, que ficam circunscritas às possibilidades entrevistadas nas características semânticas e morfossintáticas do verbo transitivo direto que ocorre na frase (além, do contexto).

¹² Menon (1994, p.135 apud Faggion, 2008) sustenta que foi capaz de isolar doze possibilidades de indeterminação do sujeito. São eles: *a gente*, *eles*, *eu*, formas nominais, *nós*, *se*, *você*, *vocês*, passiva sem agente, passiva sintética, verbo na terceira pessoa do plural, verbo na terceira pessoa do singular.

Em *O carro foi lavado* ou em *A sala foi varrida*, o que parece ser mais importante é a conclusão das ações e não a nomeação de seus agentes, que existem e não são determinados, “mas com certeza pertencem ao campo referencial empírico atinente ao discurso”. Já na oração: *O pobre homem foi assassinado*, a não-nomeação do agente pode se dar por desconhecimento: não sabemos quem ele é. Há um referente, mas que está indefinido para nós. (Faggion, p.156)

O que distingue este mecanismo de outro é que, nele, o agente pode ser também não-humano, como por exemplo em *A cerca foi derrubada*. Como a ação é passível de ser realizada tanto por alguém, um humano, tanto por algum animal, ou pelo vento, por um objeto que cai, por deslizamento, etc., não há como definir sequer a classe geral do referente. E, conclui-se que ele não seria importante para o discurso.

Dias (2017) constatou, através de uma pesquisa¹³ cujo objetivo era analisar textos do gênero “cartas” e peças teatrais, dez maneiras de escamotear o sujeito, desde as tradicionalmente conhecidas, como o verbo sem sujeito lexicalmente preenchido com a partícula “se”; o verbo na terceira pessoa do plural, também sem sujeito lexical; o verbo no infinitivo impessoal; a voz passiva sem agente; o verbo na terceira pessoa do singular sem sujeito lexical expreso; sintagmas nominais; como também as formas pronominais, “nós”, “eles”, “você” e, até mesmo, o item gramaticalizado “a gente”. As estratégias mais comuns para tornar o sujeito indeterminado foram o “se” com verbos de terceira pessoa (49,1%), “nós” (20,1%) e verbos de terceira pessoa do plural (12,9%). A forma “se”, amplamente reconhecida pela gramática tradicional, era esperadamente predominante. O verbo de terceira pessoa do plural foi menos comum do que o previsto. A estratégia da “voz passiva sem agente” foi pouco encontrada e ausente em peças de teatro, e nos períodos de 1851-1900 e 1901-1950, foi usada apenas com verbos transitivos para focar na ação ou no objeto.

Omena e Pereira (1998) expõem que o agente da passiva, integrante das construções de voz passiva analítica, expressa o agente (ou experimentador) da ação (ou processo), e em português tende a ser formalmente suprimido. As autoras vão além e, a partir de uma perspectiva diacrônica, analisam diferentes sintagmas preposicionais encontrados em textos que estariam substituindo o “por” e o “de” das passivas analíticas, o que acaba por “romper” a

¹³ O corpus de análise foi constituído por cartas de leitores e redatores da Bahia, dos séculos XIX e XX, e peças teatrais. Esses textos compõem os corpora do PHPB – Projeto para a História do Português Brasileiro.

estrutura gramatical fixa: sujeito paciente + verbo auxiliar + particípio + preposição + agente da passiva e cita alguns exemplos:

1. “A informação *foi confirmada* em Brasília, pela secretaria do Conselho Paulo *Tapajós*, chefe do departamento.” (“A queda de um fotógrafo”. JB 25/4/92, p.6)

2. “A casa era cercada *de árvores*” (Revista *Desfile*. 1978, p.180)

3. “Este lugar, em outro tempo foi povoado *com o número de 150 pessoas*, sua Freguesia e Parocho.” (Informação do Capitão Mor Ignácio José Mongiardino ao Governador da Bahia, sobre a Capitania do Espírito Santo. 11 de julho de 1970, p.49.)

Veja que, em 3, o sintagma preposicional “com o número de 150 pessoas” expressa o agente da ação de povoar, que podemos parafrasear por “por 150 pessoas”. Assim, semanticamente, este constituinte pode ser interpretado como agente da passiva, numa estrutura de passiva analítica, embora apresente uma preposição diferente, mais comum em adjuntos adverbiais.

Segundo as autoras, essas orações permitem a desfocalização do agente e se esse processo suprime a identidade ou o constituinte agente da passiva, “temos o mais alto grau de demção do agente”. Corroborando com os ideais de Shibatani (1985), elas chamam a atenção para o foco, ressaltando que, numa estrutura com agente da passiva, o grau de focalização é inferior ao de estruturas ativas, mas superior às “construções passivas de agente suprimido (dedutível) ou indeterminado” (Omena e Pereira, 1998, p.164). Desse modo, é possível concluir que o uso dos diferentes S. Prep. não seria aleatório.

A respeito da estrutura das passivas com diferentes sintagmas preposicionais, Omena e Pereira (1998) esclarecem que, historicamente, no latim, o agente da passiva representado pelo S. Prep DE+SN precedeu ao que se forma pela preposição *por*. O primeiro aparece, também, em dados de outras línguas como romeno, italiano, francês, espanhol, entre outros. Enquanto o segundo parece não ser do latim vulgar, pois é desconhecido do Romeno. Já nos primeiros textos do português, porém, o agente da passiva já se construía com as preposições *por* ou *de*.

A pesquisa de Omena e Pereira (1998) revelou que das 242 ocorrências registradas de voz passiva analítica, a forma POR+SN predomina (80%). Exceto os textos do século XVI, sua frequência manteve-se ou foi aumentando, enquanto a sua principal concorrente – De+SN –

passou por um processo inverso: mais frequente nos primeiros séculos, DE+SN representa 15% do total dos agentes da passiva. Já as formas constituídas com OUTRAS PREPOSIÇÕES+SN representam 5% dos dados. Elas são esporádicas (12), registram-se mais casos em textos do século XVI. No século XV não foi registrado nenhum dado. Segundo as autoras, desde o século XIV, os diferentes S. Prep.s agente da passiva estão em concorrência. É, portanto, o sintagma -por, o agente da passiva que preferencialmente precede o sujeito paciente, pondo em foco, pela sua posição, como na voz ativa, o agente ou experienciador da ação verbal.

Podemos ainda citar Sallorenzo (2018, p.40). De acordo com a autora, as passivas servem para “ocultar o agente da frase. Para mocozar responsabilidades”. Ela argumenta que existem dois métodos para reduzir a valência na língua portuguesa, sendo a voz passiva o mais familiar entre eles. Valência verbal tem a ver, segundo a autora, com “o número de lugares de um verbo a serem preenchidos”, o que envolve critérios tanto semânticos quanto sintáticos.

São casos de valência zero, orações cujo verbo indica fenômeno da natureza, como em “Choveu”; os verbos de valência 1 são os intransitivos, com apenas um lugar a ser ocupado: “João nasceu” e; os verbos de 2 lugares ocupados, de um lado o sujeito e do outro o objeto: “Supla pintou o cabelo” (Sallorenzo, 2018, p.38). Voltando ao caso de redução de valência, a autora explica que, de acordo com a Sintaxe, no exemplo “*João estuprou Maria*” (João = sujeito/agente/tópico; Maria = objeto direto/paciente/foco), “João” é sujeito, pois rege o verbo, enquanto “Maria” é o objeto direto, uma vez que o verbo estuprar é transitivo direto:

Sobre a voz ativa, Sallorenzo (2018) informa que o sujeito também é o agente da ação, e, não apenas isso, ele também altera o estado final do complemento verbal. Ela questiona o que acontece quando transformamos uma estrutura de voz ativa em voz passiva e para que diabos serve esta voz. Retoma o exemplo anterior e realiza uma paráfrase, “Maria foi estuprada por João”, na qual Maria é agora sujeito/paciente/tópico e João passou a agente da passiva, sendo esta uma classificação de ordem semântica.

Com relação ao aspecto pragmático, o constituinte João virou foco. Para explicar sobre a classificação sintática, Sallorenzo (2018) esclarece que em “João estuprou Maria”, para a compreensão completa da frase, o objeto direto é um complemento essencial. Assim, não é possível dizer “João estuprou” sem um complemento, o objeto direto. Já na segunda frase, “Maria foi estuprada por João”, João não passou a ser o objeto indireto, como a preposição parece indicar de maneira incorreta. O constituinte “por João” pode não fazer mais parte da

oração, como acontece nas orações a seguir em que os constituintes em destaque, conforme explica Sallorenzo (2018, p. 40), são adjuntos adverbiais: de tempo em (a), de lugar em (b) e de modo em (c):

a) Maria foi estuprada ontem à noite.

b) Maria foi estuprada no elevador.

c) Maria foi estuprada seguidamente.

Existe, em todos os casos, a afirmação de que Maria sofreu a violência, mas não é citado que é o agente, que na construção passiva, segundo a autora, é uma informação considerada supérflua. O que acontece é que o destino final de Maria foi modificado por um indivíduo que, anteriormente, era o sujeito e agente, mas que foi posteriormente rebaixado. Ele perdeu sua relevância sintática, mas ainda assim conseguiu alterar o estado final de uma pessoa. O termo/sintagma que representa a pessoa, ou o sujeito da oração deixou de se apresentar como objeto e subiu na hierarquia sintática para se tornar o sujeito, embora, semanticamente, represente a vítima ou o paciente em ambas as construções.

Referente ao aspecto pragmático, Sallorenzo (2018, p.40) explica que, no exemplo dado, fala-se de Maria. Por sua vez, João desapareceu. Não se trata, portanto, apenas de ordem inversa, “tem muito mais coisa envolvida no rearranjo pragmático”. Em outras palavras, a escolha por uma estrutura passiva não é feita por acaso, existem razões para que o falante opte por uma construção passiva, sendo ela uma forma de “escamotear” o agente, ou “mocoçar responsabilidades”.

Tendo feito esse percurso teórico descritivo com o objetivo de apresentar autores funcionalistas e sociolinguistas unânimes em considerar as estruturas passivas como estratégia de indeterminação do agente verbal, levando em conta seu uso em situações reais de comunicação, o próximo capítulo aborda os pressupostos da vertente Funcionalista sobre os quais a nossa pesquisa se apoia para explicar os usos das estruturas passivas.

CAPÍTULO II

2. A Linguística Funcional

A Linguística é, comumente, definida como ciência da Linguagem ou o estudo científico da linguagem. Contudo, se empreendermos um estudo científico da língua, percebemos que existem diversos caminhos, várias perspectivas teóricas a serem seguidas e que delimitam o modo como concebemos a linguagem. Uma dessas perspectivas é o Funcionalismo.

Neves (2022, p.15) afirma ser o *Funcionalismo* ou *Gramática Funcional* uma “teoria de organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social.” Trata-se de uma teoria que propõe que a gramática está suscetível às pressões de uso, entendendo que existe uma reação entre as unidades e suas funções e que estas têm prioridade sobre seus limites e posição.

O funcionalismo linguístico posiciona-se, historicamente, como contraponto às abordagens formalistas (estruturalismo e gerativismo), pois concebe “a linguagem como um instrumento de interação social” (Cezario *et al.*, 2015, p.21) e seu interesse de investigação não se limita à estrutura gramatical, busca a motivação para os fatos da língua no contexto discursivo. Em outras palavras, a abordagem funcionalista não se detém a observar apenas a estrutura, mas busca analisar a língua através do uso que o falante faz dela em situações reais de comunicação, contemplando a exploração do contexto.

Dik (1989, *apud.* Neves 2022, p.39) esclarece que, de acordo com a abordagem funcionalista, a língua é concebida, primeiramente, “como instrumento de interação social dos seres humanos, usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários”. Ele explica, ainda, que a interação verbal, que é social, pois se estabelece pela linguagem, é uma forma de atividade “cooperativa estruturada: ‘estruturada’, porque é governada por regras, normas e convenções, e ‘cooperativa’, porque necessita de, pelo menos, dois participantes para atingir seus objetivos” (p.41).

Castilho (2012) pontua que o funcionalismo não é uma abordagem homogênea, pois “reúne um conjunto de subteorias que coincidem na postulação de que a língua tem funções cognitivas e sociais que organizam a gramática de uma língua” (p.21). Além disso, declara que

a pesquisa funcionalista tem interesse em esclarecer a relação existente entre forma e função, “especificando aquelas funções que parecem exercer influência na estrutura gramatical”. (p.21) Pesquisas no âmbito da teoria funcional têm revelado que existem formas e estruturas utilizadas pelo falante com outra função além daquela prescrita pela tradição gramatical e que o uso que o falante faz desses recursos é capaz de “entrar para a gramática”, modificando-a. Isso mostra que a língua não pode ser compreendida como um objeto autônomo, cuja estrutura independe das situações de uso.

A respeito de função, Neves (2022) afirma ser um termo que apresenta uma variedade de usos e que apenas chamar de funcional a teoria linguística não é suficiente para caracterizá-la. Ela menciona a tentativa de Martinet (1994) para definir o termo função, que elencou três valores:

1. o valor de “papel”, ou “utilidade de um objeto ou de um comportamento” (que é adotado pela Sociedade Internacional de Linguística- SILF) ; 2. o valor de “papel de uma palavra em uma oração”, acrescentado ao significado da palavra em seu contexto (o que está presente na tradição); 3. o valor matemático de “grandeza dependente de uma ou de diversas variáveis” (Martinet, 1998, p. 11-12, *apud*. Neves, 2022)

Explica Neves (2022), recorrendo à Martinet (1994, p.13), que os linguistas só atribuem sentido para o termo *funcional* quando fazem referência “ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação mútua de sua experiência”.

Ampliando a noção de função sob perspectiva funcionalista, temos a concepção de Halliday (1973, *apud* Neves, p.21), para quem este termo “refere-se ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos servindo a muitos e variados tipos de demanda”.

O termo função contempla mais de um significado e diversos estudiosos tentam classificá-lo conforme se entende como as línguas são usadas. Dentro do funcionalismo há “muitos funcionalismos”, pois existem modelos teóricos muito diferentes. Tais modelos estão diretamente ligados aos autores que os desenvolveram, eles estariam debaixo de uma espécie de guarda-chuva chamado funcionalismo. Apesar de não possuírem uma proposta unificada, estudiosos como Givón, Thompson, Hopper, Du Bois, entre outros, compartilham de direções comuns em seus trabalhos, como considerar a relação existente entre discurso e gramática, tendo como proposta a integração dos componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos. É de Givón (1995), um conjunto de premissas que servem para resumir a visão funcionalista da linguagem:

Quadro 2 - Premissas funcionalistas

I.	A linguagem é uma atividade sociocultural;
II.	A estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas;
III.	A estrutura é não arbitrária, motivada e icônica;
IV.	Mudança e variação estão sempre presentes;
V.	O sentido é contextualmente dependente e não autônomo;
VI.	As categorias não são discretas;
VII.	A estrutura é maleável e não rígida;
VIII.	as gramáticas são emergentes;
IX.	As regras de gramática permitem exceções.

Fonte: Givón (1995)

Neste trabalho, nos alinhamos a essa concepção de linguagem, tendo em vista nossa hipótese de que as estruturas passivas analíticas presentes em textos jornalísticos assumem, de acordo com as intenções do escrevente e a depender do contexto, uma nova função, a de escamotear o agente verbal, revelando um caráter não estanque da gramática. Com isso, a estrutura rígida, que é proposta pela gramática tradicional, sofre mudança, levando à redução da estrutura sintática, além de atender a determinadas demandas impostas pelo uso, como a dinamicidade e não-complexidade, considerando a criatividade dos usuários da língua.

Na sequência discorremos sobre os conceitos de Iconicidade, Marcação, Gramaticalização, Dado e Novo, além do conceito de Unidirecionalidade, princípios que dirigem a teoria funcionalista e que são caros à nossa pesquisa. Como vimos, o funcionalismo contextualiza a língua na situação social onde surge a interação verbal, entendendo como função primária da língua a *comunicação*. Nesse sentido, os eixos Semântica, Sintaxe e Pragmática são considerados interdependentes.

2.1 Pressupostos teóricos fundamentais para a pesquisa

2.1.1 Iconicidade

O debate sobre o que leva as línguas a terem as formas que têm é muito antigo e provoca alguns questionamentos, tais como: elas são aleatórias, sem relação com o que significam e por isso arbitrárias ou elas são influenciadas pelo que querem dizer e, portanto, seriam icônicas? Os

formalistas acreditam na arbitrariedade do signo linguístico, enquanto os funcionalistas seguem o princípio da iconicidade, defendendo que existe uma relação direta entre a forma e significado, uma motivação na formação da estrutura sintática.

Para entender a essência da linguística funcional norte-americana, de acordo com Kenedy e Martelotta (2003), uma maneira interessante seria analisar a refutação proposta por Givón (1995) em relação aos três dogmas que ele identifica como centrais da linguística estrutural. São eles a arbitrariedade do signo linguístico, a dicotomia *langue* e *parole* e a divisão entre diacronia e sincronia.

Os autores afirmam que, se examinarmos separadamente, sem considerar o contexto de uso, é possível perceber uma relação arbitrária ou não natural entre um som e um significado (ou um objeto que ele representa). Mas, se a análise levar em conta o uso da palavra na língua, nota-se que há padrões regulares, que mostram um modo mais funcional de criar novos nomes para novos referentes. Para isso, o falante não “parte do zero”, não cria de modo aleatório sequências de sons, ele parte do que já está disponível na língua, estendendo de uma palavra para a outra o sentido.

A palavra assume uma forma de acordo com um *motivo*. Kenedy e Martelotta (2003) citam Ullmann (1977), que classificou três tipos de motivação: a *motivação semântica* cria palavras a partir de outras já existentes e o sentido da palavra fonte é passado para a outra (pé da mesa, coração da cidade), ou cria novas palavras através dos processos de derivação (apagador, leiteiro) ou composição (aguardente, pára-quedas). Para tal, o falante utiliza um mecanismo que Ullmann (1977) denominou *motivação morfológica*. O terceiro mecanismo é a *motivação fonética*, em que o som da palavra claramente imita a coisa designada, como as onomatopeias (cocorocó, tilintar, entre outras).

Ao que se refere à área de sintaxe, os funcionalistas concordam com a ideia de que há uma relação não-arbitrária entre a forma e o significado. Por exemplo, ao contarmos uma série de ações como *cheguei em casa, tomei um banho e fui dormir*, seguimos a ordem cronológica. Esses padrões que coexistem com a arbitrariedade, apresentando motivação em sua escolha, são o que os funcionalistas denominam iconicidade.

Retomando a refutação de Givón (1993) sobre os dogmas centrais da linguística estrutural, em relação à dicotomia *langue* e *parole*, o posicionamento funcionalista é de que não

é possível separar língua e fala em dois eixos distintos. Para Kenedy e Martelotta (2003), é preciso compreender o discurso sob um novo olhar, entendendo-o como força capaz de mudar o sistema linguístico, que, por sua vez, alimenta o discurso, num movimento cíclico. Já sobre a distinção entre sincronia e diacronia, os funcionalistas propõem adotar uma perspectiva pancrônica de análise, que consiste em observar não as relações entre os componentes da língua em um momento específico ou nas alterações que ocorrem nesses componentes e nas suas relações ao longo da história, mas sim nos fatores cognitivos e comunicativos que influenciam o indivíduo na situação real de uso da língua.

C. Silva (2005) cita a proposta de Peirce (1977) em aplicar a iconicidade em análises linguísticas utilizando dois polos distintos: a *iconicidade diagramática*, na qual as palavras revelam, na sequência do discurso, como a mente cria sua própria “realidade” e a *iconicidade figurativa*, na qual a relação é feita por elementos que mostrem semelhanças entre o que se refere e como se representa. Destas, é a iconicidade diagramática que tem atraído a atenção dos funcionalistas, segundo Neves (1997).

A autora explica quatro subprincípios presentes na iconicidade: o princípio da *quantidade*, que explica que o tamanho do texto tem relação direta com a quantidade de informações que ele veicula; o da *distância* ou *proximidade*, em que a distância linguística entre as expressões tem relação com a distância conceptual que as separa ou aproxima; da *independência*, em que a separação linguística da expressão revela a independência conceptual de um objeto ou evento que a expressão representa; e da *ordenação*, pela qual a ordem das formas é determinada pelo grau de importância que o falante atribui a um determinado conteúdo em sua relação às informações a serem veiculadas, o que se reflete tanto no nível da oração quanto na organização do texto como um todo.

Já Cezario *et al.* (2015) definem a iconicidade como “a correlação natural entre forma e função, entre código linguístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo).” (p.21) Para os linguistas que seguem a perspectiva funcional, a estrutura da língua é, de alguma forma, capaz de refletir a estrutura da experiência. Os autores acrescentam que, “como a língua é uma faculdade humana, a suposição geral é que a estrutura linguística revela as propriedades da conceptualização humana do mundo ou as propriedades da mente humana”. (p.22). Ou seja, a iconicidade prevê uma não-arbitrariedade da língua, que revela que a escolha dos recursos

linguísticos pelos falantes segue uma determinada lógica, e, portanto, a forma estaria a serviço da função.

Inicialmente, na ideia de iconicidade proposta por Bolinger (1977), havia a noção de *isomorfismo*, prevendo-se que para manter a condição natural de uma língua, seria necessário preservar uma forma para um sentido e um sentido para uma forma. No entanto, explicam Cezario *et al.* (2015), que estudos sobre variação e mudança na língua revelam a existência de duas ou mais formas alternativas de dizer “a mesma coisa”, o que levou a reformulação da proposta de Bolinger. Em outras palavras, existem várias formas que desempenham a mesma função, como várias funções que podem ser realizadas por uma única forma¹⁴.

Os autores descrevem três subprincípios da iconicidade¹⁵ e citam alguns exemplos. O primeiro, o *subprincípio da quantidade*, propõe que informação e forma estão relacionadas, quanto maior for a informação maior será a forma, “de tal modo que a estrutura de uma construção gramatical indica a estrutura do conceito expressa por ela”. (p.23) Por exemplo, se eu tenho muito o que dizer, a forma corresponderá ao conteúdo, nesse sentido, terá uma quantidade maior de estrutura. Além disso, de acordo com Cezario *et. al* (2015, p.24), “a complexidade do pensamento tende a refletir-se na complexidade da expressão”.

O *subprincípio da integração* estabelece que os conteúdos que estão cognitivamente mais próximos serão mais integrados no nível da codificação, “o que está mentalmente junto coloca-se sintaticamente junto”. (p. 24) Como exemplo, temos os casos em que pela razão de o sujeito e o verbo estarem distantes, o falante não emprega a concordância padrão: “Há pouco tempo atrás, *dois bárbaros assassinatos*, o da atriz Daniela Perez e o da menina que foi queimada pelos sequestradores *ressuscitou* a polêmica da Pena de Morte (*corpus* D&G/Natal: 321)”.

O terceiro subprincípio, o da *ordenação linear*, define que a informação mais importante tende a estar sempre em primeiro lugar numa cadeia sintática, assim, a ordem dos elementos do enunciado revela o que é mais ou menos importante para o falante. Como exemplo, há o

¹⁴ Para melhor ilustrar, Cezario *et al.* (2015) apresentam dois casos, o primeiro é o do sufixo -inho, que inicialmente era utilizado para indicar noção de tamanho (criancinha), se desenvolveu e passou a desempenhar também a função de afetividade (paizinho). Outro caso é o de impessoalização do agente da ação verbal, que possui vários recursos, como o “verbo da 3ª pessoa do plural (“Construíram uma ponte na cidade”); partícula se apassivadora (“Construiu-se uma ponte na cidade”); voz passiva (“Uma ponte foi construída na cidade”))” (p.23), entre outros.

¹⁵ Como exposto anteriormente, Neves (1997) descreveu quatro subprincípios da iconicidade.

clássico: “Vim, vi, venci”, em que as palavras são distribuídas de acordo com a ordem cronológica das ações.

Givón (1991, *apud*. C. Silva, 2005) reconhece que não existe uma correspondência exata entre função e forma, pois as línguas sofrem mudanças ao longo do tempo, as quais causam alterações fonéticas nas formas. Assim, podem acontecer reduções e/ou ampliações de sentido, o que leva a mudanças de mensagem. É deste autor a analogia entre estudos biológicos e análises funcionalistas, na qual a sintaxe combinaria a análise da forma (a anatomia) com a função (a fisiologia). Ele argumenta que um organismo é capaz de criar um sistema de tratamento de dados usando as mesmas unidades de representação, mas representando funções bem distintas. Desse modo, teríamos uma forma cumprindo mais de uma função. O mais normal, porém, é a existência de uma alteração estrutural para a realização de uma função nova, mas parecida. Assim, podem acontecer pequenas diferenças na relação forma/função, fazendo uma forma assumir mais de uma função.

C. Silva (2005) esclarece que alguns estudiosos, como Votre (1996), consideram que a relação entre forma e significado nem sempre é notória, podendo pairar sobre determinados itens linguísticos certa opacidade. Mas, o linguista reforça que, numa perspectiva Givoniana, o funcionalismo se baseia no alicerce da iconicidade, considerando, como parte integrante da gramática, princípios icônicos cognitivamente transparentes.

Diante do exposto até aqui, compreendemos que existem motivações por trás das escolhas dos falantes em relação à língua que acabam refletindo em sua estrutura, o que assegura uma relação entre a forma e função. Isso revela um caráter não-arbitrário da língua. O falante opta por determinada estrutura ao formular o enunciado, de acordo com o objetivo que pretende alcançar na comunicação, e quando essa escolha se torna recorrente, as pressões de uso permitem que, no caso de uma forma já existente na língua, tal recurso passe a desempenhar uma nova função, o que não elimina a sua função primeira, pois, é possível que as duas convivam simultaneamente na língua.

2.1.2 Marcação

Um dos conceitos fundamentais do funcionalismo, que remonta à antiguidade, é o princípio da marcação. A sua noção surge na Linguística Estrutural a partir da Escola de Praga.

Explica Givón (2001)¹⁶ que “os praganos notaram que as distinções binárias na fonologia e na gramática eram sistematicamente distorcidas ou assimétricas. Um membro do par contrastante atuava como a presença de uma propriedade, o outro como a sua ausência”. Conforme C. Silva (2005), o princípio da marcação é determinado pela existência ou inexistência de um atributo em um par de categorias linguísticas contrastantes.

De acordo com esse princípio, certas formas linguísticas são mais complexas, menos frequentes e mais restritas do que outras. Além disso, a marcação prevê três critérios para a distinção entre categorias marcadas e não marcadas. Cezário et. al (2015, p.25) descrevem esses três critérios, a partir de Givón (1990), para identificarmos se uma forma é ou não marcada, em um contraste gramatical binário:

- a) a *complexidade estrutural*, na qual a estrutura marcada tende a ser mais complexa (maior) que a sua estrutura correspondente, não-marcada;
- b) a *distribuição de frequência*, que explica que a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a não-marcada; e
- c) a *complexidade cognitiva*, a estrutura marcada é mais cognitivamente complexa que a sua correspondente não-marcada, o que inclui alguns fatores como esforço mental, demanda de atenção e o tempo para processamento.

Ao explicar a marcação a partir da voz verbal, Shibatani (1985, p.3) afirma que existem muitas línguas acusativas que possibilitam uma voz marcada, negando ao agente o papel de sujeito:

Em muitas línguas, mas não em todas, o paciente assume o papel de sujeito nesta voz marcada. Essa voz marcada, que contrasta com a voz ativa básica no tratamento do agente, é a voz passiva. Falando formalmente, então, na forma ativa prototípica, um agente está no papel de sujeito, e na forma passiva prototípica, um paciente funciona como sujeito e um agente é sintaticamente não codificado (ou, mesmo que esteja codificado, sua proeminência gramatical é marginal).

A complexidade das estruturas passivas é também discutida por Furtado da Cunha (2000) em seu trabalho de expressiva relevância sobre o tema. Segundo ela, na literatura linguística, a sentença ativa é vista como a forma mais simples e básica de estrutura sintática, sendo considerada o padrão neutro. Em contraste, a sentença passiva é vista como uma estrutura

¹⁶ O livro “Syntax: An introduction” de 2001 é uma edição revisada do livro publicado em 1984.

mais complexa e é referida como o padrão marcado. A classificação das estruturas em básica ou complexa seria, portanto, resultado das características formais inerentes a cada uma delas.

A autora argumenta que, sintaticamente, a razão de uma estrutura passiva ser considerada complexa é que essa construção

exibe uma ordenação dos constituintes que se desvia da estratégia mais comum de apresentação desses constituintes: Sujeito – Verbo – Objeto, em que Sujeito e Objeto freqüentemente correspondem aos papéis semânticos de Agente e Paciente, respectivamente. Os sintaticistas tratam a oração ativa como a estrutura sintática mais básica porque o papel de agente tende a ser considerado como um papel semântico mais básico do que o do paciente (cf. Romaine 1984, p. 62). (Furtado da Cunha, 2000, p.108)

Isso significa que a voz ativa, em que a ordem prototípica é S-V-O, é considerada mais básica; e a estrutura passiva é considerada mais complexa. Logo, o falante tende a reconhecer muito mais facilmente uma estrutura na ordem S-V-O e a elaborar construções que seguem esta ordem. Essa seria uma das razões pelas quais muitas vezes não se considera, numa oração como “Vende-se casas”, que “casas” seja o sujeito, mas o objeto; e, por isso, nem sempre se estabelece a concordância com o verbo – e se interpreta que alguém, que não precisa ou não se deseja informar, vende casas.

Em relação a isso, Furtado da Cunha (2000) explica que a codificação passiva influencia a correspondência entre os papéis semânticos e as relações gramaticais, permitindo que o objeto de um verbo transitivo direto apareça como sujeito (paciente) e tópico da frase. Simultaneamente, o agente (sujeito da estrutura ativa) pode ser omitido ou colocado num sintagma preposicionado.

Além disso, a autora pontua que a complexidade da passiva não está limitada a uma questão apenas sintática. Ela argumenta que, considerando o princípio de que a sintaxe deve ser entendida a partir de seu uso na comunicação, podem-se propor critérios substantivos para explicar o *status* privilegiado da oração ativa na sintaxe, a exemplo do que faz Givón (1979). Tais critérios estão relacionados ao nível de conhecimento assumido que fundamenta o uso de uma sentença. Assim, as características formais das sentenças ativas e passivas derivam, em alguma medida, das características do discurso e estão correlacionadas com o nível de pressuposição dessas sentenças.

A marcação é um fenômeno dependente do contexto, explica Givón (2001, p.38), considerando que “a mesma estrutura pode ser marcada em um contexto e não marcada em outro”. Assim, cabe ser explicada levando em conta os fatores comunicativos, socioculturais, cognitivos ou biológicos. O funcionalista apresenta como ilustração duas sentenças:

- a. Ela cortou a carne com uma faca;
- b. Uma mulher cortou a carne com ela.

E explica que, na comunicação natural, (a) é mais comum que (b) e no caso de um questionamento sobre qual dessas categorias seria a determinante, se o caso marcado, definido ou indefinido, a resposta é que sempre depende do contexto. Outra observação bastante pertinente feita por Givón (2001) diz respeito à marcação não se restringir às categorias gramaticais, ela se estende ao discurso formal, considerado marcado por tratar assuntos mais complexos, e à conversação espontânea, que é não marcado, por ser processado cognitivamente com mais rapidez e referir-se, geralmente, a assuntos cotidianos.

Bagno (2012, p.476) descreve a *marcação* e *não-marcação* como “uma distinção amplamente utilizada nos estudos linguísticos”. De acordo com o autor, trata-se de uma relação assimétrica, na qual o uso mais amplo e dominante está para o não-marcado, e o uso mais restrito e limitado para o marcado. Para melhor explicar como isso ocorre, ele cita alguns casos. O primeiro refere-se aos *tempos verbais*: o presente é a forma não-marcada, pois é “o verbo em si”, enquanto o passado e o futuro são formas marcadas por apresentar desinências.

Com relação, ainda, aos verbos, cita o caso do *modo indicativo* que é não-marcado, enquanto os modos *subjuntivo*, *condicional* e *imperativo* são formas marcadas; a *voz ativa* é a forma não marcada em oposição à *voz passiva*, forma marcada. Outros exemplos são, quanto aos *nomes*, o *feminino* é a forma marcada, pois, “quando alguém diz, por exemplo, que tem três filhos, não se sabe se são todos homens ou se há mulheres entre eles. No entanto, se a pessoa disser que tem três filhas, a ambiguidade desaparece.” (Bagno, 2012, p.476); a ordem canônica SVC do português brasileiro é a forma não-marcada, enquanto a *topicalização* é a ordem marcada. Propondo que qualquer inversão na ordem SVC sugere uma forma marcada, Bagno (2012, p.477) acrescenta que o elemento marcado possui um aspecto formal que está ausente no elemento não marcado. A voz passiva, além da inversão na estrutura (sujeito - objeto), tem uma estrutura maior que a sua oposta, a ativa.

Também, Givón (2001, p.39) cita a voz verbal para ilustrar um caso de marcação. Ele afirma que orações de voz ativa (Ela escreveu o livro no ano passado) são predominantes em relação à frequência na comunicação oral sobre assuntos humanos cotidianos. Já as orações de voz passiva (O livro foi escrito no ano passado) e de sujeito impessoal (Alguém escreve livros (o tempo todo)), estão mais presentes no discurso acadêmico sobre tópicos abstratos.

Assim, as orações de voz passiva são consideradas marcadas, por serem complexas tanto cognitivamente quanto em relação a sua estrutura. Além disso, quanto à frequência de uso, o falante opta, em situações cotidianas, pela oração de voz ativa, considerada a mais prototípica. Outro ponto é que o usuário da língua tende a priorizar como agente aquele com traço [+animado], pois há uma preferência em falar primeiro sobre pessoas (LYONS, 1977) e depois sobre animais e objetos. Isso poderia explicar a tendência em inserir o agente como tópico numa oração transitiva, o caso não-marcado.

2.1.3 Informatividade, Perspectivização, Dado e Novo

Na Linguística Funcional, a *informatividade* é um conceito que se baseia no conhecimento que os participantes da conversa possuem ou acreditam possuir durante a interação verbal. Tal conceito sugere que a comunicação promove o compartilhamento de informações sobre o mundo, seja ele interno ou externo ao comunicador, com a intenção de direcionar a atenção do interlocutor e/ou provocar uma mudança em suas atitudes e/ou comportamentos.

Traugott & König (1991, *apud* Gonçalves *et.al*, 2007) discutem esse princípio a partir de uma perspectiva histórica e afirmam que a informatividade e a relevância levam o falante a tentar ser mais específico na codificação gramatical e a convidar o seu ouvinte a selecionar como interpretação aquilo que é mais informativo. Por exemplo, se o falante percebe, no momento da interação com seu interlocutor, que a marcação do tempo pelo advérbio promoveu a baixa informatividade ao enunciado, ele intercala uma oração que restrinja ou explique o sentido temporal pretendido.

Conforme apontam Cunha e Bispo (2013), o locutor utiliza “tanto dos elementos linguísticos (léxico-gramaticais), que oferecem várias opções para a estruturação e codificação textual, quanto dos elementos extralinguísticos (como gestos, expressões faciais e informações

do contexto de interação). Assim, no nível lexical, a informatividade está relacionada ao significado das palavras e à maneira como são empregadas para levar a informação. Mas, esses conceitos não são fixos, pois a sua classificação depende do conhecimento de mundo, histórico e cultural de cada pessoa. No nível da sentença, o conteúdo é estruturado sintaticamente de acordo com uma situação específica. O falante ajustará as declarações conforme as necessidades de uma determinada situação comunicativa.

Para organizar o seu texto, o falante intercala informação velha, denominada de *tema*, e informação nova, o *rema*. Cezario *et al.* (2015, p.35) citam alguns exemplos a partir de Illari e Geraldi (1985):

A)O que trouxe, desta vez o carteiro?

Desta vez, o carteiro trouxe uma encomenda.

B)O que fez, desta vez, o carteiro?

Desta vez, o carteiro trouxe uma encomenda.

C)Quem trouxe a encomenda?

O carteiro trouxe a encomenda

Segundo os autores, no exemplo (a), o sujeito “carteiro” é o tema e o objeto “uma encomenda” é o rema; em (b), “carteiro” é o tema e todo o predicado, o rema; e, em (c), temos o contrário, todo o predicado é o tema e o sujeito “carteira” é o rema.

Furtado da Cunha e Bispo (2013) afirmam que a disposição dos elementos na cláusula e a forma como são codificados dependem da avaliação do falante/escritor sobre o estado de ativação do conhecimento na mente do interlocutor. Isso justifica a escolha pelo uso de um nome ou um pronome, uma forma definida ou indefinida etc., de acordo com a informação que o falante acredita estar ou não acessível ao seu interlocutor durante a interação. Isso pode ser visto no seguinte exemplo exposto pelos autores:

1.Filho de policiais é assassinado na Linha Amarela

De acordo com a Divisão de Homicídios (DH), testemunhas contaram que **uma moto** não identificada emparelhou e **o carona** efetuou disparos contra a Captiva preta, placa LLH-9866, por volta das 21h. Rafael que dirigia o carro estava sozinho no veículo. Após ser atingido, **ele** colidiu com o carro. **A vítima** foi socorrida no Hospital Federal de Bonsucesso, mas não resistiu. **O tiro** fatal

teria acertado a virilha dele. **Os bandidos** fugiram. (O Dia, disponível em: <http://odia.ig.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2012)

Furtado da Cunha e Bispo (2013) informam que a codificação dos elementos referenciais pelos sintagmas nominais (SN) em destaque reflete seu comportamento informacional. Ou seja, “uma moto” é codificada como um SN pleno indefinido, pois introduz informação nova no texto; “o carona”, SN pleno definido, está implicado na conceitualização de “moto”; “ele” e “a vítima” retomam “Rafael” e são expressos, respectivamente, por pronome e SN definido, uma vez que constituem informação dada; “o tiro”, SN definido, recupera “disparos”, por ter correlação de equivalência semântica; e “os bandidos”, inferível com base no *frame* “assalto”, faz referência ao carona e ao piloto da moto, que não é mencionado no texto.

Ligada à informatividade, temos a *perspectivização*. Ela está relacionada ao foco da atenção em um evento específico, ou seja, envolve a concentração em detalhes particulares de uma dada situação. Para Tomasello (1998), uma grande porção das vivências individuais é comum e rotineira, e possivelmente não será de interesse para os demais. Partindo desta constatação é que uma característica peculiar da linguagem conversacional se destaca. As pessoas se esforçam em discutir assuntos interessantes e um tópico de conversa é considerado interessante quando envolve eventos ou situações surpreendentes, que se desviam de alguma maneira do conhecimento cotidiano já consolidado na mente das pessoas.

Nas palavras de Bertoque (2010), *perspectivização* é “o ‘ponto de vista’ de um acontecimento no mundo extralinguístico. A representação da realidade extralinguística é o que chamamos de Estado de Coisas (EsCo)”. A autora considera, conforme Dik (1997), EsCo, em sentido amplo, como entidade conceitual. Ou seja, é algo que existe em algum mundo, não um mundo real, mas “mental”. Além disso, ela argumenta que todo acontecimento no mundo, ainda que único, pode ser apresentado por diferentes perspectivas ou “pontos de vista” e são esses “pontos de vista” que Dik (1997, p. 247) denomina *perspectivização*. A *perspectivização* é um fenômeno mostrado pela sintaxe, ou seja, pela combinação dos constituintes na estrutura frasal, mas que se faz por determinação pragmática: é motivado pelo domínio pragmático, articulado pelo domínio semântico e codificado pela sintaxe. (Bertoque, 2010)

Vale ressaltar que estes domínios cumprem, cada um, a sua função no processamento e produção linguística, ainda que tenham uma relação de interdependência. Em outras palavras, o falante escolhe, a partir do que considera ser de maior interesse para seu interlocutor e recorrendo ao seu conhecimento cognitivo, os elementos linguísticos para construir orações. Assim, os aspectos semânticos, pragmáticos e a sintaxe se relacionam.

Furtado da Cunha e Bispo (2013, p. 66) exemplificam duas manchetes de veículos diferentes em que se noticia a saída do técnico do time de futebol Santos, para explicar a distinção quanto à perspectivização. No caso (A), exposto na sequência, a atenção focal se volta para “Muricy Ramalho”, com menor atenção no restante da informação, fato de ele sair do comando do time está em destaque. Já em (B), a atenção está para “time”, que dispensou o técnico, e o restante fica menos saliente em termos cognitivos.

A. Muricy Ramalho deixa o comando do Santos após dois anos de trabalho (Esporte Uol, disponível em: <http://esporte.uol.com.br>.)

B. Santos anuncia a demissão do técnico Muricy Ramalho (R7 Esportes, disponível em: <http://esportes.r7.com>.)

(Furtado da Cunha e Bispo, 2013, p. 66)

Vale pontuar, de acordo com Camacho (1997), que um EsCo não é formado somente pelo que se diz, mas também pelo modo como o que se diz está moldado no esquema de predicado. Isso implica que as situações não existem de fato na realidade, mas são, na verdade, interpretações ou representações da realidade. Segundo o autor, “alguns tipos de eventos reais são tão nitidamente apreendidos que parecem forçar, num certo sentido, uma representação ou interpretação na linguagem.” (Camacho, 1997, p. 224)

Camacho (1997) apresenta duas estruturas ativas (1) e (2) para explicar que uma delas é a básica cujo esquema é “golpear V (x1 : <anim> (x1)) Ag (x2) (x2:(x2)) Me ” :

(1) Tyson recebeu golpes de Holyfield.

(2) Holyfield golpeou Tyson.

a. Tyson foi golpeado (por Holyfield).

b. Golpearam Tyson.

c. Golpeou-se Tyson.

Segundo o autor, as estruturas em (1)a, b e c são possíveis, sendo (1)a e (1)c estruturas de voz passiva e (1)b de voz ativa com agente indeterminado. Sobre as orações (1), (1a) e (1c), o autor considera que, nos quadros da Gramática Funcional de Dik, é normalmente aceitável afirmar que representam o mesmo estado de coisas. Por isso, no nível subjacente, essas construções têm a mesma configuração formal. A diferença estaria na forma de expressão, em que (1) apresenta o estado de coisas a partir do ponto de vista de Holyfield; em (1a), a diferença se apresenta a partir do ponto de vista de Tyson; e em (1b-c), na atividade em si. Sendo assim, Camacho (1997) considera que as sentenças de (1) verbalizam o mesmo estado de coisas com diferentes perspectivas.

Geralmente, destaca Camacho (1997), as relações entre uma frase ativa, como (1), e sua alternativa passiva, como (1a), são descritas com base no conceito de sujeito. Apesar de manter a terminologia e descrever essas diferentes visões em termos de atribuição de Sujeito e Objeto, a abordagem funcional adotada em seu trabalho oferece uma reinterpretação dessas duas funções, resultando em um conceito significativamente diferente de como esses termos são tradicionalmente utilizados. Além disso, explica que “as funções de Sujeito e Objeto podem ser atribuídas a termos com diferentes funções semânticas, e é justamente essa atribuição que reorganiza a orientação básica inerente na predicação (estado de coisas)” (Camacho, 1997, p. 226).

Um caso interessante, envolvendo o que foi discutido até aqui e que diz respeito ao deslocamento ou topicalização dos adjuntos é apontado por Sallorenzo (2018). Segundo a autora, as manchetes com topicalização simples, como em: “Na tv, Aécio lembra que Dilma já o elogiou por gestão em Minas Gerais” (O Globo, 20/out) e “Por crítica de Lula, TSE tira tempo de Dilma na tv” (Folha, 22/out), sob a ótica jornalística, não contrariam as prescrições para tal gênero.

Um outro recurso que tem sido usado em manchetes para conduzir a conexão de pensamentos do público leitor é a utilização do participio em forma de aposto, o que revela a proximidade entre a função adverbial e explicativa. Como demonstram os exemplos a seguir:

- a) *Derrotado em SP*, Padilha vira coordenador (O Globo, 08/out)
- b) *Discreto*, irmão de Dilma só aceitou cargo em Minas (O globo, 17/out)
- c) *Desconfiada*, Dilma tem poucos interlocutores e deixou na mão de Mercadante boa parte de seu plano (Folha, 19/out)
- d) *Impulsionada pelo Sudeste*, Dilma vai a 52% no Datafolha; Aécio atinge 48% (Folha, 21/out)
- e) *Associado a Nazista*, Aécio diz que ignora Lula (Folha, 23/out)

(Sallorenzo, 2018, p.117)

Além disso, essas manchetes, com estruturas participiais, não mostram apenas o fim de uma ação e o que aconteceu depois, como ocorre em: “Depois que a festa acabou, nós saímos”. Elas estão num ponto intermediário, têm a função de descrever o sujeito da frase, e a estrutura que aparece em destaque, separada por vírgula, tem função explicativa: logo, de aposto. Nesse caso, o particípio seria um meio termo entre verbo e adjetivo - e a interpretação e compreensão da construção participia como adjetivo ou verbo fica a cargo da subjetividade do leitor. Esse continuum verbo-adjetivo (ação-qualificação) é uma característica típica do particípio. A manchete entrega um adjetivo travestido de verbo, uma qualificação disfarçada de processo. (Sallorenzo, 2018, p.119)

Os constituintes “derrotado”, “discreto”, “desconfiada”, “impulsionada” e “associado a Nazista” estariam assumindo função de verbo e adjetivo e essa compreensão fica por conta do leitor. Com relação ao *continuum* adjetivo/verbo, nos exemplos citados existem aqueles que mais se aproximam de verbo e aqueles que mais se aproximam de adjetivo. É o caso dos particípios empregados em (a) e (d), por exemplo, que têm comportamento mais próximo de verbo, com valor equivalente a: “após ser derrotado em SP” e “por ser impulsionada pelo Sudeste, em que a informação expressa circunstância; enquanto nos outros itens, de teor mais qualificativo, de adjetivo.

Um outro ponto destacado pela autora é que, se colocarmos de lado e compararmos as orações “Derrotado em SP, Padilha vira coordenador” e “Padilha vira coordenador”, temos na primeira “uma topicalização que encaminha o leitor a compreender Padilha como o derrotado em São Paulo que se torna coordenador; é de um derrotado em São Paulo que a manchete fala” e é também a descrição de um processo finalizado. Por sua vez, na segunda, temos apenas a narração de um evento. É a manchete em sua forma mais pura, que se restringe a responder às questões do lead. O assunto desse título é *Padilha*, é sobre ele que se discute, sem qualquer caracterização desse personagem¹⁷.

¹⁷ Sallorenzo (2018) argumenta que com relação às manchetes examinadas, o efeito pragmático dessas construções catafóricas, com consequências significativas, é evidente. O particípio passado, que às vezes atua como substantivo, adjetivo ou verbo, assume uma forte conotação ideológica nessas construções catafóricas. O uso de adjetivos para julgar valor é uma prática rejeitada por todos os bons manuais de jornalismo. Construções que, disfarçadas de verbos, trazem uma forte carga adjetiva a um texto jornalístico são, no mínimo, bastante

Assim sendo, temos mais um caso relacionado à noção de perspectivização que, como foi visto, tem a ver com a escolha de perspectiva ou ponto de vista sob o qual o acontecimento, que é único no mundo, pode ser apresentado. A escolha entre essas possíveis manchetes: “Derrotado em SP, Padilha vira coordenador” e “Padilha vira coordenador”, depende da informação que o falante quer priorizar, do que considera ser mais interessante para o seu interlocutor.

Por fim, sobre o conceito de *dado e novo*, tem-se a forma como as informações são estruturadas no discurso. Dado é o conhecimento mútuo ou compartilhado entre os participantes da conversa e é formado pelo que é previsível pelo contexto. Isso não só contempla aquilo que é consenso entre o falante e o ouvinte, como também o que pode ser recuperado no texto e na situação. Por outro lado, o elemento novo da informação consiste, além do imprevisível para o leitor e ouvinte, no que não pode ser recuperado do discurso anterior.

Vale pontuar que é comum haver uma confusão quanto a considerar que o par dado e novo é equivalente ao tema e rema. Quanto a isso, Arruda (2018) recorre a Halliday (1994) para esclarecer que nem sempre eles coincidem, pois o Tema-Rema é orientado pelo falante (locutor), já dado-novo, orientado pelo ouvinte (interlocutor); contudo, é o falante quem seleciona ambas as estruturas na elaboração do texto.

Para tanto, o falante estrutura sua expressão linguística com base na informação pragmática do ouvinte em uma situação de comunicação específica. A informação pragmática está ligada ao entendimento do mundo dos falantes, suas convicções, emoções e as suposições que um interlocutor faz sobre o outro durante a comunicação. Essa informação pode ser categorizada como geral, situacional e contextual.

Como exemplo para ilustrar tema e rema, Arruda (2018) apresenta o de Fuzer e Cabral (2014, p.132 e 133) que considera muito elucidativo:

Quadro 3- Exemplos para tema e rema

questionáveis do ponto de vista ético e moral. Destaca que a função sintática do participípio tem impactos tanto semânticos quanto pragmáticos.

Antes do jogo,	Lúcio e Van Bronckhorst leem mensagem contra o racismo.
Mensagem contra o racismo	é lida por Lúcio e Van Bronckhorst.
Lúcio e Van Bronckhorst	leem mensagem contra o racismo.
TEMA	REMA

Fonte: Arruda (2018)

A autora afirma que há uma regra básica que prevê que o tema é tudo o que estiver no início da sentença até o final do primeiro elemento experiencial. A alteração dos elementos que ocupam a estrutura provoca mudança no efeito semântico da mensagem, pois o tema, ponto de partida escolhido pelo falante, muda, e o rema, desenvolvimento da mensagem, também se transforma.

Além disso, as informações que estão na parte que corresponde ao tema podem ter várias funções, como: servir de ligação entre a frase que está sendo formada e as frases que a precedem no texto; ou sua repetição ao longo do texto pode ser importante para enfatizar o tópico pretendido, ou pode estabelecer um contexto para a compreensão subsequente, o rema, que é para onde a frase se dirige após o início. Para um texto ser consistente e coeso, é preciso avançar no nível informativo, mantendo um equilíbrio entre os elementos já conhecidos e os novos.

De acordo com Neves (2004), conforme proposto por Dik (1997), o tópico *novo* está associado a focalidade, que é outra categoria do componente pragmático, “quando um novo participante é introduzido no discurso, ele é parte do gerenciamento da focalidade, porque concerne a entidades sobre as quais o falante quer dizer algo”. (p.78). O autor menciona, ainda “cadeia fórica” e “cadeia tópica” para explicar estratégias de manutenção de tópico dado, “ressalvando que os falantes usam estratégias destinadas a manter um tópico dado até quando ele for relevante para a comunicação.

Falando da referência anafórica, ele especifica expedientes pelos quais o tópico dado é conservado vivo para posterior referência” (DIK, 1997, p.137, *apud*. Neves 2004). Outro ponto destacado por Dik (1997) é que, às vezes, tomado um certo tópico, podemos falar sobre outro tópico relacionado a ele como se já tivesse sido introduzido antes. Cita o exemplo “festa e música”, caso em que o segundo (música) pode ser chamado de *subtópico*.

O que possibilita isso é o senso comum de que existe música nas festas. Ou seja, depois que um tópico novo *x* foi inserido no discurso, podemos continuar a falar não apenas sobre ele (*x*), mas também de todos os subtópicos que julgamos que estão disponíveis para o ouvinte, com base na informação pragmática acessível.

2.1.4 Gramaticalização

Enquanto a abordagem teórica formal considera que as estruturas são autônomas, desvinculadas de um contexto e tendo a Gramática como componente central, o funcionalismo propõe que elas devem ser descritas e interpretadas considerando que são suscetíveis à pressão de uso, “combinando-se a estabilidade dos padrões morfossintáticos cristalizados com estruturas emergentes, ainda não cristalizadas” (Castilho, 2012. p.23); não são totalmente arbitrárias; são dinâmicas e estão sujeitas a passar por constantes reelaborações.

Tais reelaborações surgem através de um processo chamado de *gramaticalização*, responsável por contribuir para a contínua atualização do sistema linguístico de uma língua, considerando o aparecimento de novas funções para estruturas já existentes. O primeiro uso do termo é atribuído a Meillet (1912), que o citou em seu trabalho intitulado “L’*évolution des formes grammaticales*”.

Segundo Traugott (2014), o paradigma dominante da gramaticalização foi o de redução e suas origens podem ser identificadas na maioria dos documentos do século XIX, especialmente em Meillet (1958[1912]), que explora a transição de um elemento lexical para um elemento gramatical e a estabilização da sequência de palavras (resultando na perda de flexibilidade sintática). No entanto, estudiosos com o interesse histórico no tema reconheceram que foi fora do Ocidente que surgiu a primeira menção à noção de gramaticalização. Na China, no século X, um escritor chamado Zhou Bo-qi já havia identificado a distinção entre símbolos linguísticos “plenos” e “vazios” e argumentava que um (vazio) era derivado de outro (pleno).

Além disso, Gonçalves *et al.* (2007) consideram ser importante mencionar trabalhos anteriores a Meillet, e citam Horne Tooke (1786, 1805, 1857), que já defendia que a linguagem é concreta em sua ‘fase inicial’ e que elementos abstratos são derivados de elementos concretos; e Wilhelm von Humboldt, que em 1822, propôs, de maneira não muito diferente de Tooke, que

a estrutura gramatical das línguas humanas era precedida por uma fase de evolução na qual apenas ideias concretas eram expressas.

A Meillet foi atribuído a criação do termo gramaticalização, mas ele foi além. Segundo Rosário (2010), Meillet insistiu na ideia de *continuum*, que até os dias atuais é muito utilizada, para representar a transição de itens lexicais para auxiliares e outros morfemas com função gramatical, chamadas também de “palavras vazias”. Além disso, outra contribuição dele foi apresentar a ideia de que o aumento de frequência de uso está relacionado à perda do valor expressivo das palavras.

A interpretação mais clássica da gramaticalização é a de que palavras de uma categoria lexical plena passam para uma classe de ordem gramatical, ou seja, palavras que nomeiam coisas e ações (como substantivo, adjetivo e verbo) se transformam em palavras que indicam relações e funções (como advérbio, preposição, conjunção) e em momento posterior podem vir a se transformar em afixos. Contudo, o processo pode ser também observado em estruturas mais extensas do que um único elemento e a nível da oração¹⁸.

Dos trabalhos posteriores à Meillet, temos Kurylowicz ([1965] 1975, *apud* Rosário, 2010), com a definição clássica que afirma que “A gramaticalização consiste no aumento do percurso de um morfema que avança do léxico para a gramática ou de um estado menos gramatical para um estado mais gramatical”. Ou seja, o processo leva um item lexical a se tornar gramatical, e se já gramatical a se tornar mais gramatical.

A perspectiva seguida por Kurylowicz é similar a daqueles que seguem a interpretação clássica da gramaticalização, e se restringe aos domínios lexical e gramatical. Ademais, de acordo com essa definição, as duas trajetórias de mudança possíveis, nomeadas como *stricto sensu*, que trata do percurso de elementos linguísticos do léxico para a gramática; e *lato sensu*, passagem de categorias menos gramaticais para categorias mais gramaticais, como o de categorias invariáveis para categorias variáveis.

É pertinente, neste ponto, fazer uma distinção entre lexicalização e gramaticalização. Rosário (2010) remete à Heine *et al.* (1991, p. 03), que comentam que alguns autores têm mostrado muito interesse ao problema de como a gramaticalização pode ser diferenciada da lexicalização. Muitos deles acreditam que, quando palavras pertencentes a classes abertas,

¹⁸ Em uma seção à parte abordaremos o processo de gramaticalização a nível da oração.

como os nomes, mudam para classes fechadas como os advérbios, constituiria um exemplo de gramaticalização. No entanto, Antilla (1972) argumenta que este é um caso de lexicalização.

Ao defender que ambos são fenômenos específicos da mudança, Martelotta (2011, apud. Barbosa, 2018, p.25) os coloca como processos graduais distintos, mas que apresentam características semelhantes com relação à direção natural da mudança que veiculam. Ele define o primeiro como processo de transformação linguística, que segue uma única direção. Nesse processo, elementos lexicais e estruturas sintáticas podem adquirir funções gramaticais, dependendo do contexto. Uma vez gramaticalizados, esses elementos continuam a evoluir, assumindo novas funções gramaticais. Por outro lado, a lexicalização ocorre como um processo inverso ao observado na gramaticalização (item lexical > gramatical), e é tida como processo que cria novos itens lexicais de maneira referencial, embora seja menos produtivo.

O critério mais relevante para a classificação que considera a trajetória do léxico a gramática, segundo Gonçalves *et al.* (2007, p.20), é a autonomia da palavra. O comportamento do verbo *vir* em português pode servir de ilustração. Assim, fornecem os autores os exemplos:

3. A fonte, em forma de cabeça de cavalo, em bronze, é uma homenagem aos imigrantes e tropeiros que *vinham* a Curitiba para comercializar seus produtos ... (www.curitiba-parana.net/garibaldi.htm).

4. Os soldados *vinham vindo*, *vinham vindo*. Nossa Senhora clamou pelos peixes do mar, mas eles estavam longe e não ouviram. Então apareceu um siri de carapaça ... (www.jangadabrasil.com.br/janeiro_17fim_1701_Oc.htm). (Gonçalves *et al.*, 2007, p.20)

Eles explicam que em (3) o verbo *vir* é pleno, mais autônomo, pois “tem sua significação mais concreta e básica expressa pelo ato de deslocamento de um corpo no espaço físico”. Assim, o sN-sujeito (imigrantes e tropeiros), argumento externo do verbo, é posto à sua esquerda e o adjunto adverbial de lugar (Curitiba), que constitui as suas informações satélites, à sua direita.

O contrário acontece em (4), pois *vir* passa a ser um verbo não-autônomo. Nesse caso, a perífrase *vir vindo*, constituída de dois verbos *vir* (V1 e V2), apresenta argumento externo, o sN-sujeito (os soldados), à sua esquerda, e o adjunto de lugar, definido por V2, está pressuposto no espaço enunciativo. Ou seja, nesse contexto, o verbo V1 (*vinham*) é interpretado como um verbo auxiliar do verbo V2 (*vindo*), o que significa que ele desempenha uma função mais

gramatical, pois agora está relacionado a outro verbo. Caso semelhante é o do verbo *ir*, marcador de futuro, em perífrases constituídas de *ir* + infinitivo, que resultam em construções como *vou ir*, em que é possível perceber diferentes funções para o verbo “*ir*”, a primeira, como auxiliar de futuro, e a segunda, verbo com sentido de movimento.

No que se refere à trajetória de uma estrutura lexical para a gramatical, alguns autores assinalam o termo gramaticalização para se referir apenas à fase inicial do processo de mudança. Rosário (2010, p. 5) cita Samuels (1971), para quem a “gramaticalização ocorre quando uma palavra torna-se suficientemente vazia de significado lexical”, e Sankoff (1988), que afirma que este processo ocorre “quando uma palavra que expressa conteúdo ou um morfema pertencente a classes abertas transforma-se em palavras funcionais ou morfemas de classes de palavras fechadas”. Além disso, o autor afirma que existem aqueles que propõem que o conceito de gramaticalização seja tomado como sinônimo de gramática e outros teóricos que confinam o uso do termo quando ocorre transição de estruturas pragmáticas para estruturas sintáticas.

Aqueles que se dedicam ao estudo da gramaticalização podem ser categorizados, ainda, com base no tipo de trabalho ou na metodologia que utilizam. Mas, conforme Gonçalves *et al.* (p. 21), essa classificação nem sempre é tão simples e clara, pois as exigências para a apreensão de seu movimento são amplas, a depender do fenômeno estudado. A gramaticalização pode ser vista tanto como um processo quanto como um paradigma, e pode ser um fenômeno tanto diacrônico quanto sincrônico. Como paradigma, se o estudo da língua se voltar à maneira como formas gramaticais e construções surgem e como elas são usadas, e considerada processo se restringe à identificação e análise de itens que se tornam mais gramaticais.

Com relação à dicotomia diacronia e sincronia, Gonçalves *et al.* (p. 21) explicam que no primeiro fenômeno a preocupação se volta para a explicação de como as formas gramaticais surgem e se desenvolvem na língua (palavras acessórias e palavras gramaticais podem se desenvolver de palavras principais), já no segundo, a preocupação está na “identificação de graus de gramaticalidade que uma forma linguística desenvolve a partir dos deslizamentos funcionais a ela conferidos pelos padrões fluidos de uso da língua, portanto, sob um enfoque discursivo-pragmático”; aqui, palavras acessórias e/ou gramaticais e sua forma fonte principal podem conviver num mesmo recorte de tempo. Temos ainda, com a combinação dessas duas perspectivas a abordagem *pancrônica*, uma outra possibilidade metodológica.

Outros linguistas que formulam uma distinção entre gramaticalização sincrônica e gramaticalização diacrônica são Hopper e Traugott (1997, p. 2, *apud* Rosário, 2010). De acordo com eles, na perspectiva diacrônica (ou histórica) a investigação se volta para as fontes das formas gramaticais e os caminhos mais comuns de mudança que os afetam. Nessa linha, a gramaticalização é concebida como um conjunto de mudanças linguísticas em que um item lexical, em certos usos, torna-se mais gramatical. Já a perspectiva sincrônica entende a gramaticalização, originalmente, como um fenômeno sintático e discursivo-pragmático, que deve ser analisado através de modelos dinâmicos de uso da linguagem.

Existem aqueles que consideram apenas a perspectiva sincrônica em relação aos estudos sobre mudança. Já Traugott & Heine (1991) defendem que a gramaticalização é um processo linguístico que pode ser tanto diacrônico quanto sincrônico, envolvendo a organização categorial e a codificação, embora, em estágios anteriores, fosse considerado apenas um processo diacrônico. Gonçalves *et al* (2007, p. 23) afirmam que isso se torna possível quando, numa perspectiva voltada para a codificação gramatical, o interesse primeiro está no exame da organização sincrônica e pancrônica.

Com a evolução dos estudos sobre gramaticalização, uma outra forma de abordagem surgiu (a sincrônica) e tornou-se paralela a já existente (de caráter historicista). Essa abordagem, que concebe a língua a partir de sua dinamicidade, considera a gramaticalização como fenômeno sintático, pragmático e discursivo. Foi dado a Givón (1979) o título de precursor dessa fase de estudos.

Nas palavras de Galbiatti (2008, p. 25), Givón foi “um importante figura no desenvolvimento e popularização da idéia de que a gramática era um produto de constantes mudanças, motivadas por necessidades discursivas.” É de Givón a hipótese de que “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”, que depois foi reformulada e passou a: “a sintaxe de hoje é a pragmática discursiva de ontem”, para argumentar que, durante o processo de gramaticalização, a forma de comunicação mais pragmática cede lugar a uma forma mais sintática; assim, expressões linguísticas com ligação sintática fraca se convertem em expressões sintáticas fortemente conectadas.

Este princípio se transformou no lema de muitas pesquisas funcionalistas e, de acordo com Galbiatti (2008, p.26), resultou na seguinte escala:

Figura 3 - Escala de transformação

DISCURSO > SINTAXE > MORFOLOGIA > MORFOFONÊMICA > ZERO
--

Fonte: Galbiati(2008, p.26)

Nessa escala, podemos observar a evolução de um elemento linguístico com o tempo, que vai do discurso (uso mais flexível e menos organizado) para a sintaxe, morfologia e morfofonêmica (uso mais estruturado e regulado), podendo eventualmente se extinguir. Sobre isso, Lopes (2008, p.1) afirma:

A trajetória da mudança se daria pela regularização do uso da língua que ocorreria a partir da criação de expressões novas e de rearranjos vocabulares feitos pelo falante para atender seus propósitos comunicativos. Com a repetição de uma construção ou forma, algo que é casuístico se fixa, tornando-se normal e regular, ou seja, se gramaticaliza. A contínua regularidade ocorre quando as estratégias discursivas empregadas pelo falante numa situação comunicativa perdem a eventualidade criativa do discurso e passam a ser regidas por restrições gramaticais (do discurso para a gramática). É como se os elementos lexicais fossem perdendo suas potencialidades referenciais de representar ações, qualidades e seres do mundo biossocial e fossem ganhando a função de estruturar o léxico na gramática, assumindo, por exemplo, funções anafóricas e expressando noções gramaticais como tempo-modo, aspecto, etc

Nesse sentido, o que vem do discurso, a partir da frequência de uso tem força suficiente para “entrar na gramática”, podendo vir a desaparecer. Lopes (2008) explica, ainda, que uma forma ou construção, por causa da repetição, se torna mais regular com uma certa estrutura sintático-morfológica.

Para ela, o item/construção se solidifica morfológicamente, perdendo gradualmente sua variabilidade sintagmática: sua ordem se torna mais fixa, não podendo, por exemplo, sofrer inversão ou inserção de elementos (morfologia). Devido à frequência de uso, pode ainda sofrer algum tipo de mudança fonológica (erosão) e desaparecer. Se chegar a zero, outro item ou construção é recrutado para substituí-lo formal e funcionalmente, reiniciando o ciclo funcional.

Com uma ampla explicação, Lopes (2008, p.2) apresenta um caso de verbo auxiliar que passou a morfema representativo de futuro. Foi o que aconteceu com a estrutura analítica constituída por verbo no infinitivo seguida pelo verbo *habere*, *amare habeo*, que no latim

clássico, queria dizer “tenho de cantar” ou “tenho vontade/desejo de cantar”. Segundo ela, a combinação estabeleceu-se como uma expressão de vontade, destacando, a partir do presente, o desejo de que um evento ocorresse¹⁹.

Para explicar a dicotomia entre modo sintático e modo pragmático²⁰, Gonçalves *et al.* (2007) recorrem a Givón que colocou de um lado, a linguagem infantil, as línguas pidgins e a linguagem informal (oral), como possuidoras de estruturas mais ‘relaxadas’, em contraste respectivo com a linguagem adulta, as línguas crioulas e a linguagem formal (escrita), que possuem estruturas mais compactadas. O primeiro grupo estaria em um polo mais “frouxo” e o segundo no polo “estruturado”; a direção da mudança segue a ordem mais frouxo mais estruturado.

Ao trazer esse entendimento e por focar em aspectos mais ligados a unidades linguísticas em nível superior ao do léxico, Givón (1979, p.209 *apud* Gonçalves *et al.* 2007) mostrou preferência pelo termo *sintatização*, no lugar de gramaticalização. Assim, o discurso, percebido como uma forma de comunicação informal e espontânea, também contribui para o surgimento de novas estruturas gramaticais.

Para ilustrar a evolução dos estudos de gramaticalização, Gonçalves *et al.* (2007, p. 27), estabelecem a seguinte escala:

- (i) a versão de Meillet, que concebe a gramaticalização como a passagem do [lexical] > [gramatical]
- (ii) a oferecida por Kurilowicz, que adiciona ao *cline* de Meillet a passagem do [- gramatical] > [+ gramatical].
- (iii) as versões dos estudos atuais: [qualquer material linguístico] > [+ gramatical].

¹⁹ Lopes (2008) ressalta que isso se deu em diversas línguas românicas, como por exemplo, o “ei” no final do verbo “amarei” em português e o “ò” em “amarò” em italiano são resquícios do verbo “habeo” que foi engolido pela nova forma verbal. Apesar de ter uma acepção semântica específica, o futuro sintético latino “amabo” coexistia com a forma verbal “habeo amare”, permitindo maior liberdade sintática e intercalação de elementos. Com o tempo, a estrutura do futuro sintético sofreu enfraquecimento de sua força semântica, se rigidificou e sofreu a aglutinação dos dois vocábulos a partir de uma redução fonética violentíssima da forma habere. Considera que o ponto de partida foi a síncope de /b/ intervocálica e pelo contato das vogais em hiato houve assimilação, ditongação e(ou) contração: (amare) habeo > a(b)eo > *aio > *eio > ei.

²⁰ Gonçalves *et al.* (2007) esclarecem que é de Hermann Paul (1966 [1886]) a concepção original do modo pragmático sobre o sintático. Eles consideram que caberia nessa distinção uma discussão mais aprofundada, pois consideram muito simplista associar estruturas pragmáticas ao modo reduzido e as sintáticas ao desenvolvido.

Nela, é possível perceber que os estudos da gramaticalização, que se voltam inicialmente do léxico para a gramática, são ampliados a partir de Givón, que mostra interesse em outras estruturas, considerando o material produzido pelo falante em situações de comunicação; o discurso. Cezário *et al.* (2015, p.42) afirma que a gramaticalização, assim como a discursivização, são processos que “manifestam o aspecto não sintático da gramática, demonstrando que as línguas estão em constante mudança em consequência da incessante criação de novas expressões e de novos arranjos na ordenação vocabular”.

Ao adotar essa concepção de língua em constante mudança, os autores remetem à Hopper (1987) que empregou a noção de “gramática emergente”²¹, em que a gramática de uma língua, vista como incompleta, está num contínuo fazer-se. Em seu artigo “Emergent grammar”, Hopper (1987) levanta questionamentos sobre a concepção tradicional que vê a gramática como um conjunto de regras que operam em categorias fixas e pré-estabelecidas e está desvinculada do discurso. Nas palavras do linguista, esse tipo de gramática é convencionalmente entendido como consistindo em conjuntos de regras que operam em categorias fixas como substantivos e verbos, especificam as formas de categorias aditivas como as de caso, tempo verbal, transitividade etc., e restringem as possíveis ordens nas quais as palavras podem ocorrer em uma frase. O discurso, o uso real da linguagem, é considerado, em certo sentido, uma “implementação” dessas estruturas, ou a maneira pela qual o sistema mental abstrato possuído em sua totalidade pelo falante é realizado em enunciados específicos. (HOPPER, 1987, p.3)

Ele propõe que a gramática, à semelhança da cultura, deve ser vista como um fenômeno social que está em constante processo, emergindo continuamente. Essa noção está diretamente ligada ao discurso, sob a perspectiva de que uma língua não deve ser vista como um molde rígido para a enunciação, mas sim como um fenômeno em constante evolução. Suas formas refletem a experiência do falante e suas avaliações da situação comunicativa.

Segundo Hopper (1987, p.9), a noção de Gramática Emergente tem propostas distintas das apresentadas pela gramática tradicional e pressupõe alguns fatores, como:

- (1)As regularidades no discurso são de diferentes tipos e de natureza dinâmica, já que há um movimento contínuo entre um tipo de discurso e outro. Como consequência, nenhuma ligação pode ser traçada entre as regularidades

²¹ Hopper (1987, p.3) explica que retirou o termo “emergente” do contexto de Cultura e levou para a Gramática. “The term ‘emergent’ itself I take from an essay by the cultural anthropologist James Clifford, but I have transferred it from its original context of ‘culture’ to that of ‘grammar’.

emergentes designadas como “gramaticais” e outras regularidades referidas como retóricas, formulaicas.

(2) Pelo fato de a gramática estar sempre emergindo, pode ser dito que ela nunca existe por completo, está sempre sendo transformada. Em outras palavras, não existe “gramática”, mas apenas gramaticalização, caracterizada pelo movimento em direção à estrutura.

(3) O principal projeto descritivo da Gramática Emergente é identificar estratégias recorrentes na construção do discurso, estratégias que têm generalidades linguísticas e que se movem em direção à gramaticalização.

Como visto, a proposta de Hopper (1987) segue uma perspectiva que concebe a língua como fenômeno em constante mudança, considerando a maleabilidade da gramática. Recursos utilizados pelos falantes surgem no discurso e seguem num movimento contínuo até serem gramaticalizados. Heine *et al.* (1977, p.77) citam o *continuum*, afirmando que a proposta de Hopper (1987) pode ser conciliada com uma abordagem “segundo a qual a gramaticalização é um processo contínuo, e não discreto”, processo em que a atividade linguística faz um movimento contínuo para a estrutura.

Para Gonçalves e Carvalho (2007, p. 68), parece ser consenso que a gramaticalização gera a mudança, mas o contrário dessa proposição não é verdadeiro. Eles afirmam que nem todos os estudiosos da gramaticalização seguem a proposta de Hopper, pois pregam que “certos domínios funcionais são mais permissivos e, neles, conseqüentemente, um maior número de formas pode se gramaticalizar”. E, desse modo, eles procuram verificar as condições que favoreceriam ou não a gramaticalização de determinado item/construção.

Na busca por investigar o estágio de um item gramaticalizado, Lehmann (1995 [1982]) e Hopper (1991, 1996) apresentam propostas diferentes, explicam Gonçalves e Carvalho (2007). Enquanto o primeiro propõe critérios para verificar o grau de autonomia de formas em estágios mais avançados de gramaticalização, o segundo estabelece critérios que visam a formas em estágios iniciais.

A forma como Lehmann compreende a gramaticalização, similar à concepção de Meillet, se volta para a autonomia de um signo linguístico. Ele considera que num processo sincrônico, o signo perde sua autonomia sintática e semântica. Para o linguista, quanto mais independente um elemento linguístico (signo), menos ele está sujeito a processos de gramaticalização. Por outro lado, quanto menos independente (ou mais integrado à estrutura gramatical), mais ele tende a ser gramaticalizado.

Assim, a autonomia de um signo é inversamente proporcional à sua gramaticalidade, já que a gramaticalização tende a reduzir sua autonomia. Dessa forma, Lehmann (1995 [1982]) apresenta seis parâmetros que visam avaliar o grau de autonomia de um item linguístico, considerando os eixos paradigmático e sintagmático. Mas, ressalta que seus parâmetros, em conjunto, permitem mostrar a autonomia de um signo e não da gramaticalização.

Galbiatti (2008, p. 27) informa que na formulação de seus parâmetros, Lehmann (1995 [1982]) descreve os aspectos **peso**, que considera que para ser autônomo, um signo deve ter peso, “propriedade que o torna distinto dos membros de sua classe e dota-o com proeminência no sintagma”; **coesão**, em que “a autonomia decresce à medida que o signo sistematicamente contrai certas relações com outros signos”; e **variabilidade**, que explica que quanto maior a mobilidade do signo, maior é a sua autonomia. Com o objetivo de melhor operar tais aspectos, o autor estabelece uma relação entre eles e dois outros aspectos linguísticos fundamentais: aspecto paradigmático e aspecto sintagmático.

Sobre isso, Gonçalves e Carvalho (2007) explicam que ao considerar os eixos paradigmático e sintagmático, a autonomia de um elemento linguístico diminui à medida que ele estabelece relações de coesão com outros elementos (paradigmaticidade vs. conexidade). Por outro lado, essa autonomia aumenta quando o elemento apresenta maior variabilidade, mobilidade ou alternabilidade em relação a outros itens (variabilidade paradigmática vs. variabilidade sintagmática). Consideram que essas características são fundamentais para definir as propriedades de um elemento em estágios avançados de gramaticalização.

Os autores apresentam logo abaixo, uma adaptação a partir da proposta de Lehmann (1995 [1982]), e afirmam, segundo este autor, que os seis parâmetros são indiferentes quanto às funções específicas envolvidas nos canais de gramaticalização. Sobre a correlação e dependência, eles são parâmetros teoricamente dependentes um do outro, conforme uma base dedutiva. Contudo, Lehmann assegura que não há base teórica que considere uma correlação de 100% entre eles:

Figura 4 - Correlação de parâmetros da gramaticalização

	Parâmetros	GR incipiente	Processo	GR avançada
Eixo paradigmático	Integridade (peso)	Item possivelmente polissilábico, com muitos traços semânticos.	Atrição	Item geralmente monossilábico, com poucos traços semânticos
	Paradigmaticidade (coesão)	Participação "frouxa" do item em um campo semântico	Paradigmatização	Item integra paradigma pequeno, altamente integrado
	Variabilidade paradigmática (variabilidade)	Escolha livre dos itens, segundo as intenções comunicativas	Obrigatoriedade	Escolhas sistematicamente restritas, uso obrigatório
Eixo sintagmático	Escopo (peso)	Relação do item com constituintes de complexidade arbitrária	Condensação	Item modifica a palavra ou a raiz
	Conexidade (coesão)	Justaposição do item independentemente	Coalescência (união)	Item é afixo ou traço fonológico
	Variabilidade sintagmática (variabilidade)	Liberdade de movimento do item	Fixação	O item ocupa uma posição fixa

Fonte: Lehmann, 1995 [1982], p.64

Retomamos o que foi exposto anteriormente, quanto à perspectiva adotada por Hopper (1991) sobre a gramaticalização e a noção de gramática emergente, para apresentar os estágios que ele propôs para substituir os parâmetros de Lehmann (1995 [1982]). Gonçalves e Carvalho (2007, p. 79) afirmam que os objetivos de Hopper (1991) parecem ser o de “suplantar as afirmações de Lehmann (1995 [1982]) e de Heine & Reh (1984), focalizando a gramaticalização em seus estágios mais incipientes”, como, por exemplo, quando a fusão de formas em radical + afixo ainda não ocorreram.

Além disso, Hopper (1991) assegura que os princípios que ele descreve não se aplicam exclusivamente a mudanças gramaticais e enfatiza que os limites entre fenômenos lexicais e gramaticais são bastante fluidos. Conforme apontam Gonçalves e Carvalho (2007, p), tais princípios “acentuam o caráter gradual da gramaticalização, uma vez que conferem aos elementos analisados o grau de "mais" ou "menos" gramaticalizados, não visando, portanto, verificar se eles pertencem ou não à gramática”. Ao destacar estágios iniciais e menos acessíveis do processo, Hopper (1991) apresenta o conjunto de parâmetros formado por:

Estratificação (ou camadas): coexistência de formas alternativas de expressão, decorrentes da mudança linguística, criando variabilidade. Ou seja, formas antigas não são descartadas, elas coexistem com as mais novas. Um exemplo de estratificação é comportamento da forma *a gente* no português falado, que compete, funcionalmente, com os pronomes *eu* e *nós*.

Divergência: é quando uma forma lexical sofre gramaticalização para um clítico ou afixo, a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças de um item lexical comum. Como exemplo, temos as formas *mrs*, *miss* e *ms* que se separaram da forma original, o substantivo *mistress*, mas o nome permaneceu com significado similar ao original.

Especialização: é a possibilidade de um item se tornar obrigatório diante de uma menor possibilidade de escolha. Ou seja, é a sistematização do novo uso, que deixa de ser alternativo e torna-se regular, assumindo significados gramaticais mais gerais. Podemos citar, como exemplo, o caso de *nós* e *a gente*²², em que houve aumento do uso da segunda forma em relação à primeira.

Persistência: é característica dos primeiros estágios de gramaticalização, trata-se da manutenção de traços funcionais originais no elemento em mudança. Ou seja, A nova forma gramatical ainda guarda algumas marcas do sentido lexical que tinha antes e sua trajetória lexical pode influenciar as condições de seu uso gramatical. Tomando como exemplo o caso de “*nós* e *a gente*”, temos o caso de persistência quando o substantivo *gente*, que indica um conjunto de pessoas, continua com esse sentido quando vira pronome. Isso torna a referência mais vaga, pois a gente costuma se referir a um grupo grande e não específico de pessoas, em vez de um grupo pequeno e definido.

Descategorização: é a perda de propriedades da categoria original; quando se gramaticalizam, as formas perdem ou deixam de ter as marcas morfológicas e as propriedades sintáticas que são típicas de categorias completas, como nome ou verbo, e passam a ter características de categorias menos importantes, como adjetivos, preposições, entre outros. Como exemplo, temos o *miss*, *mrs* e *ms*. Quando viram pronomes, eles perdem dois aspectos; normalmente não podem ter elementos morfossintáticos opcionais, como artigos, demonstrativos e possessivos, (exceto quando *mrs* vira um substantivo completo, nas expressões *my/your/his missus* e *the missus*, e nenhum deles pode se referir a alguém que está participando do discurso.

Com relação aos exemplos que servem para ilustrar os parâmetros estabelecidos por Hopper (1991), Carvalho e Gonçalves (2007) escolheram apresentar o caso do “*a gente*”, alegando que tais princípios aplicam-se consistentemente a esse caso. Afirmam que isso revela um caso de gramaticalização que ainda está em andamento, alterando o sistema pronominal do português brasileiro, tal como ocorreu com a gramaticalização do item *você*, cujas origens remontam à forma de tratamento *Vossa Mercê*.

Os estudos de Traugott (1982) e de Traugott & König (1991) apresentam uma concepção de gramaticalização diferente das anteriores, pois se dedicam mais a reconhecer os tipos de alteração de sentido que acontecem nos processos de gramaticalização, ou seja, eles dão mais importância à análise dos aspectos semânticos e pragmáticos ligados a esse processo de mudança linguística. Seu interesse é examinar o que é acrescentado na mudança de gramaticalização, especialmente, no aumento da força das expressões na comunicação entre quem fala e quem escuta.

Segundo Traugott (1982), a mudança linguística que ocorre na gramaticalização começa com a transformação de elementos que têm um sentido ligado à realidade para elementos que têm um sentido mais subjetivo. Em outras palavras, ela discute como os significados proposicionais, textuais e expressivos se relacionam com a gramaticalização e argumenta que

²² Galbiatti (2008, p. 40) cita a pesquisa de Omena e Braga (1996). Elas observaram que a ocorrência da nova forma (*a gente*) tem predomínio (69%) sobre a primeira (*nós*).

o processo envolve uma mudança de significados proposicionais, que são mais objetivos e referenciais, para significados textuais, que são mais subjetivos e pragmáticos. Os componentes que integram a proposta sugerida por Traugott (1982, p.247) são o proposicional, textual e expressivo. A autora explica cada um deles:

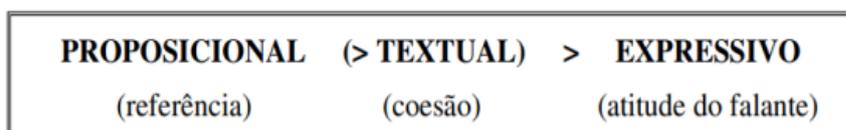
I. O componente **proposicional** ("ideacional", para Halliday e Hasan) que envolve os recursos da língua para tornar possível falar sobre algo, como, por exemplo, elementos sujeitos à verificação referencial (dêiticos de lugar, tempo e pessoa).

II. O componente **textual** tem a ver com os recursos disponíveis para criar um discurso que seja coeso. Estes incluem os vários conectivos, como *mas* e, portanto, (elementos também sujeitos a verificação referencial, mas, em última análise, compreensível apenas em termos de funções pragmáticas do discurso). São os conectivos, anafóricos (por exemplo, *ela* em "uma mulher... ela"), catafóricos, topicalizadores e complementizadores.

III. O componente **expressivo** ("interpessoal", segundo Halliday e Hasan) refere-se aos recursos que uma linguagem tem para expressar atitudes pessoais em relação ao que é falado, ao próprio texto e aos outros participantes na situação de fala. Inclui os modalizadores, operadores argumentativos, marcadores de pressuposição e índices de polifonia.

Traugott (1982) sugeriu que o principal caminho de mudança neste estágio inicial de gramaticalização é: Proposicional (> textual) > expressivo. No esquema abaixo, proposto por Galbiatti (2008), nos é mostrado que os componentes Proposicional, Textual e Expressivo estão, respectivamente, para a referência, coesão e atitude do falante:

Figura 5- Esquema proposto por Traugott (1982)



Fonte:Galbiatti (2008)

Mais tarde, Traugott e König (1991, p.190) revisaram essa proposta. Segundo eles, a gramaticalização é um processo de mudança semântica que não envolve necessariamente a perda de significado, mas, a especificação obtida a partir de inferências. Os linguistas argumentam que no passado havia uma "dificuldade em pensar sobre a semântica-pragmática da gramaticalização porque houve uma suposição, pelo menos desde Meillet (1948 [1912]), de

que a gramaticalização envolve enfraquecimento semântico, também conhecido como branqueamento”.

Os autores também afirmam que a inferência é de dois tipos: *metáfora* e *metonímia*, que, como seria de esperar, não são totalmente inseparáveis, mas se correlacionam com mudanças para diferentes tipos de função gramatical. A metáfora envolve alterações de sentidos que passam da situação externa, que é descrita, para a situação interna, que é avaliativa, perceptual, cognitiva e na situação textual, a metonímia envolve alterações de sentidos que passam do estado subjetivo de crença ou da postura sobre a situação.

O desenvolvimento de marcadores de tempo, aspecto e caso é motivado por processos metafóricos, enquanto o reforço da informatividade e a convencionalização de inferências conversacionais subjazem ao desenvolvimento de conectivos (principalmente, causais, concessivos e de preferência/negação). Em sua revisão, Traugott e König (1991, p.208) descrevem três “padrões semântico-pragmáticos” importantes para entender os fenômenos pesquisados. São eles:

Tendência Semântico-pragmática I: Significados baseados na situação externa descrita > significados baseados na situação interna (avaliativa/perceptual/cognitiva);

Tendência Semântico-pragmática II: Significados baseados na situação externa ou interna descrita > significados baseados na situação textual;

Tendência Semântico-pragmática III Os significados tendem a se situar cada vez mais no estado de crença/atitude subjetiva do falante em relação à situação.

A *Tendência I* é a alteração de um referente que é concreto (situação física) para um referente que é cognitivo (situação perceptual). Os autores dão como exemplo o surgimento de termos espaciais em advérbios ou preposições, que também podem virar conectivo de orações (conjunção). Essa tendência pode operar duas vezes, uma vez a partir de OBJETO > ESPAÇO, e depois novamente a partir de ESPAÇO > TEMPO; A *Tendência II* significa que palavras que antes indicavam posição e agora indicam tempo passam a ser usadas para organizar o texto, mostrando como as partes se relacionam. A extensão da preposição originalmente espacial *after* para a preposição temporal, no Inglês Antigo, é um exemplo e; *Tendência III*, em que palavras que mostram relação casual ou concessiva e também palavras que negam algo, revelam, basicamente, o que o falante pensa ou sente sobre o que está sendo dito.

Assim, Traugott e König (1991) definem a gramaticalização como uma mudança gradual em relação a como as palavras são usadas, e que depende, por um lado, da informação que se quer passar e, por outro, da forma de falar mais figurada, que leva a um sentido mais geral. Eles afirmam que as palavras que se referem a coisas concretas, e que passam por esse processo, têm sentidos que podem ser vistos fora da língua e são forçados a expressar sentidos cada vez mais ligados ao contexto.

Outra estudiosa que merece ser trazida à baila, nesse ponto de discussão, é Joan Bybee. A pesquisadora deu contribuições significativas para os estudos da gramaticalização, entre as quais está a proposta de que os processos cognitivos de domínio geral estão por trás do modo como as palavras se agrupam para formar construções. Segundo ela, a gramaticalização não pode ser simplesmente entendida como a transformação de uma palavra em um morfema gramatical, mas sim como um fenômeno que envolve a estrutura específica em que essa palavra aparece.

Desse modo, ela propõe que é mais correto afirmar que a estrutura que contém certas palavras se gramaticaliza, do que afirmar que uma palavra se gramaticaliza. Define a gramaticalização como “processo pelo qual itens lexicais se tornam um morfema gramatical, mudando sua distribuição e função no processo” (Bybee, 2016, p.167), a exemplo de *going to* (forma finita de *be*, no inglês) que passa a ter a função de marcador de intenção/futuro *gonna*.

No entanto, a autora pontua que, recentemente, a importância de acrescentar que a gramaticalização de itens lexicais também ocorre dentro de construções particulares e torna possível criar novas construções tem sido observada. O caso citado pela autora é o de *going to* que não se gramaticaliza em “I’m going to the gym” (Eu estou indo para a academia), mas se gramaticaliza em “I’m going to help you” (Eu vou ajudar você), em que o verbo segue *to*.

Nesse sentido, os estudos sobre gramaticalização, segundo a linguista, proporcionaram a conclusão de que a gramática está sempre em evolução através do uso cotidiano da língua. Bybee (2016, p. 167) explica que “a mudança não é apenas um fenômeno periférico que pode ser incluído numa teoria sincrônica; sincronia e diacronia precisam ser vistas como um todo integrado. A mudança é uma janela para representações cognitivas e um criador de padrões linguísticos”.

Bybee (2003) afirma que os verdadeiros universais da linguagem são os mecanismos de mudança que impulsionam a constante criação e recriação da gramática, tais como a *automatização*, a *redução da forma*, a *habituação* e a *generalização do significado*, bem como a *convencionalização de inferências pragmáticas*. Como esses mecanismos são comuns a todas as línguas, o efeito de seus usos será parecido, mas não igual, em línguas diferentes.

Sobre esses mecanismos a autora explica que quando um conjunto de ações é automatizado, o processo se torna mais fluido. O elemento gestual (neste caso, articulatório) diminui e perde clareza. Como resultado, ocorre uma redução nas vogais e consoantes, resultando em variantes como [~n~]. A repetição constante de estruturas gramaticalizadas leva à familiaridade. Com o debate anterior sobre gramaticalização, admitiu-se que os morfemas gramaticais perdem partes do seu significado lexical original e se tornam mais amplos e abstratos. Por exemplo, *will* perde o aspecto de vontade do seu significado, se desloca para os componentes do movimento espacial e pode ser usado com uma gama muito maior de sujeitos, incluindo objetos inanimados.

Este processo é conhecido como branqueamento ou generalização de significado. O termo “generalização de significado” parece especialmente adequado, pois a perda da especificidade do significado torna um morfema útil em uma variedade muito maior de contextos. A repetição diminui a força de uma palavra, frase ou construção. É o que acontece com *repetir* (*reiterate*, no inglês), que não parece tornar o conteúdo de "repetir" suficientemente explícito, então os falantes de inglês tendem a adicionar *re-*; Com a repetição, a força do termo desaparece, e é por isso que se diz *reiterate again* (reiterar novamente).

Conforme Bybee (2003), a generalização ou embranquecimento do significado de uma construção é causada pela frequência, mas também contribui para o aumento da frequência, uma vez que uma construção generalizada pode ser utilizada em mais contextos, de modo que a mudança é impulsionada por todo o percurso, fortalecendo-se à medida que progride. Sobre a Inferência pragmática, a linguista explica que ela representa um importante mecanismo de mudança na gramaticalização, afirmando que a capacidade de fazer inferências é uma característica importante do processo comunicativo: o falante deve ser capaz de julgar os detalhes que o ouvinte pode fornecer e formular suas ideias de acordo com isso, por sua vez, o ouvinte deve supor os detalhes que o falante não fornece. A autora expõe a estrutura da teoria como vemos a seguir:

Figura 6 - Relações entre as três camadas do fenômeno entre línguas



Fonte: Bybee (2003)

Os efeitos da frequência de uso, a padronização das estruturas linguísticas dentro do contexto do discurso e as inferências pragmáticas que acompanham a linguagem usada na interação, para Bybee (2011), constituem fontes de dados e fatores considerados na teoria baseada no uso, mas que são frequentemente negligenciados em estudos mais estruturais.

A autora ressalta que a gramaticalização surge a partir de “uma coleção de processos concorrentes que afetam cada nível envolvido em um enunciado, da fonologia à morfossintaxe, semântica e pragmática” (Bybee, 2016, p.168). Sobre isso, Gonçalves *et al.* (2007) formularam um quadro que apresenta, seguindo a noção de unidirecionalidade,²³ os mecanismos atuantes na gramaticalização e como ocorre a mudança nos diferentes níveis de análise.

Quadro 4 - Unidirecionalidade VS. mecanismos de gramaticalização

Nível	Mudança unidirecional	Processo
Fonologia	mais material fonológico > menos material fonológico	redução fonológica
Morfologia	lexical > gramatical > mais gramatical (forma livre > forma presa)	Recategorização (morfologização)
Sintaxe	menor coesão > maior coesão	reanálise (alteração de fronteira de constituintes)
Semântica	concreto > abstrato	dessemantização, processos metafóricos

²³ Reservamos, mais adiante, uma seção própria para discutir o conceito de unidirecionalidade.

Pragmática	estruturas pragmáticas > estruturas sintáticas	sintaticização
------------	--	----------------

Fonte: Gonçalves *et al.* (2007, p. 37)

Gonçalves *et al.* (2007) explicam que, ao entender o princípio como uma lei geral, ao processo de gramaticalização só poderia ser atribuído o princípio da *unidirecionalidade*, que pode ser testado como uma hipótese através da observação de vários mecanismos que são componentes integrais do fenômeno da gramaticalização. Em um sentido amplo, esses mecanismos também podem ser vistos como as causas ou motivações para a gramaticalização.

Eles citam como mecanismos atuantes num processo de gramaticalização o *bleaching*, a reanálise, a analogia, a "erosão" fonética, a gradualidade do processo, o aumento da frequência de uso, entre outros. E consideram que, enquanto a unidirecionalidade é um princípio único e essencial, os mecanismos, variáveis em número e espécie, não são necessários nem suficientes para caracterizar um processo de gramaticalização como tal.

Referente aos mecanismos motivadores da gramaticalização, Bybee *et al.* (1994) discutem sobre *extensão metafórica*, *inferência*, *generalização*, *harmonia* e *absorção*. Sobre cada um deles, eles explicam: A *extensão metafórica* é definida por duas características: (i) a transição de um domínio mais tangível para um mais abstrato; (ii) a manutenção de algum aspecto da estrutura relacional original. A *inferência* está relacionada à implicatura, pois enquanto o falante segue o princípio da informatividade e economia, o ouvinte deduz todos os significados necessários para entender a afirmação.

Já a *generalização* implica a perda de características específicas de significado, resultando na expansão de contextos adequados para o uso. Nesse mecanismo, a frequência de uso é muito relevante. A *harmonia*, um mecanismo limitado a elementos gramaticais que perderam a maior parte de seu conteúdo semântico, é aplicável em estágios mais avançados da gramaticalização. Finalmente, a *absorção* é a fase em que ocorre a total gramaticalização do item em questão, referido no trabalho de Bybee e colaboradores como o ponto de criação de um morfema zero.

Diante disso, a gramaticalização é concebida como um processo dinâmico que não apenas reflete o movimento contínuo em relação à estrutura (nas relações formadas), mas também como uma atividade cognitiva que tem impacto na própria estrutura. Em outras

palavras, com o avanço em relação aos estudos sobre a gramaticalização e as novas perspectivas trazidas por autores como Bybee, o discurso e o que os falantes produzem nele passou a ser levando em conta. Considerando que as construções formuladas pelo falante no ato comunicativo não surgem do acaso, ele cria expressões a partir de motivações, dentro de uma atividade cognitiva, e essas expressões têm força para modificar a gramática considerada *emergente*.

Cezário *et al.* (2015) informam que a gramaticalização, assim como a *discursivização*, são processos que “manifestam o aspecto não sintático da gramática, demonstrando que as línguas estão em constante mudança em consequência da incessante criação de novas expressões e de novos arranjos na ordenação vocabular” (p.42). Sobre o discurso, os autores explicam que o termo se relaciona com as diversas estratégias usadas pelo falante com o objetivo de organizar de maneira funcional o seu texto com propósito de alcançar determinado objetivo frente ao seu ouvinte.

Eles pontuam que se “por um lado, o discurso é tomado como ponto de partida para a gramática; por outro, é também seu ponto de chegada”. (Cezário *et al.*, 2015p.42). Por causa da frequência de uso, um fenômeno discursivo passa a acontecer de maneira previsível e estável, momento em que sai do discurso e entra para a gramática, o contrário também acontece, quando um fenômeno se torna menos previsível, sai da gramática e volta para o discurso²⁴. Percebe-se, desse modo, como a língua é dinâmica e a gramática não estática.

Concordamos, nesse sentido, com Rosário (2010), ao afirmar que a teoria da gramaticalização é uma teoria no sentido de que oferece uma explicação plausível que dá conta de como e por que as categorias gramaticais surgem e se desenvolvem ao longo do tempo. Sua principal motivação é fazer com que a comunicação seja feita de modo efetivo. Para tanto, o falante utiliza formas linguísticas concretas para a expressão de formas linguísticas mais abstratas, menos facilmente acessíveis e de cujos significados são menos claramente delineados.

Vale ressaltar que além dos estudos do processo de gramaticalização no âmbito lexical e gramatical, alguns estudiosos se propuseram a investigar sobre o processo de gramaticalização

²⁴ Os autores explicam que o termo gramaticalização é tomado em dois sentidos que se relacionam, um é a gramaticalização *stricto sensu* (do léxico para a gramática), o outro é a gramaticalização *lato sensu* (que acontece no interior da gramática).

em estruturas mais amplas que o léxico. Conforme aponta Rosário (2010), observa-se uma tendência crescente de analisar a gramaticalização sob o ângulo das estruturas sintáticas. Isso significa que há uma mudança teórica e empírica que redireciona a atenção para áreas mais amplas de estudo. Portanto, é com esse enfoque que as pesquisas contemporâneas no campo do funcionalismo linguístico vêm sendo desenvolvidas.

Retomando as questões que envolvem o processo de mudança, Gonçalves *et al.* (2007) interrogam se não seria a flutuação de um membro entre as categorias uma evidência da ausência dessa estrita determinação de limites (item lexical X item gramatical). Acrescentam que, na literatura linguística de orientação funcionalista, é consenso que os estudos sobre gramaticalização abrangem os processos de combinação de orações, e citam autores como Hopper & Traugott, 1993; Lehmann, 1988; Cezário *et al.*, 1996; Neves & Braga, 1998; entre outros.

Personagem crucial na que é considerada a terceira fase dos estudos de gramaticalização, Talmy Givón (1979) teve como papel importante disseminar o conceito de que a gramática é o resultado de transformações contínuas, impulsionadas por demandas discursivas. O autor expande as características definidoras da gramaticalização, de modo a abranger fenômenos gerais de mudanças que são parte integrante da gramática das línguas.

A contribuição de Givón (1979), nas palavras de Galbiatti (2008), foi bastante significativa para os estudos de gramaticalização ao incorporar o elemento discursivo, que antes era negligenciado, como um critério principal para a análise da estrutura linguística. Nesse sentido, ele estabeleceu um novo campo de estudo em que o processo é visto não apenas como a reinterpretação de conteúdo lexical em conteúdo gramatical, mas também como a transformação de padrões discursivos em padrões gramaticais.

Gonçalves *et al.* (2007) recorrem à Hopper & Traugott (1993), que afirmam que se a gramaticalização é caracterizada de forma abrangente como um processo que engloba as motivações e a evolução de estruturas gramaticais gerais, o processo de articulação de orações está dentro de seus domínios. Eles enfatizam que, do ponto de vista da mudança linguística, a formação inicial de uma sentença complexa envolve a fusão de dois núcleos distintos e independentes que são mutuamente relevantes em uma estrutura mais unificada.

Nesse contexto, vale destacar um tipo específico de oração: as orações subordinadas agente da passiva. Através de uma pesquisa em que analisou o posicionamento de 21 gramáticos quanto à classificação das orações subordinadas substantivas, dentre eles Said Ali, Rocha Lima, Bechara, Celso Cunha (gramáticas tradicionais); Cegalla, Faraco & Moura, Sacconi (gramáticas pedagógicas); Neves, Azeredo, Castilho, Perini (linguistas); Azeredo, Kury, Chaves de Melo (sintaticistas), Silva (2013) constatou que os estudiosos não são unânimes quanto à classificação de orações com agente da passiva. Nas palavras do autor, “percebe-se que a classificação da oração agente da passiva não é assunto pacificado” Silva (2013, p.74). Ainda hoje há divergências entre os autores em relação aos fenômenos da língua, e a oração agente da passiva figura nessa lista. Autores há que nem a mencionam em seus livros ou gramáticas”. (Antecipei as informações do parágrafo seguinte).

A gramática tradicional, seguindo a NGB, considera como oração subordinada as orações substantivas, as adjetivas e as adverbiais. De acordo com a análise empreendida, Silva (2013) explica que um autor classifica as orações subordinadas com agente da passiva como adjetivas; outro, como adverbiais; sete não as classificam e três seguem exatamente a NGB. A maioria dos autores (oito ao todo) classifica como orações subordinadas substantivas estas orações. Silva (2013) destaca que seguirá com a proposta dessa maioria por acreditar na seguinte premissa:

- . agente da passiva, é o sujeito agente da voz ativa;
 - . as funções sintáticas de sujeito e de agente da passiva são funções do substantivo;
 - . o sujeito, quando oracional, é representado por uma oração subordinada substantiva (subjativa);
 - . igualmente, o agente da passiva, quando oracional, por paralelismo, deve ter a mesma natureza do sujeito, logo, também representado por uma oração subordinada substantiva agente da passiva.
- Senão, vejamos:
- Na voz ativa:
Salvou Luiz quem o encontrou desmaiado.
sujeito: quem o encontrou desmaiado (oração subordinada substantiva subjativa);
predicado: salvou Luiz (oração principal)
objeto direto: Luiz
 - Na voz passiva:
Luiz foi salvo por quem o encontrou desmaiado.
sujeito paciente: Luiz (objeto direto da ativa);
predicado: foi salvo por quem o encontrou desmaiado;
agente da passiva: por quem o encontrou desmaiado (oração subordinada substantiva agente da passiva).
- (Silva, 2013, p. 156)

Assim, Silva (2013) alega que parece lógico considerar que se sujeito e agente da passiva têm a mesma natureza gramatical e sintática, as orações subjetivas e agente da passiva devem seguir pelo mesmo caminho: ter a mesma natureza gramatical e sintática. Desse modo, ambas as orações devem ser classificadas como orações subordinadas substantivas.

Além disso, o autor argumenta que o que realmente importa não é o que a nomenclatura oficial declara, nem as disputas entre gramáticos ou as diferenças de opiniões. Importa mesmo é a existência de orações com valor de agente da passiva, pois elas são parte integrante da língua, estão vivas na fala e na escrita dos usuários do idioma português, como evidenciado pelo seu corpus formado por recortes de jornais e revistas, que refletem fielmente o padrão médio do idioma português. A partir disso, podemos perceber o funcionamento perfeito dessas orações dentro da estrutura da língua portuguesa.

Os resultados fornecidos pela pesquisa de Silva (2013) com as orações subordinadas e somam-se às razões pelas quais o tema das estruturas passivas é considerado complexo. Tendo reservado esta seção para trazer a gramaticalização à nível da oração, o que tem sido de interesse de muitos estudiosos em pesquisas mais recentes, uma vez que o campo tem se mostrado bastante amplo, a próxima seção irá tratar, com mais profundidade, da unidirecionalidade. Entre os estudiosos há divergências quanto a aceitar que a mudança da língua parte em uma única direção.

2.1.5 Unidirecionalidade

Um dos aspectos mais debatidos sobre a gramaticalização, o princípio da unidirecionalidade, propõe que as mudanças gramaticais ocorrem em uma direção específica, considerada irreversível. Contudo, nem todos os que se dedicam ao estudo da gramaticalização concordam sobre isso e a discordância estaria na forma de conceber a unidirecionalidade.

Alguns autores atestam que a reversão é possível e que a unidirecionalidade seria um efeito de outros tipos de mudança que ocorrem nas línguas, como a fonológica, por exemplo, e não uma propriedade definidora da gramaticalização. Para os defensores do princípio da unidirecionalidade, a gramaticalização não pode ser revertida. Dessa forma, as categorias mais amplas e mais concretas dariam origem às categorias mais restritas e mais abstratas, mas uma

categoria mais restrita não poderia gerar uma classe mais ampla, pois isso implicaria uma mudança na direção contrária.

Heine *et al.* (1991) propõem como modelo uma ordenação de acordo com categorias cognitivas, que nos permite observar a abstratização: pessoa_> objeto_> processo_> espaço_> tempo_> qualidade. O modo como esses elementos se dispõem, numa hierarquia, demonstra que as mudanças são operadas sempre da esquerda para a direita. Das categorias cognitivas mais próximas do indivíduo, [+concretas], para as categorias cognitivas mais distantes [- concretas]. Hopper e Traugott (1993) consideram que existe uma conexão entre dois momentos A e B, de modo que o momento A precede sempre o momento B, mas o inverso não acontece, o que significa afirmar que não existiria “desgramaticalização”.

Para Gonçalves *et al.* (2007), um caso frequentemente usado para apoiar a ideia de que há uma direção única na gramaticalização é o surgimento de termos para indicar lugares a partir de palavras relacionadas a partes do corpo, seguindo a sequência de corpo_> objeto_> processo > espaço > tempo > qualificação. Além disso, partes do corpo podem servir para nomear áreas geográficas em um espaço concreto, como em Costa Atlântica, por exemplo. Partes do corpo também podem expressar o grau de importância em uma estrutura, como cabeça > líder, braço direito > ajudante, conselheiro, e outras combinações mais complexas como a que aparece em fulano é meus pés e mãos. Da mesma forma, palavras para mostrar direção são usadas para falar de tempo, como em “continue com seu projeto”, “siga em frente toda a vida”. Aqui, o caminho mostrado representa a organização de categorias mentais, mas nem todas são exemplos de processos de gramaticalização.

Também Oliveira (2022) define a unidirecionalidade como “princípio segundo o qual a trajetória da mudança linguística, dentro da concepção de gramática emergente, se orienta por uma só direção, um caminho único” (p.62). A autora formulou um quadro que explica a trajetória:

Quadro 5: Trajetórias unidirecionais de mudança linguística

+ Criatividade	+ Regularidade
+ Concretude	+ Abstração
- Subjetividade	+ (Inter)subjetividade
+ Léxico	+ Gramática

Fonte: Oliveira (2022)

A autora explica o que observamos no quadro da seguinte forma: de um lado, está o eixo da criatividade, da concretude, da menor subjetividade e do léxico, relativos à expressão de sentido mais básico e referencial, partimos dele para chegarmos, respectivamente, à expressão da regularidade, da abstração, da (inter)subjetividade e da gramática, em processo que é contínuo. Além disso, “O registro desses eixos, no Quadro 1, é assinalado com “+” e “-”, na demonstração de que a gradiência, a escalaridade é um pressuposto fundamental dos estudos funcionalistas”. (p.62)

Ainda de acordo com Oliveira (2022), são muitas as trajetórias unidirecionais de gramaticalização identificadas no português. A autora traz alguns exemplos, com base em Martelotta (2011): a) a passagem de vocábulo livre para afixo: *tranquila mente* > *tranquilamente*, *cantar hei* > *cantarei*; b) a passagem de verbo pleno para auxiliar: *Ele vai para casa falar com Paulo*; c) a passagem de advérbio para conjunção: *Penso, logo existo*. A autora acrescenta que estes exemplos contemplam “a feição clássica dos estudos sobre gramaticalização, uma vez que, tal como concebida originalmente, se trata de uma abordagem histórica, voltada para a captação da mudança de itens específicos ao longo de sincronias sucessivas.” (p.70)

No entanto, assim como defendem Traugott e Heine (1991), Oliveira (2022) considera que é possível pesquisar a gramaticalização tanto sob uma abordagem diacrônica, detectando etapas de gradualidade linguística, quanto a partir da perspectiva sincrônica, com foco na gradiência dos usos. É de Traugott e Heine (1991, *apud* Cezário *et al.*, 2015, p.46) a escala: *espaço* > *(tempo)* > *texto*, que representa o processo de abstrativização gradativa no percurso de gramaticalização dos elementos linguísticos.

Essa escala revela dois possíveis desdobramentos. O primeiro diz respeito às categorias gramaticais que se originam a partir de itens lexicais mais concretos. Como exemplo, podemos citar o processo de gramaticalização pelo qual passou o verbo “ir” que, originalmente, tem sentido de movimento físico, mas tomou uma nova função, marcador de tempo futuro. Tal processo demonstra que “ir” partiu de um sentido concreto para um mais abstrato, o que na

escala proposta por Traugott e Heine (1991) é a passagem de espaço para tempo, em que “espaço” é mais concreto que “tempo”.

O segundo desdobramento se refere à abstração de determinado elemento linguístico sem que, necessariamente, este elemento mude de categoria gramatical. Cezário *et al.* (2015) apresentam os seguintes exemplos, retirados do *corpus* D&G/Natal²⁵:

a)... no banheiro nós vamos encontrar... uma prateleira... *onde* fica os utensílios pessoais...

b)... depois disso... teve a noite *onde* foi escolhido o grupo de cinco pessoas mais ou menos...

c) ... eu acho que ao invés das pessoas sair na rua... pedindo para ... ser implantado a pena de morte no Brasil... deveria estar lutando por outras... por outros métodos... outros objetivos... de melhores condições de vida... de melhor educação para seus filhos... *onde* as pessoas poderiam viver num país bom... certo?

Os três fragmentos demonstram diferentes formas de uso do “onde”. Em (a), temos o adjunto adverbial locativo, que anaforicamente se refere a um objeto concreto, a prateleira, num trecho que descreve o banheiro da casa do locutor. Já em (b), “onde” faz referência anafórica ao nome temporal “noite”, nesse caso, assume sentido mais abstrato, numa sequência narrativa.

No fragmento em (c), em contexto de natureza dissertativa, o locutor usa o “onde” como elemento de conexão, para empregar a articulação de partes do texto, uma retomada, na condução do desfecho de seu comentário avaliativo: “onde as pessoas poderiam viver num país bom... certo?”. Nesse último caso, temos o elemento “onde” no nível mais avançado de abstração e de subjetividade. Ele não tem referência no texto e apresenta-se como um conector aparentemente destituído de significado.

Já Neves (2022), para quem a unidirecionalidade é uma característica básica da gramaticalização, mas não determinantemente, considera que o percurso em que ocorre a mudança “se dá na direção específica de uma categorização ‘gramatical_’” (p.173). Considerar que a gramaticalização tem como característica a unidirecionalidade, segundo ela, implica considerar que existe a seguinte escala proposta por Hopper e Traugott (1993):

²⁵ O corpus D&G é um banco de dados linguísticos organizado pelo Grupo de Estudos Discurso & Gramática da Faculdade de Letras da Universidade Federal Fluminense. Ele reúne amostras de língua falada e escrita de informantes de cinco municípios do Brasil: Rio de Janeiro, Natal, Rio Grande, Juiz de Fora e Niterói.

item de significado pleno > palavra gramatical > clítico > afixo flexional

No que se refere à mudança sintática, Hopper e Traugott (2003) afirmam que, no processo de gramaticalização, pode ocorrer uma mudança de categoria, em que um termo que originalmente pertence a uma classe com significado mais específico e concreto evolui para se tornar parte de uma classe com função mais estrutural na gramática. Os autores também propõem uma escala que vai de uma categoria maior (nomes e verbos), passa por uma intermediária (adjetivos e advérbios), até chegar a uma menor (conjunções, preposições, auxiliares e pronomes):

categoria maior > categoria intermediária > categoria menor

Casseb-Galvão (2001) considera a unidirecionalidade fator secundário no processo de gramaticalização e que pode ser afetado tanto por mudanças locais, quanto por idiossincrasias ou fatores sociolinguísticos. A maioria das pesquisas afirma que o processo de mudança tem uma única direção, mas há alguns autores que apostam na não-unidirecionalidade²⁶ e apresentam casos para exemplificar sua perspectiva. No entanto, por serem considerados casos raros, os que defendem o “*cline* canônico” atestam que não são suficientes para comprovar uma desgramaticalização.

Castilho (2004), com um posicionamento mais crítico, apresenta uma visão alternativa em relação ao princípio da unidirecionalidade na gramaticalização. Enquanto muitos estudiosos sustentam que a gramaticalização segue uma trajetória única e irreversível da esquerda para a direita, Castilho propõe substituir esse princípio pelo conceito de *multidirecionalidade*. De acordo com o autor, as línguas são multissistemas dinâmicas, ou seja, não estão restritas a uma única direção de mudança. Ele argumenta que as categorias linguísticas podem ser

²⁶ Nessa linha de abordagem, Mattos e Silva (2002) citam como mostra da não-unidirecionalidade os trabalhos de Poggio (1999), de Monteiro (2001) e o de Barreto (1999). Além desses, o trabalho de Ramos (1999) com o caso expletivo, para o qual levanta questionamentos interessantes. Segundo ela, a trajetória *Vossa mercê > você > ocê > cê* permitiu que J. Ramos defendesse o caráter clítico de *cê*. Contudo, no artigo, detectou que não é o *cê* que é o expletivo, mas *você*. A autora questiona: “Expletivo não é mais gramaticalizado que o clítico?” (p.55). Ou seja, de acordo com o princípio da unidirecionalidade, o item se torna mais gramaticalizado e não o contrário, mas, o caso de “*cê*”, como visto em Ramos (1999) gera questionamentos.

influenciadas por fatores locais, idiossincrasias e até mesmo fatores sociolinguísticos, resultando em mudanças que não seguem uma única direção.

O linguista considera que a gramaticalização deve ser compreendida através de uma perspectiva não linear, pois acredita que “quando as pessoas conduzem pesquisas sobre gramaticalização, estão lidando com um processo, não com produtos. Apesar disso, os pesquisadores continuam considerando a linguagem como algo estático e linear, embora nenhum deles diga isso claramente” (Castilho, 2004, p.37).²⁷

Em Castilho (1997) encontramos casos que podem ilustrar a “desgramaticalização”, sobre os quais o autor ressalva a baixa frequência:

- 1) A nominalização de alguns sufixos configuraria um caso de desgramaticalização: uma forma presa torna-se livre, como Port. “os ismos da ciência tal”, em que o morfema derivacional {-ismo} se transforma num Nome, com o sentido de “tendência, direção”, Em Inglês/Espanhol, bus “ônibus” que resultou na nominalização do morfema flexional latino {-bus}, destacado da palavra *omnibus*, “para todos”, passando a designar o veículo de uso coletivo.
- 2) A perda da “gramaticalidade” de constituintes de palavras, obrigando o usuário a duplicá-los, seria outro caso de desgramaticalização. Exemplos disto foram dados anteriormente, a propósito da repetição da mesma Prep. Numa perífrase preposicional. No Port., é bem conhecido o caso da forma medieval *migo*, que já continha a preposição com (cp. Lat. *Mecum*, de *cum*+ *me*> Port. *migo*), e que passou de novo a admiti-la na forma atual *comigo*. Parece bem evidente que a perda do poder relacional das Preps. e consequente repetição do item seria melhor descrita como uma *regramaticalização*.

Nesse sentido, Castilho (1997) afirma que é preciso considerar uma teoria multissistêmica, que captura de forma mais precisa as relações que se estabelecem entre léxico, discurso, semântica e gramática. Sua teoria multissistêmica busca explicar o dinamismo das línguas naturais, considerando que a gramaticalização é apenas um dos processos de criatividade linguística.

Reconhecendo que existe um debate considerável sobre se a gramaticalização segue uma direção única ou não. Bybee (2011) aponta que a maioria das evidências sugere que, com

²⁷ Em seu artigo *Unidirectionality or multidirectionality? Some issues on grammaticalization*, Castilho (2004) elenca alguns pontos sobre o que alguns autores dizem direta ou indiretamente, mostrando que, assim, seguem uma perspectiva linear e estática para os estudos que envolvem a gramaticalização.

algumas exceções bem definidas, ela é, de fato, unidirecional. Por outro lado, segundo a autora, ainda não há consenso sobre as razões subjacentes para essa unidirecionalidade.

Bybee (2016) retoma algumas críticas feitas por estudiosos à gramaticalização. Explica que, no caso da unidirecionalidade, trata-se de um processo fascinante da gramaticalização, e “uma vez iniciada, é muito comum que o processo continue na mesma direção - mudando as formas de menos para mais gramatical” (p.17). A autora menciona Norde (2001) ao pontuar que as mudanças que chegam a ocorrer na direção oposta são muito raras e “tendem a se mover apenas a um passo na direção contrária ao invés de reverter sistematicamente” (p.179). Ao citar casos que ocorrem em direção contrária, Bybee (2016, p.179) afirma que os tipos mais comuns são casos de lexicalização: usar preposição ou advérbio no lugar de verbo, como em “subir o valor da aposta”, mas que existem outros casos igualmente interessantes. Esclarece que eles “constituem uma minoria de mudanças gramaticais, enquanto a grande maioria vai de menos para mais gramatical”

Conforme explica a linguista, a unidirecionalidade ocorre em todos os níveis:

a mudança fonética na gramaticalização é redutiva [...]; a mudança semântica segue certos caminhos bem definidos do lexical ao gramatical, perdendo características de significado ou acrescentando certas inferências; e [...] a mudança morfossintática segue um curso de descategorização, perda de analisabilidade e ganho de autonomia, levando a uma redução na estrutura constituinte. (Bybee, 2011, p.77)

A autora aponta que a unidirecionalidade, inerente à gramaticalização, está intimamente ligada aos mecanismos de mudança que impulsionam esse processo, e esses mecanismos estão intrinsecamente entrelaçados com o *uso* da linguagem.

Para Bybee (2003, p.603), o fator determinante responsável pelas mudanças linguísticas que possibilitam a gramaticalização é a alta frequência de uso de sequências de palavras ou morfemas, ou seja, a repetição. Na tentativa de dar um tratamento integrado às mudanças que formam a gramaticalização, Bybee (2003) indica como relevantes nesse processo:

- 1)O enfraquecimento da força semântica, dada pela habituação;
- 2)A redução fonológica e fusão nas construções, dado o uso em porções do enunciado que contêm informação velha ou de fundo;
- 3)Autonomização da construção, com enfraquecimento de seus componentes individuais ou com perda de associação com outras ocorrências do mesmo item;

4)A mudança semântica, dada a perda de transparência semântica da construção, pela ruptura que se dá entre os seus componentes e os congêneres lexicais, permitindo o uso do sintagma em novos contextos, com novas associações pragmáticas;

5)Estabelecimento mais firme de um sintagma, com condições de preservação de características que em outras situações se perderiam.

Isso significa que a repetição desempenha um papel significativo tanto na semântica quanto na fonologia, resultando em mudanças que tendem a simplificar as formas linguísticas. Além disso, na morfossintaxe, a repetição garante a preservação de características antigas, o que pode parecer contraditório pois, ao passo que estimula a inovação em um contexto, ela também realça o conservadorismo em outro.

Sobre a frequência de uso, Santos (2018) explica que quanto mais frequentemente um item é usado na língua, maiores são as chances de que novas funções e valores gramaticais sejam atribuídos a ele, provenientes das influências externas do discurso. Assim, é por meio da frequência de uso de um elemento ou expressão, juntamente com sua subsequente abstração, que a língua possibilita os fenômenos de mudança linguística. Isso é um dos princípios fundamentais da gramaticalização, que ocorre gradualmente à medida que as categorias se tornam mais abstratas.

Nesse sentido, o falante emprega um novo sentido à forma já existente, e isso acontece por meio da frequência do uso, quando o falante percebe que precisa inovar, para atender determinada demanda e nota que a forma já existente na língua não é suficiente para atendê-lo, para promover sua criatividade. A organização da língua, de alguma maneira, reflete a estrutura da experiência humana. Não é à toa que o usuário da língua opta por determinada estrutura, ele pretende atender às suas necessidades comunicativas em um determinado contexto.

O processo de gramaticalização, segundo Rosário (2010), não é determinado apenas pela frequência de uso. A autora cita, conforme proposto por Heine *et al.* (1991), outros fatores envolvidos no processo, tais como: “a nossa configuração física, nosso aparato neurofisiológico, nosso ambiente sociocultural, o contexto no qual nós agimos, o contato linguístico, a interferência entre a forma escrita e a forma falada de uma determinada língua, os desenvolvimentos tipológicos globais, etc.” (Heine *et al.* 1991, p. 23, apud. Rosário, 2010).

Além desses, Rosário (2010) acrescenta o fator *cognição*, sobre o qual estudos têm sido mais enfaticamente incorporados às pesquisas sobre gramaticalização.

No capítulo III, que se segue, dedicamos espaço à metodologia empregada neste trabalho. Nosso objetivo foi traçar, minuciosamente, o percurso realizado para conduzir esta pesquisa, abordando os passos essenciais, de modo a oferecermos aos leitores uma visão clara e detalhada do método utilizado, permitindo que compreendam a robustez e a fundamentação da nossa investigação.

CAPÍTULO III

3. Percurso metodológico

Objetivando esclarecer todo o caminho percorrido na condução da pesquisa, organizamos este capítulo em duas seções distintas: na primeira delas, apresentamos o corpus, e, na segunda, elencamos as etapas que foram seguidas – da coleta dos dados aos resultados da análise.

Como já mencionado, escolhemos como foco de análise as estruturas passivas analíticas e pretendemos verificar se essas estruturas realmente desempenham o mesmo papel de indeterminação observado nas passivas sintéticas. Como objetivos específicos, buscamos analisar e descrever estruturas passivas analíticas que promovem a indeterminação do agente verbal; examinar se a decisão do falante em revelar o agente da ação verbal está ligada à coesão do texto ou à ênfase na informação do discurso; e avaliar se a preferência por passivas analíticas, com ou sem agente verbal, e passivas sintéticas varia conforme o tipo de texto.

Dado o propósito de verificar se as estruturas passivas analíticas realmente desempenham o papel de indeterminação observado nas passivas sintéticas, e analisar as motivações para a não explicitação do agente verbal por meio dessas estruturas, como já mencionado na introdução, escolhemos ter como base a teoria funcionalista, por ser uma abordagem que considera aspectos sintáticos, semânticos e discursivos para explicar os usos linguísticos. Para realizar a análise dos dados, consideramos as noções de *iconicidade*, *marcação* e *gramaticalização*, que são conceitos caros ao Funcionalismo e que nos auxiliam na compreensão do funcionamento das referidas estruturas.

3.1 O Corpus

Constituem o *corpus* de análise 100 exemplares, 50 da FP e os outros 50 do DP, coletados do período de Janeiro a Dezembro de 2023. A razão da escolha de gêneros diversos e jornais distintos surgiu a partir dos resultados encontrados em Souza (2019), em que foram examinadas as estruturas passivas analíticas e sintéticas em 20 edições do jornal Correio da

Paraíba, com ênfase nestas últimas. Os resultados apontaram que o falante confere ao -se um novo papel, o de indeterminador, o que vai contra as regras gramaticais tradicionais.

Os dados de Souza (2019) revelaram um número maior de estruturas passivas analíticas, dessas, os casos de agente não-expresso foram elevados, e os dez casos de estruturas passivas sintéticas (-se) encontradas estavam presentes nos textos do gênero artigo de opinião. Esses dados nos fizeram levantar alguns questionamentos, provocaram algumas inquietações que, ao nosso ver, poderiam ser sanadas se realizássemos uma pesquisa com um quantitativo maior de jornais, dessa vez, tendo como foco as estruturas passivas analíticas, voltando nosso olhar para os casos em que o agente da passiva não está expresso (\emptyset).

Assim, optamos por textos jornalísticos como *corpus* desta pesquisa, devido a rica utilização de construções de voz. Essas construções, presentes nesses textos, nos permitem identificar várias estratégias discursivo-pragmáticas que são empregadas durante a elaboração. Os textos jornalísticos são conhecidos por sua complexidade e diversidade linguística. Eles usam uma variedade de estratégias discursivas para transmitir informações, persuadir leitores e moldar a opinião pública.

Uma dessas estratégias é o uso de diferentes construções de voz verbal, que podem alterar significativamente o significado e o impacto de uma frase, como é o caso da voz passiva. Ao analisar tais construções, podemos começar a entender como os jornalistas usam a linguagem para atingir seus objetivos. A escolha entre a voz ativa e a voz passiva pode mudar o foco de uma frase e influenciar a maneira como os leitores interpretam a informação.

Além disso, a análise dessas construções pode nos ajudar a entender melhor a gramática e como ela é usada na prática. Isso pode ser particularmente útil para estudantes de línguas, professores, e outros profissionais que trabalham com texto. Portanto, ao escolher textos jornalísticos como nosso *corpus*, esperamos obter *insights* valiosos sobre o uso da linguagem na mídia e contribuir para a compreensão mais ampla das estratégias discursivo-pragmáticas na escrita jornalística.

3.2 O tipo de pesquisa e etapas

Nosso estudo adota uma abordagem descritivo-analítica, combinando métodos quantitativos e qualitativos, com base em uma revisão bibliográfica. Essa estratégia nos permite explorar o fenômeno de maneira abrangente, considerando tanto os aspectos numéricos quanto

as nuances qualitativas. Para alcançar os objetivos propostos para este trabalho, seguimos os seguintes passos:

1. Seleção dos jornais em formato impresso e digital, nos sites dos Jornais DP e FP;
2. Estabelecimento de critérios de delimitação;
3. Leitura dos textos nos gêneros “manchete”, “artigo” e “notícia”;
4. Identificação e quantificação das ocorrências nos diferentes gêneros;
5. Análise quanti-qualitativa dos dados.

Atualmente, com os avanços tecnológicos, as notícias podem ser lidas em meios digitais, nos *sites* dos próprios jornais, ou mesmo através de redes sociais, e esta seria uma das razões pelas quais aquele jornal impresso a que estávamos familiarizados a ver em circulação seja cada vez menos comum. Contudo, ainda existem empresas que mantêm essa opção para o público. Optamos, nesse sentido, por selecionar para a nossa análise, de maneira aleatória, exemplares tanto impressos como digitais. A diferença entre eles fica por conta mesmo da experiência de manusear um texto e folhear as páginas do jornal, o que não acontece quando a leitura é feita por meio de uma tela.

Quanto à delimitação, ela ocorreu em dois aspectos. Delimitamos os gêneros textuais a serem lidos. Escolhemos as manchetes, artigos de opinião e as notícias, outros textos não foram contemplados pela análise. Além disso, delimitamos a voz verbal a ser analisada e, com isso, as orações que seriam coletadas. Nosso foco foi a estrutura passiva analítica. No entanto, mesmo não sendo o nosso principal interesse, ficamos atentos a observar possíveis ocorrências de voz passiva sintética. Não foram selecionadas ocorrências em que a estrutura apresentasse voz ativa ou reflexiva.

No que se refere à coleta das ocorrências, selecionamos, em um primeiro momento, orações formadas por estruturas passivas analíticas e, dessas, fizemos um recorte, separando as que tinham o *agente da passiva* expresso das que não tinham. Coletamos, como informado, estruturas passivas sintéticas a fim de confrontar o número de ocorrências encontradas nesta pesquisa com a empreendida por Souza (2019) e para verificar se os casos dessas estruturas se restringiam ao gênero artigo de opinião. A quantificação geral dos dados resultou em 2.359 ocorrências de passivas analíticas contra 14 de passivas sintéticas.

As análises que realizaremos no próximo capítulo têm como base o pressuposto de que os sentidos emergem do uso da língua. Tal premissa reconhece que a linguagem não é apenas um conjunto de regras gramaticais, mas sim uma ferramenta viva e dinâmica que ganha

significado por meio das interações comunicativas. No cerne dessa abordagem está a compreensão de que a língua é moldada pelas práticas sociais, contextos culturais e experiências individuais. Portanto, ao investigar os fenômenos linguísticos, é essencial considerar não apenas as estruturas formais, mas também os usos reais e os sentidos construídos pelo falante.

CAPÍTULO IV

4. Análise do *corpus*

Os textos jornalísticos apresentam variantes linguísticas – variações que não comprometem a mensagem, pelo contrário, são possibilidades disponíveis aos falantes para melhor se fazerem entender e alcançarem o objetivo pretendido. Em relação aos recursos de indeterminação do sujeito, são apontados nas gramáticas normativas, as seguintes formas linguísticas: o uso do verbo na 3ª pessoa do plural, o verbo na 3ª pessoa do singular com o pronome “se”, e o verbo no infinitivo impessoal, ignorando outras possibilidades, como as descritas por Duarte (2007)²⁸. Conforme pontuamos, nos textos jornalísticos em análise, identificamos formas que concorrem com as formas prescritas pela GT, dentre as quais focamos as estruturas passivas.

Neste trabalho, não analisamos todas as possibilidades de indeterminação, focamos nas estruturas passivas analíticas com o objetivo de verificar nossa hipótese de que elas passaram também pelo processo de gramaticalização que lhe conferiu a função de indeterminar o agente, assim como estudos no âmbito funcionalista afirmam ter acontecido com as orações passivas sintéticas. Vejamos uma tabela geral com os resultados obtidos:

Tabela 1 - Distribuição dos dados coletados conforme os gêneros

Estruturas	Manchete	Artigo	Notícia	Total
Passiva analítica	104	191	2.064	2.359
Passiva sintética	0	4	10	14

Fonte: dados da pesquisa

A tabela (1) exhibe o número de ocorrências encontradas e divide-se entre estruturas passivas analíticas e sintéticas conforme os gêneros textuais. A diferença que se apresenta entre o número de estruturas passivas analíticas e sintéticas é bastante expressiva. Nos 100

²⁸ Duarte (2007) encontrou como estratégias de indeterminação em textos escritos, as formas “você”, “nós”, “eles” e “a gente”.

exemplares de jornais que constituem o *corpus*, foram encontradas 14 ocorrências de estruturas passivas sintéticas (EPS), em que 10 foram encontradas em notícias e 4 em artigos de opinião. Em manchetes não foram encontrados casos de EPS. Por sua vez, encontramos 2.359 ocorrências de estruturas passivas analíticas (EPA). Destas, foram 104 ocorrências em manchetes, 191 em artigos de opinião e 2.064 em notícias. Segue uma amostra dos dois modelos estruturais em estudo, três passivas analíticas e duas sintéticas, nessa ordem:

- A) O prefeito João Campos visitou a obra e afirmou que *a ponte será inaugurada* no início do próximo ano (FP - M -19/09/23)
- B) Hoje, *João Pessoa é reconhecida* como uma das capitais do turismo do Nordeste. (FP - A - 01/11/2023)
- C) Segundo a minuta, *a produção será exercida por empresa ou consórcio de empresas* constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no país. (FP - N - 10/10/2023)
- D) Por isso, *espera-se* que a BACEN não possua engajamento político, assim como é a expectativa em relação ao comportamento dos ministros no Tribunal Superior Eleitoral. (DP - A - 11/02/2023)
- E) A partir daí, *analisa-se*, entre outras coisas, capacidade, força leiteira, sistema locomotor, e aparelho mamário. (FP - N - 17/11/2023)

A diferença da frequência entre as estruturas de voz passiva é bastante expressiva. Acreditamos que esses números traduzem que o uso de EPA se mostrou produtivo e talvez revele que as duas formas de voz passiva não são equivalentes como a GT insiste em afirmar, muitas vezes, realizando paráfrases com uma determinada oração sem considerar situações reais de comunicação. Outro ponto em que acreditamos é que o baixo número de ocorrências de EPS pode ser explicado em razão de o falante considerá-la mais complexa²⁹.

No mais, este capítulo divide-se em três seções: em 4.1 trataremos das passivas sintéticas, em 4.2 da análise de estruturas passivas analíticas, seção que se subdivide em 4.2.1 que trata de estruturas passivas analíticas e os efeitos da expressão ou não do agente e explica sobre a escala de indeterminação; e em 4.2.2, que aborda a recorrência de diferentes estruturas nos referidos gêneros textuais. Na seção 4.3 relacionamos os princípios de Hopper à EPA.

²⁹ O gênero notícia tende a tratar fatos cotidianos e informar o leitor, respondendo a perguntas como o quê, onde, como, com quem aconteceu algo. É um texto escrito para ser alcançado por todos os públicos, assim, pede uma linguagem simples, clara e direta. Além disso, os manuais de redação recomendam, preferencialmente, o uso de voz ativa nesses textos. Como a estrutura de voz passiva, a EPS se diferencia da voz não marcada, a ativa, portanto, pode exigir mais esforço cognitivo do leitor.

4.1 Análise das estruturas passivas sintéticas

Conforme propõe a GT, a passiva sintética é uma estrutura formada por um verbo transitivo direto na 3ª pessoa, seguido do pronome reflexivo “se”. Nesse tipo de oração, o verbo concorda com o sujeito: “Consertam-se bicicletas”. No entanto, é comum encontramos enunciados em que a concordância padrão não é estabelecida, como em “Conserta-se roupas”, “Aluga-se casas”, “Vende-se joias”, etc.

Existem mais de uma explicação para a causa dessa confusão por parte do falante, como o fato de ele considerar “roupas”, “casas” e “joias” complementos verbais, e não sujeitos da oração, o que autorizaria a concordância não-padrão, ou porque a estrutura de 3ª pessoa do singular + *-se*, que é prescrita para sujeito indeterminado, é muito parecida com a estrutura da passiva sintética, aliado ao fato de que, muitas vezes, o falante não se atenta para o tipo de verbo utilizado.

Com base nesses pressupostos, seguimos com a análise de quatro dos quatorze casos de EPS encontrados nos gêneros notícia e artigo de opinião. Conforme tabela exposta no início deste capítulo, não encontramos nenhuma EPS no gênero manchete. Vejamos:

- (1) “[...] a partir daí, elege-se *a campeã*, a reservada (segundo lugar), a terceira e assim por diante. Paulo Gonçalves engenheiro agrônomo (Premiação para a raça Girolando - N - FP - 17/11/2023)
- (2) “Entretanto, após dois meses de mandato, esperava-se *propostas e ações mais efetivas*, principalmente em relação à saúde e segurança pública”, analisou o cientista (Governo Raquel Lyra completa dois meses -N- DP -03/03/23)
- (3) “Quando uma governadora ou governador assume um estado do tamanho de Pernambuco, recebe-se *um relatório com toda a situação dos órgãos públicos*” (“O 8 de janeiro precisa ser lembrado para não ser esquecido” -N - DP- 08/04/23)
- (4) De frente para a Quinta Avenida, via-se todo dia filas enormes à espera da abertura dos portões do museu. (O Laborarte e o altar-mor beneditino de Olinda - A- DP - 04/04/23)

A norma gramatical dita que uma EPA tem sua correspondente na voz passiva sintética, propondo que se fizermos uma paráfrase, teremos a outra construção e isso provaria a equivalência entre elas. Acreditamos que, ao realizarmos essa transformação, o sentido pretendido torna-se outro. Em (1) , por exemplo, temos um trecho retirado da notícia que

informa sobre uma Exposição de Animais e produtos derivados, evento que está em sua 80ª edição. Nesta feita, animais são expostos para potenciais compradores. Para uma construção passiva, teríamos como sujeito “a campeã, a reservada (segundo lugar), a terceira”, e o verbo “eleger”. Ao realizar a paráfrase, temos:

(1a) A campeã, a reservada, a terceira são eleitas.

Note que se trata de uma oração de sujeito composto e, nesse caso, é esperado que a concordância entre sujeito e verbo seja feita, mas isso não ocorreu. Uma possível leitura é que o autor construiu a oração pensando o *-se* como “alguém”, que não se sabe quem, mas que elege “a campeã, a reservada, a terceira”. Nesse caso, temos:

(1b) a partir daí, alguém elege a campeã, a reservada (segundo lugar), a terceira e assim por diante.

Caso parecido acontece no exemplo em (2), que trata da notícia sobre o governo de Raquel Lyra. Nela, várias figuras do meio político avaliam a sua gestão. Uma das avaliações é do cientista político Pedro Nascimento, autor do trecho analisado por nós. Na oração, temos o verbo “esperar”, que pode ser transitivo direto e indireto. No primeiro, o sentido é de “ter expectativa”, como acontece em (2). Ao realizarmos a paráfrase, passando a estrutura para voz passiva analítica, temos:

(2a) Propostas e ações mais efetivas, principalmente em relação à saúde e segurança pública eram esperadas.

Como também se trata de sujeito composto, o verbo passa para o plural, em concordância padrão. Assim, depreendemos que o falante não aplicou a concordância por entender que o sujeito seria alguém que ele não nomeou, e não “propostas e ações mais efetivas”. Assim, temos:

(2b) Alguém (ou um grupo de pessoas) esperava propostas e ações mais efetivas, principalmente em relação à saúde e segurança pública.

Retomamos, nesse ponto, o que foi posto sobre o falante entender como sujeito o termo que possui traço [+animado], conforme propõe Payne (1997), com a escala de agentividade. Segundo ele, quanto mais humano, animado e definido, maior será a tendência do argumento de uma oração ser agente. Por outro lado, se o argumento for uma coisa, objeto, ideia, algo sem vontade própria, inanimado, ele tende a ser paciente.

Com relação ao exemplo (3), trata-se de uma notícia sobre a então eleita Deputada Federal, Marília Arraes (SD) e uma entrevista com a mesma. Ela tece críticas à atual gestão no Governo do Estado e também fala sobre o episódio ocorrido em 8 de janeiro, em Brasília. No trecho em destaque, “um relatório com toda a situação dos órgãos públicos” seria o sujeito da ação do verbo “receber”:

(3a) Um relatório com toda a situação dos órgãos públicos **é recebido** quando uma governadora ou governador assume um estado do tamanho de Pernambuco.

No entanto, Arraes inicia a sentença falando sobre “uma governadora, ou um governador”, com sentido genérico, o que corrobora a leitura de que o sujeito do verbo “receber” seria “alguém” e não “um relatório com toda a situação”. Nesse caso, chegamos à oração a seguir, que é uma leitura possível:

(3b) Quando uma governadora ou governador assume um estado do tamanho de Pernambuco, (ele (a)/alguém) recebe um relatório com toda a situação dos órgãos públicos.

Por fim, temos em (4) um trecho do artigo de opinião que trata sobre museus e outros equipamentos históricos importantes em Olinda que passaram por processo de restauração. Temos como sujeito da oração “filas enormes”, e o verbo “ver”. Não foi estabelecida a concordância, como se espera (4a) e, em mais um caso, acreditamos que o falante entende o - *se* como sujeito da oração, e não “filas”, autorizando a leitura em (4b)

(4a) De frente para a Quinta Avenida, todo dia filas enormes eram vistas à espera da abertura dos portões do museu.

(4b) De frente para a Quinta Avenida, alguém via todo dia filas enormes à espera da abertura dos portões do museu.

Realizamos, nos casos que foram trazidos para esta análise, a paráfrase com base na proposta de Indursky (1993), que explica que, quando o verbo e o sintagma nominal estão no plural, isso confirma um vínculo e temos uma interpretação passiva. Mas, uma dupla interpretação é possível, em situação contrária. Quando a construção pronominal está dentro de outra estrutura frasal mais complexa, como observamos, “as relações diluem-se e surge com muita força a interpretação indeterminadora” (Indursky, 1993, p. 249).

Dessa forma, o não estabelecimento da concordância entre o verbo e o sintagma que assume a função de sujeito é mais uma prova de que o falante entende que não há um sujeito expreso. Ou seja, o argumento interno que, na sentença, assume a função de sujeito gramatical, é interpretado como objeto e o "se" como marca de indeterminação, por analogia com a estrutura em que o verbo é intransitivo ou transitivo indireto. Do ponto de vista semântico, o uso do pronome reflexivo “-se” pode ser interpretado como indeterminador pelo falante, dependendo de sua intenção ao se comunicar. Essa interpretação, embora não esteja em conformidade com a gramática tradicional, ganha destaque quando colocada em evidência.

Outro ponto que merece ser tratado nesta seção é a proporção de EPA versus EPS dentro de cada gênero. Como mencionamos, houve apenas das 14 ocorrências no conjunto dos gêneros, não encontramos nenhum caso de oração na voz passiva sintética no gênero manchete; 4 casos foram encontrados no gênero artigo de opinião; e 10 casos foram encontrados no gênero notícia, ou seja, a maioria. Esses dados relacionam-se ao princípio da marcação, que explica que certas formas linguísticas são mais complexas, menos frequentes e mais restritas do que outras. Como estrutura de voz passiva, a EPS se diferencia da voz não marcada, a ativa, portanto, pode exigir mais esforço cognitivo do leitor.

Na manchete jornalística, a voz passiva analítica é, frequentemente, utilizada de forma categórica, ou seja, de maneira definitiva e enfática. Isso ocorre porque as manchetes pretendem capturar a atenção do leitor rapidamente, transmitindo informações de forma concisa e impactante. É o que ocorre na sentença “Detalhes da Refeno são **anunciados**” (FP - M-14/09/2023), em que o objetivo é focar no evento ou no resultado da ação, em vez de no agente. Nesse caso, o foco de atenção é dado à informação de que os detalhes do evento Refeno foram anunciados e não quem os anunciou.

Em contraste, nos gêneros artigo e notícia, a voz passiva analítica parece não ser tão categórica. Nestes contextos, a voz passiva analítica pode ser usada com mais flexibilidade. Além de servir para variar o estilo da escrita, seu uso permite enfatizar diferentes aspectos de uma situação, ou manter o agente em anonimato quando não é relevante para o entendimento do texto, ou é totalmente desconhecido. Portanto, enquanto a passiva analítica nas manchetes tende a ser uma escolha deliberada para realçar a ação ou o resultado, nos outros gêneros, ela também é uma das várias ferramentas disponíveis para o escritor para atuar na organização do texto. O autor pode ou não optar por uma abordagem categórica.

No mais, consideramos que os casos de voz passiva sintética sendo utilizados como recurso de indeterminação, mesmo que em menor número, se comparados à voz passiva analítica, revela que são formas que concorrem entre si, no uso real da língua, cabendo ao falante escolher qual é a que mais lhe serve no momento de interação. O que, mais uma vez, reforça a urgência de as gramáticas abandonarem velhos conceitos e incorporarem novas perspectivas de análise que contemplem os usos feitos pelo falante.

4.2 Análise de estruturas passivas analíticas

Conforme mencionamos, esta seção contém duas partes. Iniciamos com a abordagem dos efeitos da expressão ou não do agente nas EPA e depois tratamos da recorrência de diferentes estruturas nos referidos gêneros textuais.

4.2.1 As EPA e os efeitos da expressão ou não do agente

A tradição gramatical estabelece que uma EPA é formada por: Sujeito paciente + verbo auxiliar + particípio passado + *preposição* + *agente da passiva*. Além disso, a norma prega que é possível transformar uma oração voz ativa em voz passiva analítica, em que o objeto direto da estrutura ativa se torna o sujeito na voz passiva. O papel semântico desse sujeito é o de paciente, já o constituinte que ocupa o lugar de sujeito na ativa passa a ser o agente da passiva. Desse modo, se temos na voz ativa a oração *Joaquim levou os brinquedos*, a sua correspondente na voz passiva é *Os brinquedos foram levados por Joaquim*. Existe ainda a possibilidade de omitir o agente da passiva, quando o foco recai sobre o fato em si, e não na pessoa que realizou a ação. Assim, temos: *Os brinquedos foram levados*.

A escolha pela voz ativa ou passiva, e ainda, a escolha pela voz passiva com o agente verbal expresso ou não expresso, em que a atenção está para o acontecimento ou o resultado, está associada à perspectivização. Ou seja, há, para o falante, mais de uma possibilidade na construção de sentenças sobre determinado evento no mundo, o que difere uma da outra é o ponto de vista ou a perspectiva que se dá a esse evento.

Nesse contexto, o que a GT faz é promover uma “fórmula” para que possamos identificar que se trata de uma EPA, considera ser opcional o uso do agente da passiva, mas não aprofunda a explicação com relação às possíveis motivações que levam o falante a expressar

ou não o agente, considerando situações de uso da língua. A análise empreendida por nós nos permitiu acessar várias ocorrências em que o agente da passiva não estava expresso, e nesse caso, o leitor teria que recorrer ao contexto para saber sobre quem praticou a ação. Ou seja, a informação sobre o agente da passiva estava em outro lugar no texto ou o leitor poderia acessar conhecimentos externos a ele.

Contudo, também encontramos orações em que não foi possível recuperar quem era o agente da passiva, uma vez que não havia indicação dessa informação no texto, são os casos de agente da passiva não-expresso e não dedutível. Nas duas situações, acreditamos que a EPA é um recurso muito produtivo para não revelar o agente da passiva, indeterminá-lo. A tabela a seguir demonstra a frequência das estruturas com e sem agente expresso.

Tabela 2– Frequência do agente conforme os gêneros

Notação do agente nas passivas analíticas	GÊNEROS		
	Manchete	Artigo	Notícia
Expresso/Não-expresso	26/78	54/136	650/1.414
Total	104	191	2.064

Fonte: dados da pesquisa

Como observamos, o número de estruturas em que o agente da passiva não está expresso é mais elevado em todos os gêneros textuais. Passemos à análise dos casos, iniciando pelo gênero manchete. Vejamos os dados³⁰ em (6) e (7):

- 6) Hospital, na Faixa de Gaza, foi atingido por foguetes. (FP - M - 18/10/2023)
- 7) Paulo Câmara é indicado por Lula para presidir BNB (DP - M - 08/02/2023)

No gênero manchete foram encontradas 104 EPA. Dessas, 26 ocorrências apresentaram o agente expresso. Neste gênero, verificamos que o uso de EPA revela uma boa estratégia para

³⁰ Para identificação dos dados, utilizamos siglas para nos referirmos aos gêneros textuais (A – Artigo de opinião; M – Manchete e N – Notícia), além das siglas FP e DP, em relação ao nome dos jornais, Folha de Pernambuco e Diário de Pernambuco.

atrair o público para uma leitura mais aprofundada. Dentre os exemplos que selecionamos, em (6), temos, como agente da passiva, “foguetes”, os responsáveis pela ação do verbo “atingir”. A notícia referente a esta manchete relata sobre o ataque a um Hospital na Faixa de Gaza que provocou a morte de cerca de 500 pessoas. O Hamas, grupo extremista Islâmico, e Israel começaram um conflito em 07 de outubro de 2023, mas a tensão entre Israel e a Palestina já dura mais de 70 anos.

O uso da EPA permite colocar em primeiro plano o fato: um hospital foi atingido; depois, revela pelo quê, o que provocou a ação que resultou nas mortes. Note que se invertermos a oração, “Foguetes atingem hospital na Faixa de Gaza”, o efeito de sentido é outro, mesmo que, de acordo com a GT, as estruturas sejam consideradas equivalentes. A sentença em (6) provoca mais impacto, pois, ao saber, num primeiro momento, que um hospital sofreu um ataque, o falante acessa cognitivamente informações que o levam a pensar no quão destrutivo pode ser tal situação, visto que estamos falando em hospital/pessoas, e por qual motivo um hospital seria alvo do ataque.

Além disso, um fator muito relevante pode ser observado nesta construção, é o uso do sujeito não-humano (foguetes), que no caso de uma EPA, está ocupando o lugar de agente da passiva. A responsabilidade pelo impacto dos foguetes recai sobre a pessoa que os lança. Portanto, quando um jornal opta por não mencionar o agente, demonstra uma tendência significativa.

Ao ler a notícia nos é informado que Israel e o Hamas “lançam”, um ao outro, a responsabilidade sobre o lançamento do foguete. Enquanto veículo de informação, por não saber ou não querer afirmar quem é o agente humano por trás da ação, se alguém do grupo Hamas ou alguém por parte de Israel, o Jornal opta por escolher a construção que coloca “foguetes” como o responsável pelo que aconteceu ao hospital e vitimou dezenas de pessoas. O jornal acaba, desse modo, por não se comprometer. Contudo, sabemos não ser possível que o foguete tenha sido lançado sozinho.

Na sequência, em (7), temos uma manchete que direciona para a notícia sobre a indicação de Paulo Câmara, ex-governador de Pernambuco, para a presidência do Banco do Nordeste (BNB) feita por Lula. De acordo com a notícia, a decisão do Presidente foi contrária ao esperado por políticos do Ceará, pois, seria tradição nomear alguém que fosse cearense para o cargo.

Mais uma vez, o uso de EPA permite colocar em destaque o acontecimento, a indicação) e depois é revelado o agente da ação verbal, que neste caso é "Lula". O fato de ter sido um pernambucano (Paulo Câmara) e não um cearense, como era o esperado, o indicado à função de presidente do banco e a intenção de colocar essa informação em destaque, pode, talvez, explicar a escolha pela EPA no lugar da estrutura de voz ativa.

A respeito de estruturas passivas analíticas em que o agente não estava expresso, foram encontradas 83 ocorrências. Vejamos os seguintes exemplos deste caso:

8) Gestor é **exonerado** Ø após briga (DP- M- 8/05/2023)

9) PM morto é **indiciado** Ø por feminicídio (DP - M- 5/01/2023)

Passando ao exemplo (8), a manchete convida o leitor para a notícia sobre o afastamento de José Marcos Souza de Oliveira do cargo de gestor da Ilha de Fernando de Noronha, por causa de reclamações sobre sua gestão por parte de pescadores e outros trabalhadores locais em uma reunião que acabou em confusão. Nesta oração, não é revelado o agente da passiva, quem foi o responsável pela ação de “exonerar”. Temos, nessa EPA um agente da passiva não expresso.

Só tomamos conhecimento com a leitura da notícia, na íntegra. Desse modo, o que é posto em evidência na manchete é o acontecimento. Acreditamos que existem verbos, como *exonerar*, *indiciar*, entre outros, que favorecem, numa EPA, a omissão do agente verbal, pois o leitor pode inferir quem seria o responsável (agente) por trás da ação. No caso de exonerar, o agente é uma autoridade do âmbito administrativo público e no de indiciar, o agente é uma autoridade policial. Ou seja, o autor utiliza uma construção passiva que o permite pôr em primeiro plano a informação sobre o acontecimento e omitir o agente da passiva que considera não ser tão relevante, pois no jogo da comunicação, entende que o falante pode recuperar conhecimentos a partir do contexto.

Assim como em (8), em (9) o agente não é expresso. A manchete é de uma notícia sobre um crime de feminicídio cujo acusado cometeu suicídio. Através do texto ficamos sabendo que a polícia civil concluiu a primeira fase de investigações e “indiciou” o acusado. Nesta sentença, o uso de uma EPA também evidencia o acontecimento e mais uma vez o responsável pela ação do verbo (exonerar) não se mostra tão relevante para ser mencionado na manchete, mas é

dedutível. O título da manchete pode causar estranhamento, pelo fato de gerar o questionamento: pode uma pessoa que já morreu ser indiciada por um crime? O leitor tirará as possíveis dúvidas através da leitura completa da notícia.

Além disso, podemos identificar em (8) e (9) que o princípio da perspectivização foi acionado. A escolha pela construção da manchete em que o agente da passiva é não expreso revela que para o falante, segundo o seu ponto de vista, é mais interessante para o interlocutor saber sobre o acontecimento, o fato de o gestor ter sido exonerado depois da briga e de o PM ter sido indiciado pelo crime de feminicídio.

Outro ponto é que, ao observamos os exemplos desse bloco verificamos como atua o princípio da *iconicidade*. Segundo os funcionalistas, existe uma relação estreita entre forma e significado que motiva a estrutura sintática. Tal princípio atua na EPA quando identificamos a relação entre forma e conteúdo. Se o falante opta por expressar o agente verbal, maior volume informacional é veiculado, portanto, a estrutura tende a ser mais complexa. Contudo, se ele omite o agente, a estrutura é reduzida. Ou seja, quanto mais informação, mais extenso será o texto.

Além disso, contrariando a ideia inicial de que haveria um *isomorfismo* atuante na língua, Cezario *et al.* (2015) explicam que estudos sobre variação e mudança revelam que existem duas ou mais formas alternativas de dizer a mesma coisa. Isso se confirma com relação às estruturas passivas, visto que existem, além dela, outras formas na língua com a unção de indeterminar o agente verbal.

Em relação ao gênero textual artigo, foram encontradas 191 ocorrências, sendo 54 delas com agente da passiva expreso. O gênero, por si só, já solicita do autor certa criatividade, o que o autoriza a explorar diferentes recursos linguísticos a fim de tornar seu texto mais envolvente. Vejamos os seguintes dados em (10) e (11):

10) O Iphan e a Bauhaus, ao longo de sua história, **foram atingidos** de cheio pela navalha do arbítrio, mas souberam resistir. (**O 13 de janeiro: o Iphan e a Bauhaus** - DP - A - 5/01/2023)

11) A evolução cada vez mais rápida da doença também **foi impulsionada** pela pandemia da Covid-19 [...]. (**Saúde ocular infantil e tecnologia como aliada** - FD - A - 2 e 3/12/2023)

Em (10), o autor do artigo descreve a importância da data 13 de janeiro para aqueles que se importam com a preservação do patrimônio cultural do país. Na referida data, em 1937, foi criado o Iphan/Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, e em 1933, também no dia 13, a Escola Bauhaus foi extinta.

O uso de EPA permitiu ao autor colocar em primeiro plano o fato, que corresponde ao rema por indicar maior dinamismo informacional. Tornando, assim, o Iphan e a Escola Bauhaus tópicos da sentença, o que também permite que o texto tenha uma certa fluência. O agente da passiva é “pela navalha do arbítrio” que quer dizer, em linhas gerais³¹, que aquilo que é considerado dispensável pode ser excluído, evitando o “excesso”. Se transformássemos essa sentença em uma estrutura de voz ativa, o efeito de sentido não seria o mesmo: “A navalha do arbítrio atingiu de cheio o Iphan e a Bauhaus”.

O artigo, no exemplo em (11), foi escrito por uma oftalmologista que alerta para o crescimento de casos de miopia em crianças, de acordo com um levantamento feito, recentemente, pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO). Além disso, a Organização Mundial da Saúde considera que se trata de uma doença do século 21.

A construção em voz passiva analítica tanto põe foco no acontecimento, destacando que o avanço da doença foi impulsionado pela epidemia de Covid-19 (o agente verbal expresso), uma vez que as crianças mantidas em quarentena passaram mais tempo diante de telas, quanto possibilita retomar, discursivamente, o tópico tratado, a questão do avanço, do crescimento da miopia. Tal construção permite, ainda, que o texto se torne mais fluido. Sobre os casos em que o agente não foi expresso no gênero artigo, vejamos os exemplos em sequência:

12) [...] nos últimos anos, a praia enfrentou desafios, e os turistas foram afastados *Ø por questões de segurança*. (**O futuro do turismo em Pernambuco** - FP- A - 1/11/2023)

13) Muitos jovens militares com problemas psíquicos, heróis de guerra, sem outra experiência profissional, foram encontrados *Ø em situação econômica bastante difícil* [...]. (**Um prêmio Nobel que o Brasil ganhou** - FP - A - 10/11/2023)

³¹ Levando para o contexto do artigo, o autor se refere ao Golpe militar de 64 e as perdas durante o governo do ex-presidente Collor, que considera período nefasto para a cultura. E no caso da Bauhaus, o que aconteceu durante os anos em que o governo da Alemanha era controlado por Adolf Hitler. A expressão “navalha do arbítrio”, ou “navalha de Ockham, remete ao estudioso e teólogo William de Ockham.

Em (12), o autor aborda várias questões sobre o turismo de Pernambuco. Descreve alguns pontos turísticos conhecidos, problemas que acabam afetando os visitantes e ações que estão sendo realizadas na tentativa de mudar a realidade e enriquecer o turismo na capital. O uso da voz passiva analítica evidencia o acontecimento, o fato de os turistas estarem sendo afastados pelos problemas relacionados aos locais de visitação, como por exemplo a locomoção. A sentença em questão se constrói com agente não-expresso. Não nos é informado sobre um agente responsável pela ação de “afastar”, o lugar de agente fica vazio mas se mantém o entendimento do texto.

Um traço diferenciador dessa estrutura é a presença da preposição “por”. Nos exemplos (12) e (9), visto anteriormente, temos a mesma situação descrita por Bechara (2019), que nem todo termo introduzido por preposição, necessariamente, será um agente da passiva. Conforme vemos em Bechara (2019, p.459), “nem todo termo introduzido por preposição *por* funciona como complemento de agente, principalmente se apresenta o traço *não animado*, referente a uma coisa, quando deve ser classificado como adjunto circunstancial de causa ou meio”. Nesse caso, o *por* é comutável pela locução prepositiva: *por causa de*. Assim temos:

(9a) PM morto é indiciado Ø **por causa de** feminicídio (DP - M- 5/01/2023)

(12a) [...] nos últimos anos, a praia enfrentou desafios, e os turistas foram afastados **por causa de** questões de segurança.

O excerto em (13) é de um artigo que relata sobre o Prêmio Nobel que o exército brasileiro ganhou, em 1988, ao lado das Forças de Paz da ONU e que esse fato é pouco conhecido. O autor também conta que a missão de 10 anos no Oriente Médio não terminou bem. A alta de logística e comunicação fez com que o batalhão brasileiro ficasse em fogo cruzado o que provocou a morte de um cabo, e outros incidentes causaram a morte de outros militares e fez com que outros ficassem gravemente feridos. Ao retornarem ao Brasil, esses homens foram dispensados pelo Exército sem o devido reconhecimento ou assistência médica.

A oração na voz passiva analítica sem o agente expresso permite colocar em destaque quem foram esses jovens e o que fizeram e põe foco na situação em que eles foram “encontrados”, uma situação financeira e de saúde bastante difícil. O agente da ação verbal não é revelado, mas é possível depreender através do contexto, o que não prejudica o entendimento do texto. Não se faz necessário comentar quem encontrou esses jovens nessa situação, e se

tratando de um texto que autoriza uma linguagem mais subjetiva, talvez o sentido de “encontrar” mais abstrato: Eles se encontram nessa situação difícil.

A respeito dos casos encontrados no gênero notícia. Vejamos, inicialmente, as ocorrências de agente expesso em (14) e (15):

14) A decisão foi comemorada com cantos e danças por indígenas que acompanhavam a votação do lado de fora do STF. (**Vitória para os indígenas do STF** - FP - N - 22/09/2023)

15) Assim como o Leme, o Brooklin também está condenado pela Defesa Civil de Olinda e não deveria estar sendo usado como habitação. (**Após estalos, moradores desocupam outro prédio** - DP - N - 4/05/2023)

A sentença em (14) tem *indígenas* como agente da ação de *comemorar*. São eles que comemoram o resultado pela votação do Supremo Tribunal Federal. A notícia é sobre a decisão do STF, que derrubou a tese do marco temporal que tinha como proposta restringir a demarcação de terras indígenas para áreas já ocupadas pelos povos originários em 5 de outubro de 1988, data da Constituição Federal.

O uso da voz passiva analítica permite destacar o fato mais importante, *a decisão*, alçada à tópico. Se fizermos uma paráfrase, passando de voz passiva para a voz ativa, como prescreve a GT, afirmando serem equivalentes, o destaque é dado a indígenas, que passará a ser o sujeito da oração. E nesse caso, o efeito de sentido passa a ser outro.

O excerto em (15) foi retirado de uma notícia sobre a desocupação de um prédio estilo "caixão", na cidade de Olinda, por risco de desabamento. Quase uma semana antes, outro prédio, o edifício Leme, desabou e causou a morte de seis pessoas. A Defesa Civil da Cidade havia condenado mais de 100 edifícios com as mesmas condições, o que é de conhecimento dos moradores, que relatam não ter para onde ir e por isso permanecem em suas casas. Segundo a notícia, a prefeitura disponibilizou vagas nos abrigos para os moradores, mas não se sabia, até o fim da reportagem, se alguma das famílias teria ido.

A escolha pela construção de voz passiva analítica permite pôr em destaque o acontecimento, o fato de os prédios terem sido condenados, para depois revelar quem os condenou, neste caso, a Defesa Civil, que é o agente da ação expesso. A informação de quem é o agente verbal nesta oração é importante para o leitor entender por completo a notícia. Se a

informação do agente não aparece em momento algum do texto, o leitor fica autorizado a fazer suposições e buscar conhecimentos externos ao texto. É o que acontece nas sentenças em (16) e (17), em que o agente é não-expresso:

16) A nota foi divulgada Ø poucos dias após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) flexibilizar o uso do item em unidades de saúde. **(PE reforça as máscaras em unidades de saúde - DP- N- 6/04/2023)**

17) [...] Isso significa que 14 mulheres foram agredidas Ø com tapas, socos e pontapés por minuto. **(Violência atinge 28,9% das brasileiras - DP - 3/03/2023)**

O exemplo (16) aborda o uso obrigatório de máscara, no Estado de Pernambuco, como medida de proteção contra a Covid-19, de acordo com uma nota técnica da Secretaria Estadual de Saúde (SES-PE). A nota foi divulgada mesmo depois que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tornou flexível o uso do item em unidades de saúde. Nesse caso, não há agente da passiva expreso na sentença, mas ele é recuperável no texto. Mais uma vez, o uso da EPA coloca aquilo que é mais importante em destaque, o fato de ter sido divulgada uma nota importante com relação à saúde da população.

Retomemos o que foi dito por Shibatani (1985, p.832) ao afirmar que um elemento requer menos atenção, o falante o submete à estratégia de desfocagem. Assim, não codificá-lo sintaticamente seria o caminho mais óbvio. O autor pontua que existem vários graus de foco para os elementos codificados sintaticamente, o mais elevado está para aquele que é codificado como sujeito: sujeito > objeto direto, objeto indireto > objetos oblíquos. É nesse sentido que o autor considera que a voz passiva omite um agente nominal como uma estratégia de desfocagem.

Com relação ao exemplo em (17), temos uma notícia que informa a respeito do crescimento da violência contra a mulher no Brasil. Segundo dados da pesquisa feita pelo Datafolha em 2023, 11,6% das mulheres entrevistadas foram vítimas de violência física no ano anterior, o que representa um universo de aproximadamente 7,4 milhões de brasileiras. Esses números podem ainda ser traduzidos para: a cada minuto, 14 mulheres são agredidas.

A estrutura de voz passiva analítica, mais uma vez, coloca o foco no acontecimento e desfoca o agente, que, nesse caso, não está expreso, mesmo sendo responsável pela ação do verbo “agredir”. É possível depreender através do texto e de conhecimentos prévios que, na maioria das vezes, as mulheres são agredidas pelos próprios companheiros. Desse modo, a falta

de um agente não prejudicou a mensagem que se quis passar ao leitor. É nesse contexto que iremos discutir de modo mais aprofundado a indeterminação do sujeito, numa espécie de escala, segundo a expressividade ou não do agente da passiva.

Acreditamos que o uso de EPA, como um recurso para a indeterminação, demonstra a existência de uma espécie de escala. Uma vez que o autor do texto conduz as informações de acordo suas intenções, ele prioriza a informação mais importante para o público, além do cuidado de não revelar aquilo que ainda não pôde ser confirmado, por uma autoridade policial, por exemplo. Nesse contexto, a omissão do agente pode ocorrer por diversos motivos e esses se distinguem entre um gênero e outro. A transparência jornalística muitas vezes leva à identificação completa dos envolvidos em notícias subsequentes.

Esses são alguns dados retirados do nosso *corpus*. A partir de sua leitura é possível identificar que todas são orações na voz passiva, diferenciando-se quanto à explicitude ou não do agente. Com relação ao *agente não-expresso*, a sua identificação pode ser feita a partir de informações do co-texto ou de acordo com seu conhecimento de mundo (**agente não expresso dedutível**); ou pode não ser recuperado (**agente não expresso e não dedutível**), seja porque o autor não pode ou não deseja informar o agente ou porque não tem conhecimento de quem, na verdade, seria.

Vejamos alguns exemplos que servem para ilustrar como funcionaria a escala de indeterminação, começando pelos casos em que o agente está expresso na sentença:

- **Agente da passiva expresso**

18) *Convocação dos profissionais* que prestaram concurso para a Rede Municipal *foi anunciada pelo prefeito João Campos*. (FP - **M** - 21/11/2023)

19) *A ansiedade de final de ano* muitas vezes *é alimentada pela nossa capacidade inata de nos culparmos* por não termos alcançado todas as metas desejadas. (FP - **A**- 9-10/12/2023)

20) *Suspeito de ser maior fornecedor de drogas sintéticas* do Rio de Janeiro *foi detido pela Polícia Civil de Pernambuco*. (DP - **N** - 9/01/2023)

- **Agente da passiva não-expresso dedutível**

21) *Sport* busca empate, mas *é vaiado* na Ilha (FP- **M** - 10/10/2023)

22) Para isso, foram criados novos comitês técnicos temáticos, de Inovação e Tecnologia, Política Ambiental e Política Urbana. (FP - A - 30/11/2023)

23) A ausência de Neymar no velório e enterro de Pelé foi criticada e virou polêmica na web. (DP - N- 5/01/23)

- **Agente da passiva não-expresso e não dedutível**

24) Por outro lado, algumas pessoas dizem que o vídeo foi criado Ø para ser uma propaganda contra a “santidade de Dalai Lama”, segundo a imprensa internacional. (DP- N -10/04/2023)

25) “[...] Ao chegar no local, os policiais foram recebidos Ø a tiros e baleados na cabeça, morrendo no local”, explicou o secretário de Defesa Social do Estado. (FP- N- 16/09/2023)

26) O corpo da mulher, que era natural da cidade de Carpina, foi encontrado Ø sem vida e com pés e mãos amarrados, além de uma corda no pescoço, no último dia 28, após familiares e amigos suspeitarem da falta de retorno dela às tentativas de contato. (DP- N - 10/01/23)

27) Ele reassumiu o comando da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal no dia 2 de janeiro e viajou de férias para os Estados Unidos no dia 7, na véspera das ações terroristas aos prédios dos Três Poderes que foram articuladas Ø durante a semana anterior em grupos e não estava no Brasil no dia dos ataques. (DP - N-11/01/2023)

A voz passiva, como vimos em Givón (1990), permite suprimir ou reduzir a expressão do argumento agente, além de promover o argumento paciente à posição de sujeito/tópico. Se retomarmos a escala proposta por ele, que explica o agente indo de menos tópico para mais tópico, os casos de estrutura passiva com agente expresso estariam, nessa escala, à frente dos casos em que o agente não foi expresso e não é dedutível e não foi expresso mas é dedutível, e atrás dos casos de estrutura de voz ativa.

Os exemplos reunidos no primeiro bloco têm como agente da passiva o *prefeito João Campos*, a *nossa capacidade inata de nos culparmos* e a *Polícia Civil de Pernambuco*, que tiveram sua expressão reduzida, visto que a estrutura passiva permite dar foco ao acontecimento e, portanto, o argumento paciente toma a posição de sujeito/tópico. Em (18) temos uma manchete que nos direciona a uma notícia sobre a convocação de novos docentes no Estado de Pernambuco. Eles foram aprovados em um concurso e tiveram sua homologação assinada pelo

prefeito do Recife, que destacou a importância desses profissionais para fortalecer a rede municipal de ensino.

Na sequência, temos em (19) um excerto de artigo de opinião que reflete sobre como as pessoas se sentem ansiosas com a chegada das festas de final de ano e esse sentimento é causado pela sensação de que suas metas e desejos não foram alcançados. A autora ressalta que esse sentimento é compartilhado por muitas pessoas e explica sobre um tipo de abordagem terapêutica que pode auxiliar a tratar da ansiedade, para que, assim, seja possível definir metas e criar estratégias.

O exemplo em (20) é de uma notícia sobre a prisão de um homem em Pernambuco suspeito de ser um dos maiores traficantes de drogas do Rio de Janeiro. Ele estava em Fernando de Noronha e participava de várias festas. A viagem foi possível, pois, segundo a investigação, o suspeito apresentou documentos falsos. Também nesse caso, o uso de uma estrutura passiva destaca em primeiro plano o fato e depois o agente da ação.

Em relação aos exemplos que compõem o segundo bloco, o de **Agente da passiva não-expresso dedutível**, temos em (21) uma manchete que direciona à notícia sobre um jogo de futebol em que o time Sport foi “vaiado” na Ilha³². Nesta EPA, mesmo com o agente não expresso, o leitor infere que o time foi vaiado por torcedores. A manchete cumpre o objetivo de chamar a atenção do leitor e ter uma estrutura mais simples, reduzida.

Já o excerto em (22) é de um artigo de opinião, o autor aborda questões sobre o setor imobiliário, que vem passando por transformações nos últimos anos e como todos os setores da economia, também busca por tecnologia e resultados mais sustentáveis. Ele cita ainda que é com esse foco que a nova gestão da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (Ademi-PE) pretende trabalhar. No exemplo (22) temos um agente da passiva não-expresso, somos informados de que algo foi criado. No entanto, o agente é dedutível, pois, foi mencionado anteriormente: “A nova gestão da Ademi-PE está reestruturando a entidade, com foco institucional”.

Nesse caso, evita-se a repetição do agente (Ademi-PE) que é uma informação velha, já conhecida pelo leitor e a coesão textual é estabelecida. Aquilo que surge depois é a informação

³² Estádio Ademar da Costa Carvalho, popularmente chamado de Ilha do Retiro.

nova, ou rema _ tudo o que foi criado pela Ademi- PE: *novos comitês técnicos temáticos, de Inovação e Tecnologia, Política Ambiental e Política Urbana.*

Já no exemplo (23) temos uma notícia sobre o falecimento do jogador Pelé e relata a ausência de alguns jogares em seu velório. Um desse jogadores é o Neymar, que recebeu críticas por ter sido visto em uma festa, mas não compareceu à despedida do “rei do futebol”. Na oração, temos o lugar do agente, que praticou a ação de criticar, vazio. Mas é possível inferir que quem fez a crítica foi o público em geral, os fãs de Pelé, do próprio Neymar, ou dos dois, não se sabe ao certo.

Sobre os casos que constituem o bloco 3, **Agente da passiva não-expresso e não dedutível**, todos eles são do gênero notícia e parecem ter em comum o fato de noticiarem situações em que possíveis crimes ocorreram. Vemos em (24) o trecho de uma notícia que relata um caso envolvendo o Dalai Lama. O líder religioso foi flagrado por um vídeo que o mostra beijando um menino. O caso repercutiu em todo o mundo. Na oração em questão, temos o agente não expresso e não recuperável. É dada a informação de que *o vídeo foi gravado*, mas não se sabe por quem. É uma informação que não pode ser recuperada no próprio texto e nem o autor parece saber. Isso pode ser constatado pela expressão “algumas pessoas dizem”. Por se tratar de um assunto polêmico, optar pela estrutura passiva faz com que o autor não se comprometa.

Em (25), o exemplo foi retirado de uma notícia sobre um episódio violento que aconteceu na região metropolitana do Recife e resultou em várias mortes, após uma troca de tiros intensa entre a polícia e outras pessoas no local. É informado que os policiais “foram recebidos a tiros”, mas não se sabe ao certo quem foi o agente da ação, quem efetuou os disparos e por isso o agente não foi expresso. Somente após investigações é que a polícia poderá determinar. O autor do texto revela não saber e se isenta, ao optar por não mencionar o agente da ação expressa pelo verbo.

No excerto em (26), temos notícia de um crime contra uma mulher, cujo corpo foi encontrado depois que a família percebeu seu desaparecimento. Não é revelado quem exatamente encontrou o corpo da vítima, e pode ser que essa informação não tenha chegado ao autor do jornal. Nesse caso, a EPA possibilita que o fato seja posto em posição de destaque, o corpo da mulher foi encontrado sem vida, e a informação de quem o encontrou seja “mocoçada”. Ao leitor não é possível recuperar essa informação no texto.

Por fim, o exemplo em (27) é sobre a prisão do ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, Fábio Augusto, por determinação do ministro Alexandre de Moraes em decorrência do ato em 8 de janeiro, um ataque aos Três Poderes no 8 de janeiro. Na oração, temos a informação de que “ações terroristas foram articuladas”, mas o agente ou agentes dessa ação não é/são mencionado(s), é não expresso(s). Não se sabe ao certo quem orquestrou os ataques nesses grupos (até a data da notícia em questão).

Nas sentenças que compõem este bloco, o que é posto em destaque em (24) é o fato de o vídeo ter sido produzido para ser uma propaganda contra o Dalai Lama; em (25) a forma como os policiais foram recebidos, a tiros; em (26) como o corpo da mulher foi encontrado, sem vida e com pés e mãos amarrados; e em (27) o fato de as ações de ataque aos Três Poderes terem sido articuladas uma semana antes e durante o ato o Secretário não estava no Brasil. Nesse sentido, ocorre a atuação da *perspectivização*, em que o foco de atenção é voltado a detalhes particulares da notícia. O que é de conhecimento, de vivência, rotineira do leitor, não interessa mais do que aquilo que é considerado uma situação mais surpreendente. Como posto por Bertoque (2010), a perspectivização tem a ver com o ponto de vista de um acontecimento.

Assim, a EPA parece ser a voz verbal a evidenciar o fato e ocultar o agente, como um recurso produtivo quanto a não evidenciar os causadores, seja por desconhecimento do autor da notícia ou por ele não querer se comprometer noticiando algo que ainda não foi confirmado. Em posterior notícia, ao longo de investigações sobre o caso, é possível que o jornal forneça maiores informações ao público leitor.

Consideramos que o processo de gramaticalização por qual está passando a voz passiva analítica se evidencia na medida que a estrutura passa a desempenhar a função de indeterminador do agente verbal, tanto nos casos em que o agente não está expresso e não pode ser identificado no texto, nos casos em que não está expresso, mas é dedutível e quando está expresso e é dedutível. A desfocagem do agente da passiva ocorre numa certa gradiência. Além disso, essa estrutura pode ser reduzida e seus elementos organizados livremente na sentença, a depender do que o autor quer evidenciar.

São várias as motivações que levam o autor a expressar ou não o agente da ação verbal. Assim, concordamos com o que afirma Givón (1990), sobre existir uma variedade de contextos pragmáticos que justificam e explicam a omissão do agente. Alguns desses contextos incluem: o agente pode ser desconhecido ou inacessível; o agente pode ter sido mencionado

anteriormente e, portanto, não necessita de mais atenção; o agente pode ser referido posteriormente no discurso; ou o agente pode ser previsível de forma geral, entre outras situações.

Além de o agente vir expresso ou não, o que pode contribuir com a alteração na estrutura de voz passiva, identificamos casos de estruturas variantes da passiva. Na próxima seção, abordamos estas estruturas, de forma decrescente, a partir dos referidos gêneros textuais. Primeiro abordamos a análise de ocorrências do gênero manchete, depois do gênero artigo de opinião, seguido da análise do gênero notícia. Esse estudo nos permitiu visualizar as formas mais e menos recorrentes, bem como supor que a escolha por uma estrutura e não outra, segue a certas intenções do falante.

4.2.2 Orações passivas analíticas: recorrência de diferentes estruturas nos gêneros manchete, artigo de opinião e notícia

Como mencionado, uma EPA, seguindo a norma proposta pela tradição gramatical, possui a seguinte forma padrão: Sujeito paciente + verbo auxiliar + verbo no particípio passado (FVP) + agente da passiva → [Suj. Pac. + FVP (v. aux.+ v. princ.) + Ag. Pac]. No entanto, foi possível observar que, além dessa estrutura, outras são também possíveis. Nossa análise revelou um total de outras 21 estruturas variantes. Na sequência, apresentamos uma lista que mostra as estruturas encontradas, de mais recorrente para menos, considerando o conjunto dos gêneros.

Tabela 3: Quantitativo de diferentes estruturas conforme os gêneros

Estruturas		Número de ocorrências		
		Manchete	Artigo	Notícia
I	SP + FP + AP não expresso (Ø)	44	69	660
II	SP + FP + AP	20	46	552
III	SP + FP + Adj adv.	25	32	492
IV	FP + SP (=suj. Posp.)	6	9	101
V	Adj adv. + FP + SP	4	8	99
VI	SP + FP + Adj. adv + AP	2	2	51
VII	Adj. adv. + SP + FP	-	9	35
VIII	SP + FP + AP + Adj adv.	-	2	27
IX	Adj adv. + SP + FP + Adj adv	-	3	18

X	SP + Adj adv. + FP+ AP	-	1	7
XI	Adj. adv. + FP +SP + AP	-	-	9
XII	SP + Adj adv. + FP + Adj adv.	2	2	1
XIII	Adj adv. + FP + AP + SP	-	2	2
XIV	Adj. adv. + FP + SP + Adj. adv.	-	-	3
XV	FP+ Adj adv. + SP	-	2	-
XVI	SP + Adj adv. + FP	-	1	1
XVII	Adj adv + FP + Adj Adv + SP	-	1	1
XVIII	SP + Adj adv. + FP + Adj adv. + AP	-	1	-
XIX	SP + Adj. Adn (= Or. Adjetiva) + FP+ AP	1	-	-
XX	Adj. adv. + SP + FP + AP	-	-	1
XXI	Adj. adv. + FP + AP	-	-	1

Fonte: dados da pesquisa

A análise empreendida nos três gêneros revelou que as estruturas mais recorrentes, em ordem decrescente, são: passiva analítica *sem o agente da passiva expresso*; passiva analítica *com o agente da passiva expresso*; passiva analítica *sem o agente da passiva expresso e seguido de adjunto adverbial* e passiva analítica *com o sujeito posposto*. Na sequência discutiremos alguns pontos que merecem uma reflexão, iniciando pela construção mais recorrente, iniciando pelo gênero manchete.

Para a **estrutura I**, a de voz passiva analítica com agente da passiva não-expresso, foram encontradas 44 ocorrências. Ela fica na frente da estrutura (2), com 20 ocorrências, em que o agente da passiva aparece expresso na oração. O uso da estrutura (1) a seguir, para o gênero em questão, se mostra bastante eficaz, pois provoca no leitor certa curiosidade e o convida a procurar o texto que possui mais informações para que ele possa, assim, sanar suas dúvidas e fechar possíveis lacunas. Ou seja, ao que tudo indica, é no texto da notícia que o leitor saberá quem é o agente da ação verbal. O exemplo a seguir ilustra a estrutura (1):

28) Três médicos *foram executados* e um ficou ferido (FP - M - 06/10/2023)

Após a sua leitura, somos instigados a procurar saber por quem os médicos foram executados e por que. A escolha por essa construção passiva coloca em primeiro plano o sujeito (três médicos), permite evidenciar o acontecimento (foram executados), e em segundo plano fica a informação sobre o autor ou os autores da ação provocada pelo verbo. A notícia, a qual

a manchete remete, é sobre a morte de três médicos por um possível engano, pois um deles teria sido confundido, pelos criminosos, com um traficante rival. Ao lermos a notícia, somos informados sobre a linha de investigação da polícia e os principais suspeitos, mas não temos a informação de quem exatamente foi o autor ou autores da execução.

Conforme foi visto, para Givón (1990) são vários os contextos pragmáticos que podem motivar e explicar a razão pela qual o agente não é expreso. No caso da manchete em (28), pode ser aplicada a razão de o agente ser desconhecido, pois não se sabe quem praticou a execução e, dessa forma, o jornal não pode fazer afirmações, expressando o agente, para não se comprometer com tal notícia. Assim, caso seja descoberto o(s) nome(s) do(s) executor(es), o veículo de informação atualiza o leitor com os nomes dos acusados, posteriormente.

O segundo ponto é sobre a **estrutura IV**, com 6 ocorrências. As orações que têm essa construção não possuem a ordem prototípica de uma estrutura passiva analítica, em que o sujeito paciente antecede o verbo. Ocorre uma inversão, na qual o sujeito paciente da oração é posicionado após o verbo (= sujeito posposto), mas ainda mantém a função de sujeito paciente. No exemplo a seguir, o sujeito paciente é “aparelhos celulares”.

29) *Foram apreendidos os aparelhos celulares do ex-presidente e da ex primeira-dama Michelle Bolsonaro (DP - M - 4/05/2023)*

A manchete noticia uma operação da Polícia Federal que realizou 16 mandados numa operação para combater “milícias digitais” envolvidas em crimes de inserção de dados falsos de vacinação contra a Covid-19 nos sistemas do Ministério da Saúde. O ex-presidente e a sua esposa foram alvos e tiveram seus celulares apreendidos. A escolha pela estrutura (4) parece reforçar a atenção que se pretende dar ao fato noticiado, a importância dada ao acontecimento. Ou seja, o foco está na ação realizada e/ou resultado da ação, em vez de quem a realizou. É uma técnica eficaz para destacar informações importantes de forma rápida e eficiente. O leitor é convidado a ler a notícia na íntegra, onde será informado sobre o que vai acontecer, depois com quem ou com o quê. O que parece não acontecer quando passamos a oração para a voz ativa:

29) *Foram apreendidos os aparelhos celulares do ex-presidente e da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (DP - M - 4/05/2023)*

(29a) *Alguém* apreendeu os aparelhos celulares do ex-presidente e da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Com relação ao Princípio da Marcação, a voz passiva (29), diferente da sua correspondente ativa (29a), é considerada uma construção complexa. Tais formas linguísticas são classificadas como marcadas, pois, além de apresentarem complexidade estrutural e cognitiva, são também menos frequentes em comparação com sua correspondente ativa. No entanto, vale lembrar que uma estrutura pode ser marcada em um determinado contexto e não marcada em outro.

Vale ressaltar ainda, de acordo com a análise realizada em manchetes, que observamos um comportamento interessante nas orações que possuem a **estrutura IV**. A maioria das ocorrências possui sujeito paciente com traço inanimado. Nossa hipótese é de que o sujeito inanimado pode favorecer o uso de uma estrutura V-S nas manchetes. A posição de tópico na sentença é, preferencialmente, do sujeito com traço [+animado], conforme proposto por Payne (1997). Acreditamos que, quando o falante nota a ausência de sujeito com este traço, a forma V-S se torna uma possibilidade de escolha.

Retomemos a oração exemplo de voz passiva analítica com o sujeito paciente [+animado] utilizada em (28). Orações desse tipo formam a maioria. Vejamos que, se o autor da manchete tivesse optado pela ordem V-S, teríamos (28a), em que é dada prioridade ao acontecimento, a ação exercida pelo verbo, mas, ele não o fez. Não quer dizer que não seja possível encontrar estas construções, mas elas são menos recorrentes. Ao optar por (28), a ênfase é dada ao sujeito paciente que possui traço [+animado]. Temos maior tendência a falar sobre humanos, depois animais e só depois de objetos ou outro de SN com traço [-animado].

28) **Três médicos** foram executados e um ficou ferido. (FP - M - 06/10/2023)

28a) Foram executados **três médicos** e um ficou ferido.

Com relação as **estruturas III, V, VI e XII**, são orações que possuem *adjunto adverbial*. Ao observarmos o seu comportamento, levando em consideração o fator mobilidade, notamos que o adjunto adverbial se move com uma liberdade que o permite estar em diferentes posições na sentença, sem que com isso o sentido dela seja alterado. Para estas estruturas foram encontradas 25, 4, 2 e 2 ocorrências, respectivamente. Vejamos, a seguir, um exemplo para cada uma:

Estrutura III: SP + FP + Adj adv

30) A 95ª cerimônia de entrega do Oscar **será realizada** neste domingo, no Dolby Theatre, em Los Angeles [...]. (DP- **M** - 11/03/2023)

Estrutura V: Adj adv. + FP + SP

31) À noite, **foi noticiada** a morte do brasileiro Ranani Glazer, mas sem confirmação oficial. (FP- **M**- 10/10/2023)

Estrutura VI: SP + FP + Adj. adv + AP

32) O ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal Fábio Vieira **foi preso** ontem, em Brasília, por determinação do ministro do STF Alexandre de Moraes. (DP - **M** - 03/03/2023)

Estrutura XII: SP + Adj adv. + FP + Adj adv.

33) O espaço, no edifício-garagem do Paço Alfândega, **foi inaugurado** ontem. (FP - **M** - 17/11/2023)

O exemplo em (30) contempla a **estrutura III**. Nele, o adjunto adverbial de tempo aparece no final da oração. A atenção é dada a informação de que a cerimônia do Oscar será realizada e acontecerá no domingo. Na **estrutura V**, com o exemplo 31, também temos um adjunto adverbial de tempo, mas, nesse caso, a posição dele é no início da sentença. O foco de atenção recai sobre a notícia da morte do brasileiro ter sido dada à noite.

Já a **estrutura VI** apresenta dois adjuntos, localizados imediatamente depois do verbo e antes do agente da passiva. A atenção está em quando (ontem) e onde (Brasília) o ex-comandante foi preso. Também a **estrutura XII** apresenta dois adjuntos adverbiais, um de lugar e outro de tempo. O primeiro se encontra no meio da oração, após o sujeito paciente, e o outro está depois do verbo. O foco da informação está onde e quando o espaço foi inaugurado.

Como informado, o fator mobilidade está presente nessas estruturas com adjunto adverbial e se confirma ao realizarmos uma paráfrase desses casos:

30a) Neste domingo, será realizada a 95ª cerimônia de entrega do Oscar, no Dolby Theatre, em Los Angeles.

31a) Foi noticiada a morte do brasileiro Ranani Gazer à noite, mas sem confirmação oficial.

32a) Ontem, o ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal Fábio Vieira foi preso em Brasília por determinação do ministro do STF Alexandre de Moraes.

33a) O espaço foi inaugurado ontem, no edifício-garagem do Paço Alfândega.

Sobre **estrutura XIX**, apenas 1 caso foi encontrado. Nela, temos um adjunto adnominal, representado oracionalmente por “que está de viagem a trabalho, na Itália”. Ele acompanha e modifica o substantivo “Leusa”, conferindo-lhe características específicas. Nesse caso, o adjunto adnominal descreve a situação em que “Leusa” foi representada por colegas, indicando que ela estava em viagem a trabalho na Itália:

(34) Leusa, *que está em viagem de trabalho, na Itália*, foi representada pelos colegas de redação. ((FP - M - 08/11/2023)

(34a) Leusa, que está em viagem de trabalho, foi representada pelos colegas de redação, *na Itália*.

(34b) Na Itália, Leusa, que está em viagem de trabalho, foi representada pelos colegas de redação.

O locativo “na Itália” é solicitado pelo verbo “está”, presente no *adjunto adnominal* que classifica o substantivo (Leusa), ou seja, a viagem de trabalho de Leusa é na Itália. Neste caso, o adjunto adverbial é imóvel e isso se constata quando a oração muda de sentido, se o posicionarmos em outro lugar. Note que as sentenças em (35a) e (35b) dão a entender que Leusa está em viagem de trabalho para outro lugar e a redação, onde ela foi representada por colegas, é que fica na Itália. De acordo com Xavier e Kanthac (2019, p.12), quando não móvel, uma das posições que o locativo pode ocupar é “interno a algum elemento selecionado pelo verbo, quando exerce a função de adjunto adnominal”.

As autoras argumentam que o locativo pode ser usado como elemento móvel ou não, e isso dependerá da função sintática que ele exerce na sentença. Se desempenha a função de adjunto adverbial, pode se mover para o início, meio ou fim da oração; se tem função de “adjunto adnominal, complemento verbal ou adjunto oracional, seu comportamento é de um elemento fixo, pois é selecionado por uma forma anterior” (Xavier e Kanthac, 2019, p.12).

Desse modo, o que acontece com os advérbios é algo muito semelhante ao que ocorre

com as estruturas passivas. A gramática tradicional ainda classifica os advérbios de tempo e lugar de forma homogenia, embora pesquisas como a de Xavier e Kanthac (2019) revelem que estes elementos exibem características que ultrapassam aquelas estabelecidas pelas regras gramaticais normativas.

Depreendemos que, no gênero manchete, os dados revelaram uma preferência do falante pela **estrutura I**, que demonstra que a escolha por esta forma está relacionada à intenção de “fisgar” a atenção do leitor, pondo foco no acontecimento e, só depois, é que apresenta o agente da ação verbal. Ou, em alguns casos, não o revela, seja para não se comprometer, ou por não saber, até aquele momento, de quem se trata. Assim, a escolha por uma ou outra estrutura não acontece por mero acaso, o falante organiza os constituintes na sentença de acordo com o que deseja priorizar como informação, bem como objetivos que pretende alcançar em razão disto.

Nesse sentido, passemos à análise dos casos encontrados no gênero **artigo de opinião**. Por ser um texto fundamentado em um posicionamento, ter marcas pessoais e permitir a criatividade do autor, acreditamos que isso pode justificar essa pluralidade, o que revela que o falante utiliza os recursos da língua da forma que ele entende ser a melhor para comunicar.

A análise do referido gênero revelou que a **estrutura I**, com agente da passiva não-expresso, está no topo entre as mais recorrentes, assim como ocorreu com o gênero manchete: foram encontradas 69 ocorrências. Essa estrutura tem um número superior à **estrutura II** que contempla o agente da passiva expresso (46 ocorrências) e à **estrutura III**, com adjunto adverbial e agente não-expresso (32 ocorrências). Depois, aparece a **estrutura IV** com sujeito na posição posterior ao verbo sem agente expresso e a **estrutura VII** com adjunto adverbial encabeçando a sentença, ambas com 9 ocorrências. Por fim, na escala, com um número inferior a estas, estão dispostas as **estruturas de V, VI, VIII, IX, X, XII, XIII, XV, XVI, XVII e XVIII**. Ora com agente expresso, ora não, todas elas possuem um adjunto adverbial em sua composição. Adiante, abordaremos alguns pontos sobre estas estruturas que pedem uma reflexão, começando pela construção mais recorrente.

A respeito da **estrutura (1)**, muitos foram os casos em que o agente verbal não foi expresso, seja por não ser necessário que seja mencionado pois, pode ser resgatado no texto, ou por ser inferido a partir de conhecimentos externos a ele. Além disso, acreditamos que, também, pode ser pelo fato de o gênero permitir que o autor utilize expressões informais ou subjetivas que não necessariamente solicitam um agente verbal e que, provavelmente, não caberiam a outro gênero como, por exemplo, a notícia. Vejamos os exemplos na sequência:

35) *Autocratas autoritários, ou candidatos a, foram derrotados*: Trump, Bolsonaro, Marine Le Pen. (DP - A - 2/01/2023)

36) *O vice foi escanteado* para que Janja assumisse o seu lugar na visita ao Rio Grande do Sul. (2 **escorpões** - FP - A - 22/11/2023)

Em (35) temos um artigo que trata de questões políticas, em que o autor relata tempos difíceis. Ele descreve alguns representantes da direita no mundo, sobretudo no Brasil, apontando para os atos e acontecimentos recentes, envolvendo eleitores em busca de uma intervenção militar e importância do atual governo eleito que, com um ministério amplo, trouxe certo otimismo. Na sentença em destaque não nos é revelado quem derrotou os *autocratas autoritários, ou candidatos a*, mas é possível inferir que eles foram derrotados por meio de eleições. A ausência de agente da passiva não traz prejuízo à compreensão, pelo contrário, coloca o destaque no que é considerado o mais importante a ser dito.

Sobre o exemplo (36) temos um artigo também sobre política que descreve um pouco sobre o vice-presidente Geraldo Alckmin e Fernando Haddad e a relação de ambos com o presidente Lula. O autor aponta que apesar de terem uma relação de respeito, dificilmente Alckmin seria escolhido para vice numa próxima eleição. No excerto em análise temos a informação de que o vice *foi escanteado* para dar lugar a primeira-dama, numa viagem.

O agente não é expresso na sentença, mas entendemos que alguém, que pode ter sido o próprio presidente, “escanteou” o vice e optou que a viagem fosse feita pela primeira-dama. O autor do artigo poderia ter escolhido a expressão “deixado de lado”, que soa menos informal, no lugar de “escanteado”, mas ao optar por essa, ele reforça o seu posicionamento sobre o tema. Ou seja, a escolha por essa palavra, numa construção passiva que não expressa o agente, permitiu ao autor dar a sua opinião e ao mesmo tempo não precisar enfatizar quem escanteou Alckmin.

Outro ponto que merece ser comentado é sobre a variedade de estruturas com adjunto adverbial, em comparação com o gênero manchete, tivemos um número bem expressivo dessas estruturas. Na sequência, vejamos alguns exemplos das estruturas variantes encontradas e que apresentam adjunto adverbial:

O exemplo (37) a seguir foi retirado de um artigo em que o autor descreve o que é a cegueira e como se divide, traz dados do IBGE e explica qual a melhor forma de prevenir, além de informações sobre a campanha de conscientização da deficiência.

Estrutura V: Adj adv. + FP + SP

37) No mês de abril, **foi realizada** a campanha do Abril Marrom (**Abril Marrom e a prevenção da cegueira - DP - A - 1/05/2023**)

Essa construção dá ênfase à informação de que a campanha foi realizada no mês de abril. Não nos é informado quem realizou a campanha, qual foi a Instituição, ou Órgão ligado à Saúde e, por isso, o agente não foi expresso. O artigo foi publicado no exemplar em 1º de maio, ou seja, período próximo ao evento (em abril) e, talvez, essa seja uma das razões pelas quais a informação tenha sido trazida com essa construção. Retomando o princípio da Iconicidade, podemos relacionar a escolha do autor ao subprincípio da *ordenação linear*, para a qual a informação mais importante tende a estar sempre em primeiro lugar numa cadeia sintática. Assim, a ordem dos elementos do enunciado revela o que é considerado pelo falante o mais importante.

Estrutura VII: Adj adv. + SP + FP

38) Nos três primeiros meses deste ano, *quase 40 mulheres foram assassinadas*. (**Mais um dia de luta para reforçar a batalha contra o feminicídio - DP - A - 5/04/2023**)

Já excerto em (38) é de um artigo que aborda questões relacionadas ao feminicídio. Explica o que é, os desafios para o enfrentamento e traz dados com relação ao número de crimes contra mulheres no estado de Pernambuco. Além disso, a autora reforça a necessidade de apoio do Governo e da sociedade, sobretudo dos homens, na luta contra esse crime. A estrutura (5) contempla um adjunto adv. de tempo numa posição de destaque, encabeçando a estrutura. Assim, o que se coloca em destaque é o fato de 40 mulheres terem sido assassinadas nesse período do ano, nos três primeiros meses.

Sobre o exemplo (39), ele é de um artigo que aponta para o papel da mulher no cenário político. A autora descreve a diversidade de ministras no governo atual, as medidas do governo para atendimento e acolhimento às mulheres vítimas de alguma violência, além de projetos para inseri-las no mercado de trabalho. Também menciona dados com relação ao feminicídio e aponta para a importância de mulheres em espaços de decisão, para que outras políticas públicas sejam criadas.

Estrutura IX: Adj adv. + SP + FP + Adj adv.

39) A cada minuto, 35 mulheres foram agredidas no País no ano passado. (**O Brasil volta a ter um governo que respeita todas as mulheres - DP - A - 8/03/2023**)

Neste exemplo, temos uma estrutura passiva com dois adjuntos adverbiais, um de tempo e outro de lugar. O que está em evidência é a informação de que a cada minuto 35 mulheres foram agredidas no Brasil. A intenção parece ser a de chamar a atenção para esse dado que é alarmante. Não foi mencionado o agente da ação do verbo “agredir”, fica “escamoteado”, mas é possível inferir quem são os agressores.

O próximo exemplo é de um artigo sobre o que está sendo feito com relação à emissão de carbono e os efeitos para o aquecimento global. O autor ressalta que o Brasil, que está entre as dez maiores economias mundiais, é o que tem mais oferta de energia renovável, como a cana-de-açúcar. Além disso, ele descreve uma série de medidas que vem sendo tomadas desde 1978 no país, na tentativa viabilizar o uso de biocombustíveis e adotar uma postura sustentável.

Estrutura XV: FP+ Adj adv. + SP

(40) **Foi apresentado** recentemente o Projeto de Lei Combustível do futuro. (**Palavras do Dr. Plinio Nastari na Embaixada do Brasil em Londres em 20 de novembro de 2023 - FP - A - 21/11/2023**)³³

No exemplo (40) temos uma estrutura derivada de passiva com um adjunto adverbial (tempo) entre o verbo e o sujeito paciente, que está posposto. Essa construção põe o foco no acontecimento, que relata que o projeto foi apresentado recentemente, a pouco tempo. Não nos é informado quem é o agente da passiva, não está expresso, mas é possível inferir. Provavelmente, foi apresentado por alguma figura política. A escolha pela EPA e a posição de destaque do verbo possibilita que o destaque seja dado, mais uma vez, ao acontecimento e não a quem o promoveu.

Na sequência apresentamos alguns exemplos para as outras estruturas encontradas:

Estrutura VI: SP + FP + Adj. adv + AP

(41) A música dos descendentes de africanos e índios era tratada com desdém por esses indivíduos, naquela época. (**Pelé: o homem que fundou o Brasil - DP - A - 7/01/2023**)

³³ Os exemplos foram transcritos de acordo com o texto original do jornal, sem alterações.

Estrutura VIII: SP +FP + AP + Adj adv.

(42) *O I Encontro da Rede Nordeste de Estudos Estratégicos e Inovação foi organizado pelo Comando Militar do Nordeste, nos dias 29 e 30 de março deste ano. (A Escola de Sargentos do Exército e os legados e conexões no campo educacional - DP - A - 9/05/2023)*

Estrutura X: SP + Adj adv. + FP+ AP

(43) *As decisões monocáticas dos ministros [são contingenciadas e] necessariamente são referendadas ou não pelo colegiado. (Ação proativa do STF salvou a democracia - FP - A - 5/12/2023)*

Estrutura XII: SP + Adj adv. + FP + Adj adv

(44) *Ele [...] no dia 8 de novembro de 2019, foi libertado da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba. (Lula voltou - DP - A - 5/01/2023)*

Estrutura XIII: Adj adv. + FP + AP + SP

(45) *Diante da incomensurável importância do monumento, foi exigido pelo governo brasileiro um seguro que ultrapassou a soma de UR\$ 20 milhões. (O Laborarte e o altar-mor beneditino de Olinda - DP - A - 4/04/2023)*

Estrutura XVI: SP + Adj adv. + FP

(46) *Embora os canais de denúncia e o aparato público, que hoje são disponibilizados para mulheres vítimas de violência, subsiste o eterno obstáculo que elas enfrentam [...]. (Violência segregada - FP - A - 17/11/2023)*

Estrutura XVII: Adj adv + FP + Adj Adv + SP

(47) *No dia 8 de março é comemorado, como forma de conscientização sobre a força e o papel fundamental da mulher na sociedade, o Dia da Mulher. (A mulher como símbolo de força - DP - A- 10/03/2023)*

Estrutura XVIII: SP + Adj adv. + FP + Adj adv. + AP

(48) *O Iphan e a Bauhaus, ao longo de sua história, foram atingidos de cheio pela navalha do arbítrio, mas souberam resistir. (O 13 de janeiro: o Iphan e a Bauhaus - DP - A - 5/01/2023)*

Essas estruturas variantes compartilham os mesmos elementos, o que as diferencia é a posição deles na sentença e, assim, o que é posto em foco. Como ocorreu no gênero manchete, é possível notar a mobilidade do adjunto adverbial, que “passeia” pela estrutura sem causar prejuízo ao entendimento, caso seja transferido de lugar.

Com relação ao gênero **notícia**, identificamos um número maior de estruturas variantes, comparado aos gêneros manchete e artigo de opinião. Das 21 estruturas variantes no conjunto

dos três gêneros, 18 foram encontradas no gênero notícia. Mais uma vez, a construção de **estrutura I**, passiva analítica sem o agente expesso, foi a mais recorrente, com 660 casos. Ela ficou à frente da **estrutura II**, a prototípica da passiva analítica (552 casos); da construção com adjunto adverbial e sem agente expesso (492 casos), a **estrutura III**; e da construção com sujeito posposto ao verbo (101 casos), a **estrutura IV**.

Depois destas, estão dispostas na tabela as outras variantes, todas com adjunto adverbial, em diferentes posições, com e sem agente verbal expesso. Seguindo a ordem que vai da estrutura mais encontrada para a que apresentou poucas ocorrências ou uma, discutiremos alguns pontos. A análise nos permitiu depreender que existe uma preferência, no gênero notícia, por agente não-expesso, que pode ser explicada em razão de o agente ter sido mencionado no texto e depois, para evitar a repetição e manter a fluidez, não seja mais tão relevante mencioná-lo. Ou seja, o agente da passiva pode ser uma informação velha, ou tema, que já seria do conhecimento do leitor.

Em outros casos, verificou-se que o agente não é mencionado porque o autor da notícia infere que já seja de conhecimento do leitor ou por não querer mencioná-lo por não saber de quem se trata. Assim, as estruturas I e III com agente da passiva não-expesso parecem ser um recurso eficaz nessas situações. Além disso, um subprincípio pôde ser identificado, o da quantidade. Quanto mais informação, maior será a forma. Ou seja, se o agente da passiva não é uma informação que o autor considere interessante, ele utiliza a EPA com o agente não-expesso, e assim, a estrutura sofre uma redução.

Sobre a **estrutura II**, com agente da passiva expesso, consideramos que o falante opta por essa construção quando, mesmo que o agente esteja sendo mencionado, deseja dar ênfase ao acontecimento. Ele organiza as sentenças com a informação mais importante em primeiro plano, o que se relaciona ao subprincípio da Iconicidade, a *ordenação linear*.

Vejamos na sequência exemplos das estruturas **I, II e III** que seguem, respectivamente, os padrões SP + FP + AP não expesso (Ø); SP + FP + AP e SP + FP + Adj adv.:

(49) Ana Benevides, assim como os outros 50 mil fãs que foram ao estádio do Engenhão, **foram proibidos** Ø de entrar no local da apresentação com água. (Projetos visam distribuir água - FP - N - 22/11/2023)

(50)A matrícula do estudante com idade igual ou superior a 18 anos **será realizada** pelo próprio. (**Pais devem confirmar matrícula no Recife** - DP - N - 03/01/2023)

(51) A posse dos ministros **foi assinada** no Palácio do Planalto, logo após Lula discursar por cerca de 28 minutos para o público presente na Esplanada dos Ministérios. **(Primeiro ato foi revogação de medidas de Bolsonaro - DP - N - 02/01/2023)**

Em (49) temos um excerto da notícia sobre dois projetos de lei apresentados pela deputada estadual Rosa Amorim (PT-PE) que visa a determinação de distribuição gratuita de água em eventos, shows e bares do Estado. Esses projetos foram apresentados depois da morte de Ana Benevides durante o show da cantora Taylor Swift, no Rio de Janeiro. O que se destaca na sentença apresentada como exemplo para a estrutura I é o fato de que Ana Benevides e outros 50 mil fãs foram proibidos de entrar no local do show com água. Ou seja, o foco é o acontecimento, não quem de fato os proibiu de entrar, tanto que o agente é “escamoteado”. Não é citado, em nenhuma parte do texto, quem fez a proibição, se partiu da organização do evento.

O exemplo (50) foi retirado de uma notícia que informa sobre o período de matrículas nas escolas da cidade de Recife e Paulista. Nela, ficamos sabendo sobre o número de vagas disponíveis para alunos novatos, como os pais e responsáveis poderão realizar a matrícula, quais documentos são necessários, além das orientações para o estudante menor de idade que ainda não os possui.

Apesar de apresentar o agente da passiva expresso, tem o foco voltado para o fato, o que está ocupando o lugar de SP na sentença (a matrícula). O agente da passiva fica em segundo plano. Nesse caso o agente é o estudante com idade igual ou superior a 18 anos, é ele quem fará sua matrícula. A correspondente ativa para esse exemplo é possível: (53a) O estudante com idade igual ou superior a 18 anos realizará sua matrícula; mas, nela, o foco de atenção muda, ficando o destaque para *o estudante*, que está na posição de sujeito/tópico, e não na informação sobre a matrícula que é o interesse da notícia.

Em (51) temos um excerto de notícia sobre o presidente Luís Inácio Lula da Silva ter assinado medidas e decretos com o objetivo de reorganizar a estrutura do governo e revogar algumas outras medidas do governo de Jair Bolsonaro. Na ocasião, Lula deu posse a 37 ministros, sendo Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas, a primeira empossada. A estrutura passiva permite que o que é mais relevante seja informado primeiro, o foco é dado a informação de que a posse foi assinada e ocorreu no Palácio do Planalto, após o discurso do

presidente. O agente da passiva não é expresso na sentença, mas é possível inferir a partir da leitura do texto. A posse foi assinada pelo presidente.

Outro ponto que merece atenção é a EPA com sujeito posposto, a **estrutura IV**, com 101 ocorrências. Consideramos esse número, comparado ao dos outros gêneros, bem expressivo. São construções que reforçam ainda mais o objetivo do autor em dar destaque ao fato noticiado. Recurso eficiente para evidenciar o que é considerado mais importante para o público leitor. Temos:

(52) **Foram registrados** arrastões diversos e brigas de gangues. (**Olinda e governo tentam evitar mais violência nas prévias - DP - N- 11/01/2023**)

(53) **Serão ofertados** imunizantes que protegem contra Covid-19, gripe, sarampo e outros imunobiológicos correspondentes a cada faixa etária. (**Proteção para receber os foliões no Recife - DP - N - 1/01/2023**)

O exemplo em (52) é de uma notícia que informa sobre reunião entre órgãos da Prefeitura de Olinda para discutir medidas para reprimir atos de vandalismo e crimes contra moradores e foliões. O encontro ocorreu depois de um episódio 129 violento em um fim de semana de prévias do carnaval de Olinda, em que pessoas foram agredidas. Em (53) temos a informação sobre um esquema de vacinação adotado pela Prefeitura do Recife para turistas, trabalhadores da rede hoteleira e a população vulnerável garantindo que as pessoas estejam protegidas para aproveitar as festividades do carnaval.

As sentenças em (52) e (53) de EPA, com o verbo ocupando a primeira posição e sujeito posposto, reforçam ainda mais a intenção em colocar o foco no acontecimento. Interessa mais informar que foram registrados os episódios de arrastões e brigas e que serão ofertados os imunizantes para a proteção do público durante o Carnaval. Quem registrou ou quem ofertou, não fica em evidência. Não importa informar, e mais uma vez ocorre a estratégia de desfocagem possibilitada pela EPA.

Por fim, temos as estruturas que compartilham de uma mesma estrutura e se diferenciam apenas quanto à posição dos elementos que a compõem. Por exemplo, o adjunto adverbial ora aparece encabeçando a sentença, ora está no final ou no meio, entre o sujeito paciente, verbo e agente da passiva. As inúmeras possibilidades, comprovadas quando comparamos as variantes encontradas no gênero notícia com as encontradas nos outros gêneros, revelam que o falante consegue se utilizar de recursos disponíveis na língua e criar alternativas no momento da escrita

para formular, assim, um texto que atende às suas necessidades comunicativas. Para ilustrar algumas dessas estruturas, vejamos os exemplos na sequência:

Estrutura V

54) Ao todo, serão ofertadas 2 mil vagas para realização de mamografias gratuitas.
(Há duas mil vagas em janeiro - DP - N - 2/01/2023)

Temos em (54) uma notícia que informa a respeito da oferta de exames gratuitos de mamografia oferecidos pela Prefeitura do Recife e os documentos necessários para fazê-lo. Foram ofertadas 2mil vagas, sem necessidade de agendamento. Essa sentença segue o padrão Adj adv. + FP + SP, temos uma locução adverbial encabelando a sentença. O que é posto em destaque é a informação de que, no total serão 2mil vagas ofertadas.

O exemplo a seguir, em (55), foi retirado de uma notícia sobre o governo ter decidido adotar a linguagem neutra. Comenta sobre a polêmica em torno do assunto, pois o uso do pronome neutro, aceito pela comunidade LGBTQIAPN+, é criticado por muitos. Além disso, o texto destaca o posicionamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, que criticou a utilização do pronome, alegando que “uma parte da garotada nem sabe português”.

Estrutura VIII:

55) O termo “todes” também foi utilizado pela primeira-dama Rosângela Silva, a Janja, na cerimônia de transmissão de cargo da ministra da Cultura, Margareth Menezes.
(“Todes”: governo decide adotar pronome neutro - DP - N - 7/01/2023)

A sentença em (55), cujo padrão é SP +FP + AP + Adj adv., permite colocar em primeiro plano o fato de que o termo foi utilizado pela primeira-dama, aqui temos agente da passiva expresso e em seguida um adjunto adverbial de lugar que destaca onde o termo foi usado, “na cerimônia”. Informações que parecem ser postas de acordo com o grau de importância que o autor julga ter para que o leitor esteja bem informado: o termo “todes”, que é criticado por muitas pessoas, sendo utilizado por uma figura importante como a Janja, numa cerimônia do governo.

Na sequência temos o exemplo (56), sobre o investimento de R\$91 bilhões em

Pernambuco por meio do Programa de Aceleração do Crescimento e obras importantes serão beneficiadas, como a Transnordestina e moradias do Minha Casa, Minha Vida, por exemplo.

Estrutura XI:

56) Depois, *elas foram apresentadas* pela própria governadora. (**Os investimentos do Novo Pac** - FP - N - 9-10/09/2023)

Por fim, temos em (57) a notícia sobre a coroação do novo monarca Charles III, aos 74 anos, ao lado de sua esposa Camilla Parker. Também dá alguns detalhes sobre a história de ambos. Quando jovem, em 1976, o príncipe serviu na Marinha Britânica e enquanto estava longe, Camilla se casou com outro pretendente. Charles também se casou, mas se divorciou em 1996. Só em 2005 é que eles ficaram juntos.

Estrutura XVI:

(57) *Ele* era um menino tímido e sensível quando, em 1958, **foi designado** príncipe de Gales. (**Uma coroa para o impopular Charles III** - DP - N - 6/05/2023)

O exemplo em (57) segue com o padrão SP + Adj. adv. + FP. Nessa sentença, a posição do adj. Adverbial (tempo) é entre sujeito e verbo na forma passiva. Não há agente da passiva expreso, não parece ser relevante saber quem o designou príncipe, mas quando se tornou um, em 1958 quando ainda era um menino tímido e sensível.

Com relação aquelas estruturas que apresentaram poucos casos, como as estruturas X, XII, XIII e outras; ou mesmo aquelas que apareceram para apenas um dos gêneros, como foi, por exemplo, o caso da estrutura XI (Adj. adv. + FP + SP + AP) específica do gênero notícia, da estrutura XV (FP+ Adj. adv. + SP) que só apareceu no artigo de opinião e a estrutura XIX (SP + Adj. Adn (= Or. Adjetiva) + FP+ AP) na manchete; vale ressaltar que, importou para a análise constatar que elas existem como possibilidade para o falante.

É relevante a apresentação dos diversos contextos em que ocorrem as estruturas passivas. Foi interessante destacar a forte presença de adjuntos adverbiais, principalmente quando intercalados ou antepostos, o que reforça o fato de haver outros elementos em primeiro plano que não o sujeito, ou mesmo o agente da passiva. Por outro lado, isso não está diretamente relacionado à descrição da voz passiva, o que reforça o fato de as categorias serem estudadas todas separadamente na Gramática.

A próxima seção abordará o princípio da estratificação (Hopper, 1991), presente na gramaticalização, sendo fundamental para entender como elementos linguísticos competem pela preferência dos usuários para cumprir uma mesma função em determinados contextos.

4.3 As estruturas passivas analíticas e o princípio da estratificação de Hopper

Na presente seção, analisamos como o princípio da estratificação formulado por Hopper (1991) se manifesta nas estruturas em estudo. A EPA é um exemplo evidente de como um verbo pode perder sua plenitude semântica e assumir um papel mais funcional na comunicação de uma ação realizada, sem especificar o agente. Assim, talvez possamos melhor entender como as formas verbais se adaptam e se transformam no atendimento das necessidades comunicativas dos falantes e de que modo a língua como um todo se desenvolve e se renova constantemente. Nossa atenção se deterá sobre o princípio da estratificação, que nos parece o mais evidente no processo de gramaticalização que o fenômeno de indeterminação do agente verbal experimenta

Conforme já explicitado, no segundo capítulo deste trabalho, no que se refere à gramaticalização, Hopper (1991) propõe cinco princípios que auxiliam na identificação do grau de gramaticalização dos itens. São eles: estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização. A evolução dessas fases e a concretização da gramaticalização estão relacionadas à frequência de uso dos itens, sendo, portanto, a quantificação uma das estratégias empregadas para comprovar tal processo.

Quanto mais frequentemente uma forma é usada em um contexto, o mais provável é que ela se torne estabilizada nesse uso. A frequência pode acelerar a gramaticalização, instigando mudanças nas formas e nos significados. Os princípios de Hopper não são regras fixas, mas sim observações sobre como a gramática das línguas muda e se desenvolve. Eles são ferramentas analíticas que podem ser acionadas para estudar a gramaticalização e, desse modo, auxiliar na compreensão da dinâmica da mudança linguística.

Cabe pontuar que acreditamos que a gramaticalização da voz passiva analítica é um processo em andamento e que requer outras pesquisas, mais aprofundadas, para que, com um número mais substancial de dados, possamos chegar a uma conclusão futura. Também é preciso considerar que tais estudos e possíveis conclusões demandam tempo. O que trazemos nesta seção é resultado do que observamos a partir dos dados obtidos na presente investigação.

A gramaticalização, devido a sua natureza progressiva, implica que, especialmente, nas fases iniciais, haverá uma sobreposição dos usos e significados recém-adquiridos com os tradicionais, já consagrados pelos usos. Esse fenômeno, chamado de camadas na sociolinguística variacionista, recebe de Hopper (1991) o nome de estratificação. Nossos dados mostraram que a EPA com agente da passiva expresso coexiste com outras estruturas e a escolha de cada uma delas fica à cargo do falante. Entendemos que, ao optar por uma EPA com sua estrutura completa, seguindo a norma tradicional, o falante concebe que a sua escolha é de uma organização sintática em que se invertem os papéis na oração. Nesse caso, semanticamente, temos um sujeito paciente que “sofre” a ação verbal e um “agente” que pratica esta ação.

De outro modo, quando ele opta por uma construção passiva sem o agente expresso, seguindo certos objetivos comunicativos, como escamotear o responsável pela ação, utiliza-se de um dos recursos de indeterminação do agente verbal. Dessa maneira, possibilidades são postas diante do falante, pois, segundo a tradição gramatical, já existem outras estratégias de indeterminar o agente, como o -se e o uso do verbo na 3ª pessoa do plural sem sujeito expresso. Dessa maneira, as formas se ajustam e passam a conviver e a se intercambiar no exercício de uma determinada função. Vale salientar que estamos cogitando aqui a gramaticalização de uma nova estratégia de indeterminação que lança mão de uma nova estrutura, passando a conviver com formas já consagradas pela tradição e, também, pelos usos a depender dos contextos.

No recorte da tabela 4, a seguir, é possível verificar que ocorrências com o agente não expresso têm um número muito superior as de agente expresso. O que demonstra que, no âmbito do texto, na construção da sentença, quando o autor não revela o agente, em maior número aquele com traço humano, é por ele já ter sido mencionado e assim evitar a repetição, ou porque será informado mais adiante. Entretanto, também há situações em que esse recurso atende a interesses argumentativos e a estratégias discursivas que deliberadamente visam a não explicitar o agente verbal.

Tabela 4 – Frequência de uso/ não uso do agente conforme os gêneros

AGENTE	GÊNEROS		
	Manchete	Artigo	Notícia
Expresso/Não-expresso			

Fonte: dados da pesquisa

Panoramicamente, os dados evidenciam uma maior produtividade da voz passiva no gênero notícia, mas a relação proporcional entre expresso/não expresso nos três gêneros é relativamente aproximada (33,3% manchete; 39,7% artigo; 45,9% notícia). Somente se compararmos os resultados entre manchete e notícia é que se revela uma distância mais significativa (33% a 45%). Isso pode querer sinalizar que, considerando as características discursivas e estruturais dos gêneros, a manchete é mais econômica na expressão do agente e que a notícia se apresenta como um gênero mais favorável à indeterminação do agente, pelo menos, nos limites oracionais.

Conforme já afirmado, temos situações em que o agente é não-expresso por ser desconhecido, e nesse caso, estaríamos diante de um nível maior de indeterminação. Ou seja, a escolha das formas que constroem as sentenças depende de objetivos comunicativos ou até mesmo de restrição e controle de informações por parte do usuário, o que se revela nas escolhas feitas no texto efetivamente produzido. Nesse sentido, a estratificação se comprova não somente na existência de formas variadas, usadas para construir sentenças passivas, mas também no contexto de gradação da indeterminação do agente verbal.

A constatação mais relevante dessa análise reside no fato de atestarmos que, além das estratégias já cristalizadas de indeterminação do agente, abonadas pela tradição gramatical, podemos assegurar que o falante utiliza o apagamento do agente verbal nas estruturas passivas de forma muito produtiva, o que amplia o leque de estratégias à disposição da língua via princípio da estratificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os manuais de redação recomendam que o autor evite o uso de estruturas passivas para que o leitor não tenha dificuldades diante do texto. Ou seja, em se tratando de um texto jornalístico, cujo objetivo é alcançar todas as pessoas, haveria o entendimento de que o uso da estrutura passiva o torna menos claro, menos objetivo e mais complexo. Desse modo, tais manuais recomendam que seja dada a preferência pelo uso da voz ativa, a forma verbal prototípica de construção verbal na esfera jornalística.

A análise empreendida contemplou textos do gênero manchete, artigo de opinião e notícia com o objetivo principal de verificar se as estruturas passivas analíticas (EPA) assumem a função de indeterminar o agente da ação verbal, caminho trilhado pelas estruturas passivas sintéticas (EPS), de acordo com uma perspectiva funcional ligada ao fenômeno da gramaticalização. Nossos objetivos específicos envolveram identificar e descrever as estratégias de indeterminação e analisar fatores discursivo-pragmáticos que determinam a escolha do falante por não explicitar o agente verbal.

Tais objetivos foram alcançados na medida em que a análise revelou que o falante escolhe em que momento utiliza a voz verbal como recurso de indeterminação e como a utiliza. Em todos os gêneros (manchete, artigo e notícia) o número de EPA não-expresso foi superior, ou seja, o agente da ação verbal é menos importante que a informação dada sobre o acontecimento. Nas manchetes, isso pode significar um eficiente recurso para aguçar a curiosidade do leitor e levá-lo a ler a notícia na íntegra.

Quanto ao gênero notícia, a EPA mostrou ser um recurso de indeterminação que se divide em: não revelar o agente da ação verbal porque ele já é de conhecimento do autor ou que já foi citado em algum momento do texto, por tanto é coesivo; ou não expressar o agente por realmente não saber, realmente, de quem se trata ou não poder confirmar, então escolhe omití-lo. Sobre o gênero artigo de opinião, identificamos que a razão pela escolha de EPA pode ser ainda diferente dos outros, pois, o texto admite mais criatividade por parte do autor, e ele assim o faz, podendo utilizar expressões mais subjetivas que não exigem um agente verbal expresso.

Em comparação, a EPS teve baixa frequência. Se pudermos ranquear, a voz passiva analítica está numa posição à frente, quanto a preferência do falante em relação a um recurso para indeterminar o agente verbal. Acreditamos que o falante considera a EPS complexa e isso leva a seu baixo uso. Pontuamos que essa pesquisa considera os números obtidos mediante análise do *corpus* importante, mas além disso, importou ver que foram utilizados outros recursos de indeterminação do agente verbal por escolha do autor dos textos. Escolhas essas que concorrem com as formas prescritas pela tradição.

Nesse sentido, fica evidente que, de acordo com número de ocorrências em que a voz passiva foi empregada, a regra imposta por esses manuais não é seguida. Nesse cenário, chamamos a atenção para a divergência que se revela entre os manuais e o que é posto em prática em situações reais de uso da língua. Seria interessante que os conceitos postos por eles fossem revistos e analisados criticamente. A língua é dinâmica e está em constante transformação, adaptando-se às necessidades e usos dos falantes. Portanto, a atualização e reavaliação de conceitos linguísticos são fundamentais para acompanhar essa evolução.

Pautados na análise empreendida, consideramos que a voz passiva analítica está trilhando um caminho que se aproxima ao trilhado pela voz passiva sintética, no que se refere a gramaticalização, pois o falante tem utilizado essa voz verbal como estratégia de indeterminação do agente. Os motivos podem ser vários, seja por considerar que expressar o agente não é tão relevante, por ele já ter sido mencionado anteriormente ou ser recuperado mais adiante no texto, ou até mesmo por não saber de quem se trata e, desse modo, não se comprometer com tal informação dada.

Além disso, encontramos diferentes tipos de estruturas que concorrem com a EPA mais prototípica, com o agente da passiva expresso e a possibilidade de reorganizar a estrutura, invertendo a posição do verbo e do sujeito paciente, o que permite dar ainda mais ênfase à ação, ao acontecimento. Isso revela a constante mudança das línguas por consequência da busca de novas criações e expressões comunicativas. No caso do uso das EPA, com função de indeterminar o agente, que concorre com outras formas já existentes, só confirma que o falante tem um leque de possibilidades e busca a forma que considera ser a melhor.

O autor, ao escrever textos, organiza-os tendo em mente que informação ele deve priorizar, para atingir o propósito de fisgar a atenção do leitor com esta informação e até persuadi-lo, a depender de como o texto é elaborado. Além disso, o uso voz da passiva com

função de indeterminar, “mocoçar” o autor da ação, apareceu em todas as vezes em que o autor não quis se comprometer ao noticiar algum acontecimento que envolvia certo tipo de crime.

A GT, seguindo o que designa a NGB, ainda se mostra relutante em considerar a função de indeterminador de agente verbal para a voz passiva, mesmo que existam pesquisas no âmbito da Linguística que apresentem dados reais desse uso pelo falante. Apesar de a norma gramatical seguir na esteira da tradição, o falante utiliza tais recursos quando entende que os já oferecidos pela norma não são suficientes. É o uso frequente de um determinado item que num dado momento “entra para a gramática”, revelando seu caráter emergente.

Por ora, consideramos que o *corpus* escolhido para esta análise promoveu uma reflexão relevante para os estudos linguísticos. Contudo, não desejamos encerrar as discussões a respeito das questões que envolvem o uso da voz passiva analítica. Uma vez que a nossa pesquisa considerou textos escritos, da esfera jornalística, seria interessante que outras pesquisas envolvendo outros gêneros e até textos orais pudessem ser empreendidas para que tenhamos uma maior amplitude sobre considerações a respeito desse recurso que se mostra tão produtivo. A pesquisa no âmbito funcionalista apresenta temas instigantes e enriquecedores para a Linguística. Esperamos, portanto, incentivar outros pesquisadores a partir das reflexões engendradas neste estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1955

ARRUDA, Rinalda Fernanda de. **Imagens de Lula e Dilma em artigos de opinião: um estudo à luz da linguística sistêmico-funcional**. 2018. Tese - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012

BARBOSA, Jackson Cícero França. **Percurso funcional da modalização em artigos científicos**. 2018. Dissertação. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970

_____. **Moderna gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000

_____. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019

BERTOQUE, Lennie Aryete D. P. **A funcionalidade de construções de voz em títulos de notícia e em manchetes e jornais impressos**. Dissertação. UFGO, 2010

BISPO, Edvaldo Balduino; LOPES, Monclar Guimarães. Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação. **Revista Odisseia**, v. 7, n. Especial, p. i-x, 2022.

BRAGA, Maria Luiza. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. **Scripta**, v. 5, n. 9, p. 23-34, 2001.

BRAVIN, A. M. Variação linguística e o estudo da indeterminação do sujeito nas escolas brasileiras. **Práticas de ensino do português**. São Paulo: Contexto, p. 75-90, 2012.

BYBEE, Joan L.; PERKINS, R. D.; PAGLIUCA, W. The Evolution of Grammar: Theme, Aspect, and Modality in the Languages of the World. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

BYBEE, Joan L. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JANDA, R.; JOSEPH, B. (Ed.). **The handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 602-623.

_____. Usage-based theory and grammaticalization. In B. Heine & H. Narrog (Eds.), **The oxford handbook of grammaticalization**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p.69-78

_____. **Língua, uso e cognição**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

CAMACHO, Roberto Gomes. Variação de perspectiva na estrutura argumental. **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**. 1997. p. 224-237.

CÂMARA, J. Mattoso Jr. **Dicionário de filologia e gramática**. São Paulo: J. Ozon + Editor, 1968.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. A gramaticalização. **Estudos lingüísticos e literários**, n. 19, p. 25-63, 1997.

_____. Unidirectionality or multidirectionality? Some issues on grammaticalization. **Revista do GEL**, v. 1, p. 35-70, 2004.

_____. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: SOUZA, E. R. (org.) **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012

CEGALLA, Domingos P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CEZARIO, Maria Maura, et. al. Pressupostos teóricos fundamentais. In: MRTELOTTA, M. E. (org.) **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Parábola Editorial, 2015

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

_____. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

_____. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. A complexidade da passiva e as implicações pedagógicas do seu uso. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 3, n. 1, p. 107-116, 2000.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; BISPO, Edvaldo Balduino. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da linguística funcional centrada no uso. **Revista do GELNE**, v. 15, n. 1/2, p. 53-78, 2013.

DIAS, Epiphany da Silva. **Syntaxe historica portuguesa**. 4.ed. Lisboa: Clássica, 1959

DIAS, Valter de Carvalho Dias. **A indeterminação do sujeito em textos baianos dos séculos XIX e XX: um estudo sociofuncionalista**. 2017. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26677/1/VALTER%20DE%20CARVALHO%20DIAS%20-%20TESE%202017.pdf> . Acesso em: 03 abr. 2024

DUARTE, Inês. A família das construções inacusativas. In: MATEUS *et.al.* **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. p. 509-548

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, .3, n. 1, p. 89- 115, junho 2007

FREIRE, Gilson Costa; VIEIRA, Silvia Rodrigues. Variação morfossintática e ensino de português. In: **Ensino de português e sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 81-113

INDURSKY, Freda. **A interpretação do clítico se**: uma fronteira entre sintaxe e discurso. Boletim da ABRALIN 14. São Paulo, 1993

FAGGION, Carmen Maria. **A indeterminação em português**: uma perspectiva discrônico-funcional. 2008. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FILLMORE, Charles. 1968. The case for case. In: BACH, Emmon & HARMS, Robert T. **Universals in Linguistic Theory**. New York: Holt, Rinehart & Winston, I-90, 1968.

GALBIATTI, Maura Elisa. **Análise comparativa do processo de gramaticalização das perífrases conjuncionais agora que e já que**. 2008. Dissertação. Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão ‘diz que’**. 2001. Tese. Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

GIVÓN, Talmy. From discourse to syntax: Grammar as a processing strategy. In: **Discourse and syntax**. Brill, 1979. p. 81-112.

_____. **Syntax: An Introduction**. Volume II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

_____. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. **Syntax: An Introduction**. Volume I: 1. Edição revisada. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; CARVALHO, Cristina dos Santos. Critérios de gramaticalização. In: GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p. 67-90.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GRIMES, Joseph Evans. The thread of discourse. In: TANNEN, Deborah (org.). **Georgetown university round table on languages and linguistics**. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 1975.

HAUY, Amini Boainain. **Gramática da Língua Portuguesa Padrão: Com comentários e exemplários.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015

HEINE, Bernd *et al.* From cognition to grammar: Evidence from African languages.

Approaches to grammaticalization, v. 1, p. 149-187, 1991.

HOPPER, Paul J. Emergent grammar. **Berkeley Linguistic Society**, Berkeley, v. 13, p. 139-57, 1987

HOPPER, Paul J. *et al.* On some principles of grammaticization. **Approaches to grammaticalization**, v. 1, p. 17-35, 1991.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization.** Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KEENAN, Edward L. Towards a universal definition of subject. *In*: Li, C. org. Subject and Topic. New York, Academic Press, 1976

KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de análise sintática.** São Paulo: Ática, 1990

LOPES, Célia R. S. **Gramaticalização: definição, princípios e análise de casos.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008 Disponível em: <https://vdocuments.mx/gramaticalizacao-definicao-principios-e-analise-de-casos-o-principal.html> Acesso em: 05 Abr. 2024

KENEDY, E; MARTELOTTA, M. E. T. . A visão funcionalista da linguagem no século XX. *In*: FURTADO DA CUNHA, Maria. A.; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo T. (Org.). **Linguística Funcional: teoria e prática.** Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003, v. , p. 17-28.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 49.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira.** Porto Alegre: Globo, 1979

LYONS, Jhon. **Semantics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1977

MATTOS, E. SILVA; VIRGÍNIA, Rosa. **A gramaticalização numa perspectiva diacrônica: contribuições baianas.** Mesa-redonda sobre gramaticalização, XVII Encontro da ANPOLL, Gramado, RS, 2002.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa.** (5ª ed., rev. e aumentada). Lisboa: Editorial Caminho, 2003

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978

NARO, Anthony J. The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese, a study in syntactic change as a surface phenomenon. **Language** v. 52, n. 4, 1976. p. 779-810

- NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- _____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000
- _____. **Funcionalismo e linguística do texto**. Revista do GEL, 1. 71-89, 2004
- _____. **Gramática funcional: Interação, discurso e texto**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Gramaticalização de construções como tendência atual dos estudos funcionalistas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 148-162, 2013.
- _____. Linguística Funcional Norte-americana: gramaticalização e lexicalização, reanálise e analogia. In: ROSÁRIO, Ivo da Costa do (org). **Introdução à linguística funcional centrada no uso: teoria, método e aplicação**. Niterói: Eduff, 2022.
- OMENA, Nelize P. de, PEREIRA, Marli H. P. O agente da Passiva em foco. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, v. n. 2, p 161-175, jul/dez, 1998.
- PAYNE, Thomas Edward. **Describing morphosyntax: A guide for field linguists**. Cambridge University Press, 1997.
- PINHEIRO, Diogo; FERRARI, Lilian. Linguística Funcional, Linguística Cognitiva e Gramática de Construções: mapeando o campo das abordagens cognitivo-funcionais. **Revista Linguística**, v. 16, n. Esp., p. 595-621, 2020.
- PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006
- PONTES, Eunice S. L. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Editora Ática, 1986
- POSSENTI, Sírio. **Questões de linguagem: passeio gramatical dirigido**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Gramaticalização—uma visão teórico-epistemológica. **Palimpsesto-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 9, n. 11, p. 1-18, 2010.
- SACCONI, Luis Antonio. **Nossa gramática: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atual, 1947
- SALLORENZO, Letícia. **Gramática da manipulação: como os jornais trabalham as manchetes em tempos de eleições (e em outros tempos também)**. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2018.
- SANTOS, Macelio Macedo dos. **O Fenômeno da gramaticalização da perífrase conjuncional já que e sua configuração discursivo-pragmática em textos orais e escritos da cidade de natal**. 2018. Dissertação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- SILVA, Jair Barbosa. Sobre tópico sentencial, algumas considerações. **Leitura - Funcionalismos**, n.35. 185-206, jan./jun., 2005.

SILVA, Camilo Rosa. **Mas tem um porém...: mapeamento da oposição e seus conectores em editoriais jornalísticos.**2005. Tese. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SILVA, Luiz Oscar Novaes Nepomuceno. **As orações subordinadas não classificadas pela NGB: agente da passiva–modal–locativa.** 2013. Dissertação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SHIBATANI, Masayoshi. Passives and related constructions: A prototype analysis. **Language**, p. 821-848, 1985.

SOUZA, Cássia Correia de. **As estruturas passivas em textos jornalísticos: uma forma alternativa de indeterminar o agente verbal.** 2019. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

TAVARES, Maria Alice; FREITAG, Raquel Meister Ko. **Do concreto ao abstrato: influência do traço semântico-pragmático do verbo na gramaticalização em domínios funcionais complexos.** **Revista Linguística**, v. 6, n. 1, 2010.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. From propositional to textual and expressive meanings: some semanticpragmatic aspects of Grammaticalization. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 245-271

TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.) **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamim, 1991

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (Ed.). **Approaches to Grammaticalization: Volume II. Types of grammatical markers.** John Benjamins Publishing, 1991.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Gramaticalização: uma entrevista com Elizabeth Closs Traugott. **ReVEL**, vol. 12, n. 22, 2014. Traduzido por Gabriel de Ávila Othero e Ana Carolina Spinelli.

XAVIER, Adriana Castro; KANTHACK, Gessilene Silveira. Advérbios locativos em notícias jornalísticas: uma abordagem morfossintática. **Signótica**, v. 31, 2019.